

O Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE) - tecendo presença, cuidado e pertencimento



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Gisele Aparecida Zutin Castelani

O Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil
(PIAPE) - tecendo presença, cuidado e pertencimento

SÃO CARLOS -SP
2026

Gisele Aparecida Zutin Castelani

**O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ACOLHIMENTO E INCENTIVO À
PERMANÊNCIA ESTUDANTIL (PIAPE) TECENDO PRESENÇA, CUIDADO E
PERTENCIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Riscal

São Carlos-SP
2026

Castelani, Gisele Aparecida Zutin

O Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE) - tecendo presença, cuidado e pertencimento /
Gisele Aparecida Zutin Castelani -- 2026.
220f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos.
campus São Carlos, São Carlos.

Orientador (a): Sandra Aparecida Riscal

Banca Examinadora: Sandra Aparecida Riscal, Djalma Ribeiro Jr., Elaine Maldonado, Marcus Vinicius Batista Nascimento, Ronaldo Tavares de Araújo

Bibliografia

1. Universidade Pública. 2. Política de Ações Afirmativas. 3. PNAES. I. Castelani, Gisele Aparecida Zutin. II. Título

Ficha Catalográfica

*Nesta noite tão especial, na qual relembramos nossa trajetória,
gostaria de falar sobre resistência,
palavra tão usada por nós ao longo desses cinco anos.
Todavia, não quero aqui abranger toda e qualquer resistência.
Quero falar de uma específica, da resistência de uma parcela de formandos que,
infelizmente, são minoria neste evento.
Me dedico à resistência daqueles que cresceram sem privilégios,
sem conforto e sem garantia de um futuro promissor,
daqueles que foram silenciados na universidade quando pediram voz
e que carregaram, desde cedo
o fardo do não pertencimento às classes dominantes.
Me dedico à resistência das famílias
que a muito custo mantiveram seus filhos na universidade,
à resistência dos estudantes que perderam, no mínimo,
três horas diárias em transportes públicos.
Hoje, trago a história de jovens sonhadores que
há cinco anos atrás iniciaram uma história de resistência nesta universidade.
Trago a história de resistência da periferia, dos pretos,
dos descendentes de nordestinos
e dos estudantes de escola pública...
Nós resistimos às piadas sobre pobres,
às críticas sobre as esmolas que o governo nos dava,
aos discursos reacionários da elite e a sua falaciosa meritocracia.
Resistimos à falta de inglês fluente, de roupa social e
linguajar rebuscado que o ambiente acadêmico nos exigia...
Resistimos também aos insultos feitos a nossa classe,
aos desabaços dos colegas sobre suas empregadas domésticas e seus porteiros.
Mal sabiam que esses profissionais eram na verdade nossos pais...
Essa história não é apenas minha,
mas de todos os bolsistas formandos.
Somos os filhos e filhas do gari, da faxineira, do pedreiro,
do motorista e da mãe solteira.
Por isso, a eles, nossos maiores inspiradores,
dedicamos nossa história de resistência nessa universidade.
Que nossa história inspire outros jovens pobres a resistirem.
Avante companheiros.
Avante, pois nossa luta está apenas começando.*

Michele Alves, 2019, formanda de Direito na cerimônia de formatura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Agradecimentos

Essa tese foi produzida graças à relação de afeto, cuidado e militância da comunidade da UFSCar da qual faço parte. Elas foram essenciais para dar sentido à universidade diversa, plural e inclusiva que sonhei quando aqui cheguei a 32 anos atrás.

Agradeço não somente a quem tem passado pela minha vida e sonhado junto, mas para quem me ensinou sonhar e aqui faço as primeiras referências pontuando nomes.

As pessoas que compõem minha banca de defesa:

A Profa. Dr. Sandra Aparecida Riscal, minha orientadora, uma potência como educadora, uma biblioteca viva, que acredita que só aprendemos instigando e provocando, nunca acomodando;

Ao Dr. Djalma Ribeiro Júnior, palmeirense, passarineiro, comunicador popular e um dos maiores defensores das ações afirmativas e políticas voltadas para a população pobre e periférica...uma inspiração;

A Dra. Elaine Maldonado, pedagoga, escritora, zen, budista, referência para discentes do Campus de Araras, meu exemplo como pesquisadora;

Ao Prof. Dr. Ronaldo Tavares de Araújo, orgulho em ver aquele menino que foi um dos primeiros discentes bolsistas do Campus de Araras, voar tão alto... o amigo, o irmão mais novo, aquele com quem dividi risos e choros e que mostrou que era esta universidade pública que sonhava e que era possível;

Ao Prof. Dr. Marcus Vinícius Batista Nascimento, professor, intérprete, tradutor, pesquisador, amante da boa conversa que mistura palavras com sinais (que amo), uma das pessoas que mais luta contra o racismo institucional;

A Profa. Dra. Sabrina Helena Ferigato, a mentaleira mais coração e emoção que já nasceu, aquela que acredita nas pessoas e no amor da forma mais pura que se possa pensar, que acredita nas políticas públicas e na universidade para todas e todos;

A Dra. Thais Juliana Palomino, cachorreira, de fala calma, de sorriso leve e choro fácil...não existe uma ou um indígena da UFSCar que não a conheça e a ame.

A todas as pessoas que foram Coordenadoras, Coordenadores dos Projetos do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil, que ajudaram a materializar a permanência estudantil, assim como a todas e todos discentes que foram bolsistas, em especial ao João Grigoletto e a Mari Pereira que vão sempre morar no meu coração;

A todas as pessoas que fazem parte das Unidades da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis que lutam, incansavelmente, todos os dias, pelas políticas de assistência e permanência, resgatando vidas;

A todas as pessoas que fazem parte da Gestão UFSCar por sempre priorizarem a permanência das e dos discentes, abraçando todas as causas, em especial ao Prof. Dr. Eduardo Moschini que sempre acreditou que esta tese chegaria ao final, mais do que eu;

A todas as pessoas que fazem parte do Programa de Pós Graduação em Educação, em especial a querida Thais, que responde pela Secretaria do Programa, pelo cuidado e respeito que tem com todas as pessoas e à Profas. Dras. Tatiane Cosentino Rodrigues pela presença constante e Iraí Maria de Campos Teixeira, dona de uma luz única;

Ao amigo André Pereira que à frente do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus resistindo e avançando nas políticas públicas em prol das pessoas pobres e periféricas, mostrando que a Universidade é um lugar possível;

A querida Amarilys Macari que chegou a UFSCar - Araras em 2013, escancarando a realidade do

que é ser mãe, bolsista e estudante num espaço que não foi pensado para esta realidade, mas persistiu, resistiu e mais do que isto, reagiu e além de nos dar de presente a convivência com o Pê (ah o Pedro!). Ela sabe o quanto ela significa na minha vida;

As e os discentes com quem dividi militâncias, aprendendo que as lutas se constroem quando se tem amor e que este amor contagia: meu querido Raul Amorim, Karina Bispo, Tatiana Niceas, Gabriel Moutinho, Maria das Graças (Mariaty) e Thais Suzan;

As queridas Uara Pataxó, Amanda Pankará e Vanessa Atikum e em nome delas a todas as pessoas indígenas que fazem do Centro de Culturas Indígenas uma expressão de luta, resistência e permanência;

Ao querido D'Ajata Oliveira e em nome dele a todas e todos discentes internacionais que fazem do Centro de Estudantes Internacionais um espaço de acolhimento e suporte;

Ao querido Sandro Francischini e em nome dele a todas e todos discentes pcds, que ensinam que nada pode ser construído por eles ou elas, mas sempre com eles e elas;

Ao querido Thiago Loureiro, expressão de luta e quebra de barreiras, sempre defendendo as causas LGBTQAPN+, um divisor de águas na luta pelas minorias na UFSCar ;

As amigas Virgínia Custódia e Karime Albuquerque por sempre estarem na torcida e nas energias positivas, alegrando meus dias e me ajudando esperarçar;

A querida Silmara Capovilla, amiga, confidente, parceira de militância, de pesquisa, de risos e de choros, coordenadora de alguns projetos Piape...partiu deixando uma lacuna e uma saudade infinita;

As educandas do Presídio Feminino de Mogi Guaçu. Elas não sabem, mas quando estava cansada de militar, elas deram um novo significado às políticas públicas, em cada sorriso, em cada abraço, em cada palavra de muito obrigada, mostrando que a vida só tem sentido se você puder fazer algo para que alguém possa ser melhor;

A Profa. Geni Tiritilli, minha professora da terceira série do ensino fundamental, que me ensinou, sem qualquer intenção em ensinar, que vermelho é a cor mais linda do mundo e que política se faz na escola sim... obrigada por nutrir em mim o lado certo de se estar, sempre à esquerda;

E por último, não por ordem de prioridades, mas sim porque mereciam um capítulo à parte:

A minha família: meu companheiro de vida que ajuda a sustentar meus sonhos; ao João pelas ausências que precisou enfrentar quando estava ocupada demais estudando; a Dani que dividiu muitas escutas, leituras, partilhas, livros espalhados pela casa e mais do que isto, foi minha revisora, minha design e meu apoio sempre; a minha mãe que a cada matéria sobre a UFSCar na TV gritava "não estão falando sobre o que você estuda?", por gestar meu sonho; a minha irmã por ser simplesmente o que ela é, uma virginiana convicta, por despertar e cultivar meu gosto por estudar; e aos meus bichos, felinos e caninos, que sempre foram uma válvula de escape no meio de dias turbulentos.

Ao meu pai que chorou comigo, na década de 90, quando não passei na prova de proficiência do Mestrado em Fisiologia Vegetal na UNESP... que raio de mestre em fisiologia vegetal eu queria ser?! Pai, demorou... mas conseguimos!

A todas as alunas e alunos que as políticas públicas para acesso e permanência alcançam, por serem resistência, persistência e resiliência.

RESUMO

Essa tese tem o objetivo de analisar o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil - PIAPE, da Universidade Federal de São Carlos, que visa incentivar o acolhimento, a permanência estudantil, o enfrentamento da violência institucional e das situações de vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, tomou como campo de pesquisa os projetos encaminhados à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos. A pesquisa envolveu os projetos entre os anos de 2019 e 2023. Para a pesquisa quantitativa e qualitativa utilizou-se como instrumento os projetos e seus relatórios (final, de coordenação de projeto, de bolsista e de usuários) que aconteceram antes da Pandemia Covid 19, durante a pandemia e pós pandemia. Na sistematização aqui apresentada, partiu-se do percurso Universidade Pública para quem, relacionando-a com temas como as Políticas de Ações Afirmativas e o Programa de Assistência Estudantil, buscando conversar com políticas e mecanismos que criem ambientes que, para além da inclusão, criem espaços de permanência, vínculo e redes de apoio. Para compor este resgate e contribuir com o objeto da pesquisa foi feita uma breve incursão à Universidade Federal de São Carlos no tocante ao seu histórico frente às lutas por uma universidade pública e para todas e todos e a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, responsável pela gestão de ações e estratégias voltadas a permanência, chegando ao Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil e marcadores importantes para a proposta do programa que orientaram a pesquisa: 1) "Como os projetos se comportaram durante este contexto temporal pré pandemia, pandemia e pós pandemia?" "Quais as linhas de pesquisa que os projetos se inserem e modelos de intervenção?" "Qual foi a qualidade das ações que alcançaram as pessoas atendidas pelos projetos, tanto como coordenação, como bolsistas atuantes, pessoas usuárias participantes das ações". Buscou-se apresentar os projetos desenvolvidos neste recorte temporal (2019-2023), que contribuem para a permanência estudantil, por meio de estratégias coletivas, promoção de espaços de cuidado e pertencimento relacionadas às questões de gênero e demandas étnicas-raciais na universidade pública, construção coletiva de estratégias de enfrentamento aos desafios atuais relacionados ao cotidiano acadêmico, como medos, angústias, luto, isolamento e pertencimento, desta forma a análise buscou ser um balizador para futuros editais, com a proposta de promover inserções mais justas, equitativas e humanas no ensino superior público desse país. Por fim, como produto desta tese foi elaborado um Ebook com os projetos e fotos.

Palavras-chave: Universidade Pública; Políticas de Ações Afirmativas; PNAES; ProACE-UFSCar; Assistência Estudantil; PIAPE.

ABSTRACT

This thesis' purpose is to analyze the "Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil - PIAPE", at the Federal University of São Carlos (PIAPE), which aims to encourage welcoming, the students permanence, to tackle institutional violence and situations of socio-economic vulnerability. Therefore, the field of research was the projects submitted to the Dean's Office of Community and Student Affairs at the Federal University of São Carlos. The research involved projects during the years 2019-2023. For the quantitative and qualitative research, the instrument used was the projects and their reports (final, project coordination, scholarship holder and user reports) that took place before, during and after the COVID-19 pandemic. In the systematization presented here, we started from the Public University for Whom path, relating it to themes such as Affirmative Action Policies and the Student Assistance Program, seeking to talk to policies and mechanisms that create environments that, in addition to inclusion, create spaces for permanence, bonding and support networks. To compose this rescue and contribute to the object of the research, a brief incursion was made into the Federal University of São Carlos with regard to its history in the battlefield for a public university for all and the Pro-Rectorate of Community and Student Affairs, and important markers for the program's proposal that guided the research: 1) "How did the projects behave during this pre-pandemic, pandemic, and post-pandemic journey?" "What lines of research do the projects fit into?" What was the quality of the actions that reached the people served by the projects, both as coordinators, as active scholarship holders, and as users and users participating in the actions.

. The aim was to present the projects developed in this timeframe (2019-2023), which contribute to student permanence, through collective strategies, promotion of spaces for care and belonging related to gender issues and racial ethnic demands in public universities, collective construction of coping strategies for current challenges related to academic daily life, such as fears, anxieties, mourning, isolation and belonging, in this way the analysis sought to be a parameter for future calls for proposals, with the proposal to promote fairer, more equitable and humane insertions in public higher education in this country. Finally, as a product of this thesis, an ebook was produced with the projects and photos.

Keyword: Public University; Affirmative Action Policies; PNAES; ProACE-UFSCar; Student Assistance; PIAPE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela

- 1 - Número de estudantes atendidos por ações de assistência estudantil e suas respectivas rendas per capita familiares
- 2 - Total de bolsistas - Bolsa Moradia Vaga
- 3 - Total de bolsistas - Bolsa Moradia em Espécie
- 4 - Total de bolsistas - Bolsa Moradia Mãe/Pai
- 5 - Total de bolsistas - Bolsa Alimentação
- 6 - Total de bolsistas - Bolsa Transporte
- 7 - Áreas dos projetos PIAPES 2019-2023

Quadro

- 1 - Incursão Sobre o acesso ao ensino superior e assistência estudantil
- 2 - Investimentos PNAES - Anos 2008-2024
- 3 - Cronograma de Ações e Metas em Função dos Objetivos - período de vigência do PDI (2024 – 2028)
- 3 - Índices de Vulnerabilidade PAE
- 5 - Pontuação PAE
- 6 - Classificação por índice de vulnerabilidade PAE
- 7 - Recursos PNAES UFSCar 2009-2025
- 8 - Modelo Projeto PIAPE
- 9 - Projetos PIAPE 2019
- 10- Projetos PIAPE 2020
- 11- Projetos PIAPE 2021
- 12- Projetos PIAPE 2022
- 13- Projetos PIAPE 2023
- 14- PIAPE pela Coordenação
- 15- PIAPE pelas pessoas bolsistas

Figuras (Imagens dos PiAPES)

- Capa- Amar-Elos
- 1 - Degustação Literária
 - 2 - InformaSUS
 - 3 - Construindo Conexões
 - 4- Ateliês Artísticos Afetivos
 - 5- Horta Moradia Estudantil
 - 6- Culinartes
 - 7- São Bonitas as Canções
 - 8- A Arte como cura
 - 9- Espaço Seguro
- Insta da Moradia

Listas de Siglas e Abreviaturas

ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BAPE	Bolsa Auxílio Pré-Escolar
COVID 19	Coronavírus Disease 2019
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCHB	Centro de Ciências Humanas e Biológicas
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCGT	Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia
CCN	Centro de Ciências Naturais
CCTS	Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade
CE	Comissão de Educação e Cultura
CECH	Centro de Educação e Ciências Humanas
COACE	Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis
COAD	Conselho de Administração
COEX	Conselho de Extensão
COG	Conselho de Graduação
COGEPE	Conselho de Gestão de Pessoas
CONSUNI	Conselho Universitário
COPG	Conselho de Pós Graduação
COPQ	Conselho de Pesquisa
CRIE	Captação de Recursos para Investimento em Equidade
DEAE	Departamento de Assistência Estudantil
DEAS	Departamento de Atenção à Saúde
DEACE-Ar	Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis Araras
DEACE-LS	Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis Lagoa do Sino
DEACE-Sor	Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis Sorocaba
DEESP	Departamento de Esportes
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FAI	Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Estudantis
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GETA	Grupo de Estudos e Trabalhos em Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INCLUIR	Programa de Inclusão no Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NEAB	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros
OCC	Orçamento de Outros Custeios e Capital
PAA	Programa de Ações Afirmativas

PAE	Programa de Assistência Estudantil
PACUPIA	Programa de Agentes Comunitários Universitários de Promoção de Inclusão e Acessibilidade
PAIEQ	Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Quilombolas
PAPEL	Programa de Apoio às Práticas Esportivas e de Lazer
PBP	Programa Bolsa Permanência
PEC-G	Programa de Estudantes Convênio de Graduação
PET	Programa de Educação Tutorial
PIAPE	Programa Institucional de Acolhimentos à Permanência Estudantil
PIBIC-AF	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ações Afirmativas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLANALSUCAR	Programa Nacional de Melhoramento Genético de Cana de Açúcar
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE	Programa Nacional de Educação
PRODIN	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades
SAADE	Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade
SGAS	Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UMMA	Unidade Multidisciplinar de Memória e Arquivo Histórico

SUMÁRIO

Introdução	17
<hr/>	
CAPÍTULO 1. PARA ALÉM DA INCLUSÃO	23
1.1. Uma breve incursão sobre o acesso ao ensino superior público	24
1.2. Universidade pública para quem?	42
<hr/>	
CAPÍTULO 2. AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	48
2.1. Uma breve incursão sobre o acesso ao ensino superior público	49
2.2. Universidade pública para quem?	52
<hr/>	
CAPÍTULO 3. A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	64
3.1. Definindo a permanência estudantil	65
3.2. Permanência material	69
3.3. Permanência simbólica	72
<hr/>	
CAPÍTULO 4. O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES	77
4.1. A construção - um pouco da história	78
4.2. Enfim, agora é política	82
4.3. Breve panorama político sobre o PNAES	85
<hr/>	
CAPÍTULO 5. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	91
5.1. Sobre a UFSCar	92
5.2. Histórico das ações afirmativas	96
5.3. Histórico da permanência	102
5.4. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis	104
5.5. O Programa de Assistência Estudantil	107
<hr/>	
CAPÍTULO 6. CAMINHOS DA PESQUISA	120
6.1. Para não perder o horizonte	121
6.2. Estratégias e práticas utilizadas	124
<hr/>	
CAPÍTULO 7. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ACOLHIMENTO E INCENTIVO À PERMANÊNCIA ESTUDANTIL - PIAPE	126
7.1 Definindo o PIAPE	127
7.2. Instrumentos de avaliação de projetos	130
7.3. PIAPE antes da pandemia	132
7.4. PIAPE durante a pandemia	141
7.5. O ano de 2021 - Ainda em tempos de pandemia	157
7.6. PIAPE pós pandemia - 2022 o retorno	168
7.7. O ano de 2023 - Um movimento diferente	170

CAPÍTULO 8. POR DENTRO DOS PIAPES	192
8.1. Tecendo presença, cuidado e pertencimento, uma análise	193
8.1.1. Comportamento dos projetos no contexto temporal pré pandemia pandemia e pós pandemia	194
8.1.2. Linhas de pesquisa e modelos de interação	198
8.1.3. Qualidade e impacto das ações	200
8.1.4. Dialogando com Paulo Freire	204

CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	218

INTRODUÇÃO

Esta tese é fruto de aprendizados, vivências, dúvidas e angústias que se potencializaram em 2021 com a minha inserção na Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na área de políticas estudantis. Porém, o percurso profissional e pessoal nessa política específica vem desde minha inserção na Universidade, em 1994, como servidora da Biblioteca de Araras e, através dela, o contato direto com discentes. Era um lugar que amava estar, mas que faltava algo. Era uma Universidade voltada, quase exclusivamente para uma elite. Mas era também uma Universidade onde poucas e poucos se atreviam a romper o privilégio desta elite, que aos poucos foi se colorindo, e embelezando e tornando o lugar que sempre quis estar.

Transitei por esta Universidade, sempre tendo como foco as pessoas estudantes. Ao assumir o cargo de Pró Reitora Adjunta de Assuntos Comunitários e Estudantis em 2021 durante a pandemia do Covid 19 fez-se, também, a necessidade de se buscar formas de reinventar os espaços de acolhimento e afeto e com isso assumi a coordenação do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência Estudantil (PIAPE).

Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência Estudantil (PIAPE) da Universidade Federal de São Carlos que visa incentivar o acolhimento, a permanência estudantil, o enfrentamento da violência institucional e das situações de vulnerabilidade socioeconômica em complementação às medidas institucionais existentes na Universidade.

Pensando em políticas de permanência, de acordo com Heringer, R. (2014), é preciso levar em conta tanto a permanência material como a permanência simbólica envolvidas no ingresso e na permanência da educação superior. Estar nos espaços acadêmicos é também romper fronteiras invisíveis e algumas destas fronteiras acabam levando a dimensões de não pertencimento àquele ambiente, como se estes estudantes nem sempre se vissem com pleno direito de estar ali no espaço da universidade. Nesta perspectiva, os projetos apresentados no decorrer dos anos de 2019 a 2023 no Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil buscam também atuar para

que se criem ambientes de plena inclusão e respeito dentro dos espaços universitários, ambientes que criem vínculos e redes de apoio, ambientes que possam ser apresentados como mecanismos de cuidado, ambientes que proporcionam arte, cultura e afeto.

Criado no ano de 2019, o programa visava apoiar o acompanhamento das pessoas estudantes de graduação, tendo em vista a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção, ao desligamento e à evasão nos cursos de graduação da UFSCar, com ações vinculadas ao Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UFSCar.

Importante ressaltar que o programa também surgia como uma estratégia de ação no campo da saúde mental, quando a comunidade universitária debatia a construção de uma política de saúde mental que foi aprovada e implementada nos anos seguintes e consolidada com a criação e funcionamento, a partir de 2023, da Coordenadoria de Saúde Mental - CASM, vinculada a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.

Nos anos seguintes, 2020 e 2021, a pandemia da COVID-19 e a necessidade de afastamento social, como a principal estratégia recomendada pelas autoridades sanitárias para preservar a vida e a saúde das pessoas, trouxe inúmeras repercussões que impactaram a vida e a rotina das pessoas, famílias e instituições, atingindo várias esferas da vida social, política e econômica de todas as nações.

Diante de um cenário de isolamento social, medo de adoecer/morrer, ansiedade com o futuro profissional, prejuízos nas finanças das famílias que proporcionam dificuldades econômicas, luto, adaptação a novas propostas de educação, fragilização das redes de suporte social, passam a fazer parte da vida das pessoas estudantes, tendo maior impacto especialmente sobre aquelas pessoas que antes da pandemia já possuíam vulnerabilidades diversas, especialmente estudantes bolsistas assistenciais do Programa de Assistência Estudantil (PAE).

É neste contexto que o Piape veio com a proposta de desenvolvimento de atividades de acolhimento, apoio e suporte aos estudantes em função de necessidades biopsicossociais surgidas ou ampliadas pela pandemia COVID19.

Com o retorno às atividades presenciais em 2022 e 2023 o programa se readaptou ao presencial, buscando a qualidade de vida e permanência estudantil, com foco em atividades nas áreas de saúde física, saúde mental e suporte social.

Esta tese aborda cinco anos do Programa, a contar do primeiro edital em 2019 até o ano de 2023, tendo contabilizado 82 projetos, 116 bolsistas, mais de 1.500 discentes de graduação e pós-graduação que participaram das atividades propostas pelos projetos.

Assim, analisando os projetos desenvolvidos ao longo destes seis anos, as perguntas orientadoras que impulsionam o projeto desta pesquisa foram: “Como os projetos se comportaram durante este contexto temporal pré pandemia, pandemia e pós pandemia ?” “Quais as linhas de pesquisa que os projetos se inserem e os modelos de intervenção?” Qual foi a qualidade das ações que alcançaram as pessoas?

A partir dessas perguntas chegou-se ao objetivo de pesquisa que é analisar o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência Estudantil (PIAPE) da Universidade Federal de São Carlos como um espaço seguro de acolhimento e instrumentação aos estudantes universitários com ênfase a permanência, promovendo espaços coletivos de cuidado e pertencimento.

A justificativa dessa escolha dá-se pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2007, transformado em decreto presidencial em 2010 (n.º 7.234 de 19 de julho de 2010) e em Política Nacional de Assistência Estudantil pela Lei 14.914 de 03 de julho de 2024 que tem como objetivos: democratizar e garantir as condições de permanência na educação superior federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência nos cursos e conclusão deles; reduzir as taxas de evasão, além de contribuir para a inclusão social.

Para discorrer sobre o tema, essa pesquisa se apoiou no largo conhecimento teórico já produzido sobre as políticas públicas voltadas para a assistência estudantil e para as ações afirmativas no ensino superior e dos mecanismos de permanência estudantil.

O objeto deste estudo são os projetos do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil, os sujeitos deste estudo são as pessoas estudantes universitários que participaram destes projetos, as

peças coordenadoras dos projetos e as pessoas bolsistas que trabalharam no desenvolvimento dos mesmos, podendo assim aferir a qualidade das ações. Para tanto foi trabalhado um questionário que é aplicado com estas pessoas, também fazendo parte do relatório final de cada projeto para que possam ser emitidos os certificados para todas as pessoas participantes.

A tese aqui exposta demonstra os resultados da pesquisa, organizados em nove capítulos. O primeiro capítulo, denominado de "Para além da inclusão", faz uma breve incursão sobre o acesso e sobre a universidade pública, trazendo dados históricos de assistência estudantil no Brasil a partir de pesquisas baseadas em legislações, livros, publicações e documentos históricos mobilizados pelo Fórum Nacional de Pró-reitores e Pró-reitoras de Assistência Estudantil.

O segundo capítulo, intitulado de "As políticas de ações afirmativas", apresenta as ações afirmativas como política pública necessária ao combate da desigualdade, marginalização, discriminação social, étnica e racial e também ampliação da diversidade e acesso à universidade, trazendo sua definição e um breve histórico sobre a sua construção.

O terceiro capítulo, "Definindo a permanência estudantil", aborda a permanência que vai além da matrícula e rematrícula na Universidade, ela se fundamenta na integração social e acadêmica do estudante, na qual quanto mais integrado e engajado está na instituição, mais probabilidades tem de permanecer nos estudos, neste sentido o capítulo aborda a permanência material e a permanência simbólica.

O quarto capítulo, "A Política de Permanência Estudantil - PNAES", apresenta o PNAES que nasce com a Portaria Normativa nº 39/2008 do Ministério da Educação; em 2010 foi institucionalizado pelo Decreto nº 7.234, com o intuito de democratizar as condições de permanência de jovens na educação superior e passando, em 2024, a ser uma política, através da Lei n. 14.914/2024. O capítulo aborda a definição da PNAES e um breve panorama histórico e político, demonstrando que a permanência estudantil é um direito.

O quinto capítulo, denominado "A Universidade Federal de São Carlos", coloca a universidade dentro do contexto de assistência e permanência estudantil, o diálogo neste capítulo vem com um histórico das ações afirmativas, o histórico da permanência e os mecanismos para que a assistência estudantil

aconteça na UFSCar, com a atuação da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e do Programa de Assistência Estudantil.

O sétimo capítulo aponta o caminho percorrido na construção desse estudo, através de uma pesquisa aplicada que utilizou como metodologia o estudo de caso, o Programa de Incentivo ao Acolhimento e Permanência Estudantil desenvolvido pela Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos, durante os anos de 2019 a 2023, atuando junto aos discentes que participaram das atividades desenvolvidas pelos projetos, coordenadores e coordenadoras dos projetos e bolsistas atendidos.

O oitavo capítulo, "O Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE)", discorre sobre o programa, seu histórico e seu divisor de águas, durante a pandemia e pós pandemia Covid 19. Ao apontar os projetos, retomamos as descobertas da pesquisa a fim de potencializar a tese como um indutor de reflexões sobre os projetos, com fazeres compondo com a possibilidade de uma rede de suporte e proteção a estudantes, principalmente aqueles atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UFSCar, zelando pela permanência desses e dessas estudantes.

O nono capítulo apresenta a análise dos dados obtidos nos instrumentos de medição dos projetos: relatório de coordenação, relatório de bolsista e relatório de usuário.

Ao apontar essas análises, retomamos as descobertas da pesquisa a fim de potencializar a tese como um indutor de reflexões sobre o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil e seu impacto nas pessoas que são alcançadas por suas ações que buscam não só acolhimento, presença, pertencimento, como também justiça e transformação social. Além disso, ao ser trabalhadora da permanência e assistência estudantil, cujo processo de formação no curso do doutorado foi impulsionado pelos desafios do cotidiano profissional, a vivência com as vulnerabilidades estudantis, buscou-se dar um retorno sobre o conhecimento adquirido ao longo desse processo. Nesse sentido, essa tese, mais do que apresentar mecanismos e dispositivos de permanência estudantil, busca, também, visibilizar projetos que fazem a diferença na vida das pessoas discentes, projetos inspiradores, projetos que salvam vidas e reforçam as políticas públicas no campo das ações afirmativas e

da permanência estudantil como garantidoras de direitos sociais.

Compreende-se também, que as análises e relatos que compõem esta tese podem contribuir com a regulamentação da PNAES e inspirar boas práticas institucionais de permanência estudantil nas universidades brasileiras.



Degustação literária em tempos de PIAPE E COVID

A literatura está ainda mais presente nesses tempos, em
livros, músicas e filmes.

Venha fazer parte de uma conversa descontraída e
animada.

CAPÍTULO 1. PARA ALÉM DA INCLUSÃO

1.1. Uma breve incursão sobre o acesso ao ensino superior público

Para abordar as políticas públicas de permanência estudantil para o ensino superior é necessário um passo antes e abordar o acesso às Universidades Públicas, a partir de pesquisas baseadas em legislações, livros, publicações e documentos históricos que versam sobre o tema, para após discorrer sobre a assistência estudantil, com ênfase aos materiais presentes e produzidos pelo Fórum Nacional de Pró-reitores e Pró-reitoras de Assistência Estudantil.

Kowalski (2012) atrela assistência estudantil ao surgimento da universidade. Para a autora as universidades originaram-se como um grande legado da Idade Média, refletindo o modo de vida medieval e se configurando como uma organização do tipo corporativo, voltando-se para a proteção de seus membros, mestres ou estudantes, assegurando-lhes auxílio mútuo e fraterno. Porém esta universidade destacada pela autora tinha um público alvo e um destino certo, muito diferente do que esperamos quando pensamos em uma universidade como espaço que deve guardar a diversidade, criando condições comuns para uma identidade do diverso na produção do conhecimento, com foco em sua função social.

As primeiras universidades nasceram do interesse da Igreja e do Estado, destinadas à transmissão do conhecimento e não em sua descoberta, com características essenciais em ser uma corporação eclesiástica. As condições sociais e culturais da época favoreceram esse progresso, que se iniciou nos fins do século XII, quando foram fundadas as primeiras e mais importantes universidades: Bolonha, Paris, Oxford e Montpellier. (Diogenes, Cunha, 2017)

Ainda de acordo com os autores, falar do ensino superior e das universidades que nasceram na Idade Média é falar de um sistema universitário que se destina a manter a ascensão e posição social de elites letradas européias, e a importância de manter essa desigualdade de acesso a esta educação. Completando:

A universidade favoreceu o desenvolvimento do individualismo político no final da Idade Média, mas não era o individualismo o que de fundamental existia na experiência humana adquirida na universidade, mas a experiência da sociabilidade universitária, integração poderosa da clientela que estruturava toda aquela sociedade...A vida universitária era a aprendizagem do privilégio (DIOGENES, CUNHA, 2017).

No final da Idade Média as grandes universidades se convertem em potências políticas, desempenhando um papel ativo nas lutas entre os estados, se integrando em novas estruturas nacionais dos estados, se direcionaram para ser um importante instrumento de poder por parte do papado e das monarquias, com a formação de profissionais para atuarem no âmbito do poder na origem do Estado laico na Baixa Idade Média. (Cusati et al, 2021)

Ainda de acordo com Cusati et al (2021) com as grandes navegações, os hispânicos levaram para suas colônias o modelo de educação superior europeia, com uma estrutura administrativa diferente, concepção de ensino, tipologia e metodologias diferentes da Universidade desenvolvida no período medieval, mas adaptada à ideologia dominante dos grupos que deram origem a essas instituições, servindo como doutrinação, mantendo os interesses do governo e da elite burguesa.

A intenção aqui não tem o objetivo de explicar as transformações que as universidades e o ensino superior passaram ao longo da história e sim a quem ela se destinava. Kilomba (2021), apresenta muito claro esta fala quando apresenta lugares onde as pessoas vinda de grupos mantidos à margem não podem entrar, lugares nos quais dificilmente poderão chegar e onde não poderão ficar:

Uma longa história de silêncio imposto. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impelidos e dos muitos lugares onde não era possível entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes. (Kilomba, 2021).

Olhando para o Brasil, as primeiras instituições de ensino superior foram criadas a partir do século XIX quando a Corte Portuguesa aportou no Brasil. Estas instituições eram espelhadas nas grandes escolas francesas, voltadas ao ensino e ao caráter profissionalizante, com foco em uma política de controle por parte da Metrópole e nunca em qualquer ação que vislumbra se sinais de independência cultural e política da Colônia. (Favero, 2006).

Flores, 2017, acrescenta que essa era a intenção, a metrópole proibia a criação de Universidades no Brasil com o propósito de impedir o ensino de ciências, de letras e artes, buscando a todo custo manter a ordem existente e evitar movimentos revolucionários. Nesse contexto, acrescenta a autora, no ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do

mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica.

Segundo Flores (2017), é importante colocar que as instituições de ensino superior no Brasil foram organizadas ao longo da história para atender aos interesses de seu tempo e de sua classe dominadora, o que longe significa a democratização do ensino superior. Necessário colocar para ajudar no debate ao longo desta tese que não existia uma preocupação com a instrução acadêmica da população, formada principalmente por pessoas escravizadas e indígenas. A intenção era explorar esta força de trabalho e não qualificá-la. O percurso da formação universitária no Brasil foi marcado por uma trajetória de caráter elitista, voltada a formação de uma elite dirigente, não preocupada com pessoas menos favorecidas.

A primeira universidade em território nacional foi criada em 1920, através do Decreto n.º 14.343, que instituiu a Universidade do Rio de Janeiro, reunindo a Escola Politécnica, criada em 1792, a Faculdade Nacional de Medicina, criada em 1808, e a Faculdade Nacional de Direito, criada em 1891. (Oliveira, 2024).

Partindo desta linha histórica, a primeira prática de auxílio a estudante data de 1928, com a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e de estudantes (Araujo, 2007; Kowalsky, 2012; Silva, 2016). Contudo essa assistência só atingia filhas e filhos da elite brasileira, reforçando que a educação superior no Brasil foi desenvolvida para formar a classe dirigente da sociedade, contribuindo para a reprodução da estrutura social e ao provimento de cargos de prestígio nas relações de trabalho (Mattos, Fernandes, 2022).

Pensando no público a que se destinava, o repasse de verbas para a manutenção da casa de estudantes visa manter o privilégio aos sempre privilegiados e não na permanência daqueles e daquelas que precisam de ajuda para estar nestes lugares, porque a estes e estas isto nem era permitido, estar, quem dera permanecer. Foi somente através das políticas de expansão e inclusão social na rede federal de educação superior, o que será tratada em um capítulo à parte no decorrer desta tese, que estudantes oriundos de camadas historicamente excluídos da universidade pública puderam sonhar com o ensino superior.

Em 1930 deu início um processo de desenvolvimento no Brasil que traz um novo modelo econômico, com a passagem de uma economia e sociedade de base agrária para uma organização predominantemente urbana e industrial. A desvalorização rural pela falta de incentivo dos governantes e em contrapartida a valorização do urbano pelo êxodo rural, fez com que jovens procurassem as cidades em busca de novas oportunidades e novas perspectivas de vida.

É neste contexto que temos a criação da Casa do Estudante no Rio de Janeiro, voltada para o atendimento de estudantes carentes. Mas quem é este estudante carente num Brasil de 1930?

bell hooks deixa isto bem claro quando nos ensina a transgredir:

Nas escolas para brancos, nós estávamos o tempo todo respondendo e reagindo aos brancos...Onde alunos negros eram vistos como penetras, como gente que não deveria estar ali, me ensinou a diferença entre a educação como prática da liberdade e a educação que só trabalhar para reforçar a dominação...A Universidade é um lugar de reclusão, e não uma promessa e possibilidade.(bell hooks, 2024)

O Estatuto das Universidades Brasileiras, criado através do Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931, dispõe sobre o modelo de universidade da época, sendo visto também como a primeira forma de regulamentação da assistência estudantil universitária, marcando o início da assistência estudantil (Silveira, 2012). Se faz necessário lembrar aqui que a assistência estudantil aparece como favor, com ações vistas como caridade e não como direito do sujeito, como prática social e garantia de direitos, como abordado em um capítulo à parte sobre as políticas de assistência estudantil.

Segundo Silva (2016) o auxílio destinado a estudantes lidos como pobres estava vinculado a recursos provenientes da associação de professores, composto por contribuições e doações, numa espécie de fundo assistencial, com recursos que poderiam ser destinados a ações de providência e beneficiência, por meio de bolsas de estudos a estudantes que eram indicados por professoras e professores, tendo como critério a dedicação e inteligência. Nesse sentido, a assistência estudantil nasce com um caráter de assistência como caridade e meritocrático, mostrando a forma como o Estado tratava as questões que

envolviam as necessidades sociais por educação da população vulnerável financeiramente, principalmente no que diz respeito à educação superior.

Esta assistência que aparece como fundo assistencial tinha nome e endereço. A universidade continuava como um território onde pessoas pretas, pardas e indígenas continuavam ausentes. Essa ausência simboliza a posição subalterna como sujeito oprimido que não pode estar e nem falar porque as estruturas não permitem que possam ficar nesses lugares, que suas vozes sejam escutadas. (Kilomba, 2021).

Já Constituição Federal Brasileira de 1934 tem no seu escopo a assistência estudantil, quando coloca a educação como direito de todos e dever do Poder Público. A mesma Constituição, em seu Art. 157, legalizou a seleção de estudantes baseada no mérito e previu a doação de fundos a estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica. A Constituição de 1937, diferente da Constituição de 1934 que foi redigida por uma Assembléia Constituinte e passou pela apreciação de deputados e especialistas juristas, foi elaborada por um único Ministro da Era Getúlio Vargas e marca o novo regime ditatorial, vem marcada por um retrocesso na área da educação com a exclusão do artigo que instituiu a educação como direito e dever do Estado e a inclusão de artigos que equiparava a educação pública com a privada.

É também na década de 1930 que ocorre a Primeira Reforma no Ensino Superior. De acordo com Finatti, Alves e Silveira (2007) essa reforma previa a normatização da educação superior no país, a fim de atender a crescente demanda por novos cursos e o aumento de vagas nas universidades.

Importante sempre resgatar que a formação da educação superior no Brasil tem suas bases alicerçadas pela Europa e isso torna-se determinante no que diz respeito ao acesso de negros, negras e indígenas que integram as populações exploradas e violentadas por Portugal nos processos de colonização do Brasil, como aponta Madaloz, Lauxen e Garces (2023). O discurso do poder e os acessos a demandas e direitos foi construído com base nesta concepção de raças e dita supremacia branca. As autoras acrescentam:

As relações de dominação prevaleceram sobre negros e indígenas, estabelecendo hierarquias, pois "raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da sociedade. Essas relações hierárquicas determinam e continuam a influenciar a nossa história, perpassando por diferentes períodos e contextos. (Madaloz, Lauxe e Garcês, 2023)

A Constituição de 1946 e o fim da Era Vargas, faz menção a perspectiva de direito à educação pública, consolidando a assistência estudantil como obrigatória em todos os níveis de ensino, ficando assim disposta no Art. 172: "Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar" (Brasil, 1946).

Estamos falando de uma Constituição promulgada no Governo Dutra, um governo marcado por assumir uma postura de aliado incondicional dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, com forte repressão contra os partidos e movimentos sociais de esquerda e que, a partir deste breve contexto, é possível entender que "alunos necessitados" tem cor e não é preta.

Mas é também no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 que começam os movimentos estudantis pela defesa da escola pública e gratuita e a democratização da universidade, entrando em cena a União Nacional dos Estudantes. (Carvalho, 2022).

Reforça Araújo (2007) que as duas décadas que se seguem foram marcadas por discussões a partir da ideologia do movimento dos reformadores da educação e as ideias sobre uma educação garantida pelo Estado de forma pública, gratuita e igualitária ganharam força. Essas discussões vêm de históricos de lutas de estudantes por uma reforma e democratização da educação, querendo uma universidade não elitista, voltada para o povo, principalmente para os segmentos mais pobres da sociedade, enfatizando a necessidade não somente da entrada, mas da ampliação de ações na área médica, construção de casas de estudantes e aumento do número de restaurantes universitários.

A Constituição Federal de 1967, período da ditadura militar, reafirma a educação como direito de todos, porém ao tratar do ensino superior o condiciona a estudantes que comprovem tanto a vulnerabilidade como o aproveitamento acadêmico, incluindo também a substituição de gratuidade por concessão de bolsa de estudos, condicionadas à restituição pelo beneficiário (Silva, 2016).

A Reforma da Educação Superior em 1968 trouxe efeitos paradoxais para o Ensino Superior brasileiro, uma vez que possibilitou a modernização de parte significativa das universidades federais, além de determinadas instituições

estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma (Martins, 2009).

A Reforma de 1968 produziu efeitos inovadores, mas também abriu condições para o surgimento de um ensino privado que reproduziu o antigo padrão brasileiro de escola superior, ou seja, instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (Fernandes, 1975).

O ensino superior privado, que surgiu após a Reforma de 1968, tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente. Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional, convertendo sua clientela em consumidores educacionais (Brito, Souza, Almeida, 2021).

Seguindo a linha histórica em se tratando de assistência estudantil, na década de 70 foi criado pelo Governo Federal o Departamento de Assistência Estudantil - DAE, vinculado ao Ministério da Educação, com o intuito de manter uma política de assistência estudantil para graduandos em nível nacional, com programas de alimentação, moradia, assistência médico-hospitalar.

O Decreto n. 69.927/72 do Governo Federal instituiu em caráter nacional o Programa Bolsa Trabalho, destinada a estudantes carente de recursos financeiros, através de comprovação de vulnerabilidade, proporcionando oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas e particulares, nos quais possam incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudos e de ação nas diferentes especialidades (Brasil, 1972).

Algumas outras movimentações aconteceram entre as décadas de 70 e início de 80, voltadas a assistência estudantil, porém o foco estava no ensino fundamental e médio. Isso foi evidenciado em 1983, com a criação pelo MEC da Fundação de Assistência ao Estudante com a função de proporcionar a assistência estudantil, com ações para pré-escola, primeiro e segundo graus, deixando novamente o ensino superior de fora. Tal fundação foi extinta em 1997.

Importante lembrar que entre os anos de 1964 até 1985 o Brasil viveu o Regime da Ditadura Militar, onde a política social, conduzida de forma tecnocrática e conservadora, vinha com o intuito de reiterar uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos.

Em 1985 é criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, instituída pelo Decreto n. 91.177 de 29 de março de 1985, com o intuito de reformular a educação superior brasileira. Considerado como um setor estratégico e lucrativo, o governo militar pensou a reforma universitária de maneira que atendesse, no plano ideal, às reivindicações sociais e, essencialmente, às necessidades econômicas, no plano real. A falsa democratização da educação superior, no período da Ditadura Militar, é refletida no forte incentivo na criação de novas universidades federais e estaduais, investimento em laboratórios e aperfeiçoamento do corpo docente, como colocado por Polo, em 2023.

Outro ponto necessário aqui para o desenvolvimento de conceitos apresentados e defendidos nesta tese é que a assistência estudantil aparece como uma concepção de investimento e a palavra investimento, necessitava de uma contrapartida, quer fosse em trabalho compensatório e contrapartida acadêmica. A assistência estudantil, que tem por finalidade garantir a permanência das pessoas estudantes no Ensino Superior, não vem concebida enquanto direito e sim como um investimento. (Polo, 2023).

No ano de 1987, já em meio ao processo de redemocratização, foi criado o Fonaprace (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis). O Fonaprace congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil. Enquanto finalidade, o Fórum definiu como meta prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES, na perspectiva da inclusão e do direito social e da democratização do ensino” (FONAPRACE, 2008).

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã por ter buscado a participação da sociedade civil na sua elaboração, apresenta uma ampliação na concepção política e ideológica de proteção social, fundamentada

em princípios democráticos e de cidadania, na garantia de direitos sociais, na igualdade de direitos à população, em políticas públicas universais e na responsabilização do Estado frente à questão social.

Seu Art. 205 traz a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e mais, no dispositivo seguinte, arrola o texto constitucional a base principiológica a nortear o desenvolvimento do ensino:

Art. 206...

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber,
- III. Pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. Valorização dos profissionais de ensino...
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma de lei;
- VII. Garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988).

A Constituição de 1988 traz clara a perspectiva em oferecer maior favorecimento ao direito à educação, ampliando o território constitucional e definindo o dever do Estado com a educação e seu comprometimento com o desenvolvimento nacional e com a construção de uma sociedade justa e solidária, individualiza a educação - direito de todos - como bem jurídico, dado o seu papel fundamental para o desenvolvimento da pessoa e ao exercício dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. (Raniere, 2009). Temos aqui um passo importante para dar vazão, posteriormente, para as políticas de ações afirmativas e ampará-la na Constituição sob uma perspectiva equitativa ao invés de meritocrática. Perspectiva que foi fundamental para que o Supremo Tribunal Federal julgasse as políticas de ações afirmativas e os mecanismos de reserva de vagas como constitucionais em 2012.

Segundo Silva (2012) as ações de assistência estudantil de 1930 a 1980 foram voltadas para as questões mínimas de moradia e alimentação de estudantes. Todos os esforços envolvendo assistência estudantil apareciam como um trabalho isolado de cada instituição, buscando garantir alimentação através dos restaurantes universitários, casas universitárias ainda desestruturadas e programas de bolsa ainda ineficientes, sem uma política ou programa de assistência estudantil estruturado (FONAPRACE, 2012).

As políticas educacionais do Brasil passaram por grandes transformações a partir da década de 90, impactadas pela globalização e pela reestruturação produtiva, que afetaram a concepção de educação que passa a voltar-se para preparação da força de trabalho para atender ao mercado em constante instabilidade (Azevedo, 2017).

Ainda segundo Azevedo (2017) nos anos 90, principalmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas voltadas ao ensino superior são reorientada por meio da reforma de Estado que traz alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal redirecionando mecanismos e forma de gestão e assim, políticas públicas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais. Estas ações resultaram na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Nacional, a Lei n. 9.394/96, contudo negligenciando parte das bandeiras encaminhadas pela sociedade civil, especialmente o Fórum em Defesa da Escola Pública.

É também na década de 1990 que a educação superior começa sofrer influência dos organismos internacionais que dispunham sobre sua expansão e sobre a ampliação do acesso das camadas mais vulneráveis. Na sequência cronológica dos fatos históricos sobre a educação superior brasileira e os lentos passos de uma política de assistência estudantil, é importante colocar que nesta década a economia nacional durante o governo de Fernando Henrique Cardoso sofreu ajustes neoliberais, trazendo, entre outras coisas, a adoção de medidas de privatização de empresas do Estado com vistas a equilibrar o valor da nova moeda em vigência no Brasil, o Real. Esse foco na economia surtiu efeitos também nas políticas educacionais desse período (Chauí, 2001).

Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), dentro desse contexto, as políticas educacionais se voltam para a privatização do ensino, de modo a viabilizar uma maior abertura para as universidades particulares, enquanto uma acomodação do capitalismo brasileiro, onde o Estado cria todas as condições para que a Educação seja mais uma mercadoria a ser explorada pelo capital.

Em 1995, a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, uma iniciativa do Movimento Negro brasileiro se constituiu um ato de indignação e protesto contra as condições subumanas em que viviam o povo negro no país, em função dos processos de exclusão social determinados pelo racismo e a discriminação racial presentes em nossa sociedade, criando

uma aliança com a função de pautar a questão racial na agenda dos problemas nacionais, com mais de 30 mil pessoas presentes em Brasília para lembrar os 300 anos da morte de Zumbi, reivindicando políticas de ações afirmativas, incluindo as destinadas para a educação superior. (Brasília, 1996).

Em 2001, a “Conferência de Durban” com a participação do Brasil na Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, trouxe em seu documento final prioridades para o País, assim como as principais demandas da América Latina e do Caribe. O texto adotado garante a proteção de afrodescendentes e povos indígenas e ressalta a necessidade da implementação de ações afirmativas, da produção de dados desagregados e de indicadores para medir a desigualdade racial, da participação da sociedade civil e da cooperação internacional. (Paula, 2010).

Ainda em 2001 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense adotaram o sistema de cotas por força de uma lei estadual (Lei 3.708/2001), seguidas pela Universidade Estadual da Bahia em 2002. Já a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas para estudantes negros e indígenas foi a Universidade de Brasília, em seu vestibular em 2004. A partir disso outras universidades públicas, federais e estaduais, passaram a criar mecanismos de reserva de vagas a pessoas indígenas, negras, quilombolas, pessoas com deficiência, refugiados entre outros, levando para seus Conselhos Universitários a votação para adoção: UNEB (2003), UFMS (2003), UFBA (2005), UFSCar (2008). (Barbosa, Nascimento, 2023).

O ano de 2007 aparece como um ano promissor, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio da Portaria Normativa do MEC n. 39 de 12 de dezembro de 2007 que, em 2010, foi transformada no Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010, abordado em um capítulo à parte nesta tese. O PNAES vem favorecer a permanência de estudantes de baixa renda, por meio da implantação e implementação de ações de assistência estudantil, como moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico, cultura, apoio a esportes, apoio à saúde, entre outros.

No mesmo ano, temos a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, de modo geral, amplia e reorganiza as estruturas físicas das universidades federais e utilização dos espaços em períodos em que a instituição estava com insuficiência

de oferta de vagas em cursos de graduação, principalmente no período noturno. (Silva, 2013). Ainda de acordo com Silva (2013), por meio do REUNI configura-se uma reorganização das universidades públicas com alterações na estrutura física e também de recursos humanos e materiais.

A expansão e processo de emancipação da educação superior representam o primeiro passo no sentido da democratização do sistema. Os programas implementados durante o governo Lula (2003 - 2011) possibilitaram a democratização do acesso à educação superior e tinham a intenção de que as classes populares tivessem acesso à educação superior, quer seja pela via privada ou pela via pública.

Concomitante às medidas implementadas pelo REUNI nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o governo federal aprova a Lei 12.711/2012 que ficou conhecida como a Lei das Cotas, alterando a forma de ingresso nos cursos superiores nas IFES, fazendo com que as universidades, institutos e centros federais reservassem para candidatos que se autodeclarassem preto, pardo ou indígena metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos. (Pozobon, 2019).

Porém mesmo diante de um diagnóstico de que as barreiras educacionais que atingiam (e atingem) as pessoas negras são o principal entrave à igualdade racial no País e com toda a luta do movimento negro por um recorte exclusivo por autodeclaração de raça/cor, o Ministério da Educação vem com a estratégia de se inserir o recorte de renda, atrelando as vagas ao recorte do mau funcionamento do ensino fundamental público e a questão de renda e classe social, buscando combater uma parcela conservadora da sociedade brasileira que apoiava as críticas na falácia da democracia racial e na meritocracia. (Guimarães, 2003).

A Lei trata da reserva de vagas em cada concurso seletivo para cursos de graduação em IFES, por curso e turno, de no mínimo 50% para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Assegura que 50% dessas vagas sejam reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos, alterada para um salário mínimo em 2023. Registra, ainda, que as vagas de que trata a Lei sejam preenchidas por autodeclarados pretos, pardos, indígenas, em 2016, a inclusão das pessoas com deficiência e, em 2023, quilombolas, em proporção no mínimo igual à população

de pretos, pardos, indígenas e quilombolas segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE.

Em 28 de dezembro de 2016, a Lei 13.409 altera a Lei 12.711 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, e no Artigo 7o. estabelece o prazo de 10 anos, a contar da data de publicação, para revisão do programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior.(Barbosa, Nascimento, 2023).

A referida lei, em consonância com o projeto de fazer a educação superior uma realidade para o maior número de pessoas possível, trouxe o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM (criado em 1998), como a principal via de acesso às universidades, sendo uma forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades federais.

Em 2013, por meio de uma Portaria n. 389, foi instituído o Programa de Bolsa Permanência com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, étnico raciais e contribuir para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação nas instituições de ensino superior. (Barbosa, Nascimento, 2023).

De acordo com Pozobon (2019) na mesma perspectiva da democratização do acesso, a Portaria Normativa n. 21, de 5 e novembro de 2012, com nova redação pela Portaria Normativa n. 2, de 03 de janeiro de 2017 institui o Sistema de Seleção Unificada - SISU, desenvolvido e gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de selecionar candidatas e candidatos às vagas das IFES utilizando nota do ENEM como a única fase de seu processo seletivo:

Art. 2º O Sisu é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem.

§ 1º O processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação àqueles realizados no âmbito das instituições de ensino superior, e será efetuado exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. (BRASIL, 2012).

A participação de cada instituição federal de ensino superior para o SISU é formalizada mediante a assinatura de um Termo de Adesão, onde cada instituição descreve as suas condições específicas para as vagas.

O SISU vem com uma nova política pública para o acesso ao ensino superior, democratizando o acesso através da nacionalização da prova, uma vez que os alunos poderiam concorrer, com uma única nota, a vagas de qualquer universidade pública do país inscrita no sistema de seleção, além de promover a mobilidade estudantil.

O SISU constitui-se na estratégia classificada como 12.16 do Programa Nacional de Educação - PNE, consolidando os processos seletivos nacionais e regionais para o acesso ao ensino superior na forma de um exame unificado, vinculando-se a PNAES e a política de ações afirmativas, onde as instituições que dele participam tem em contrapartida a disponibilização de recursos financeiros direcionados para as ações de assistência estudantil. (Alves, Britos, 2021).

A presença de um maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, historicamente excluídas do acesso à educação superior durante décadas, traz contudo um novo olhar para essas pessoas e novas estratégias para garantir a permanência e conclusão dos estudos.

Após o golpe institucional sobre o governo de Dilma Rousseff em 2016, toda Política de Ensino Superior e em especial a importância dada à assistência estudantil, entrou em um outro nível de alerta. Os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2018-2022) não apenas não tinham explicitamente o desejo de continuar o processo de expansão como também trouxeram um desmonte de conquistas neste sentido. A instituição do "Teto de Gastos", a partir de 2017, significou o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, associado a certa visão da universidade como espaço do pensamento crítico, "celeiro da esquerda" no Brasil. Institui, especialmente no (des)governo Bolsonaro, uma explícita e declarada guerra contra a Universidade Pública, propondo, primeiro, a sua entrega à iniciativa privada com a tentativa de implementação do Programa Future-se. Depois, fracassada a proposta inicial, a sua precarização via corte de recursos tanto do MEC quanto do Ministério da Ciência e Tecnologia. Em relação ao PNAES, em 2019, seu recurso passou a ser disponibilizado na modalidade "conta-gotas". A instituição do "Teto de Gastos", a partir de 2017, significou o congelamento dos gastos públicos por 20 anos", isto é, o governo federal realiza

um depósito de 40% no início do ano e deixa o restante para ser homologado pelo congresso nacional no segundo semestre. Esta situação impactou diretamente os processos de planejamento do uso do recurso e, por conseguinte, os programas de assistência estudantil como um todo.(Leonardi, Rosa, Andreazza, 2024).

Sempre necessário destacar que os ataques do (des)governo Bolsonaro aos gestores à própria vida universitária, o desrespeito à liberdade de escolha de dirigentes, bem como o desrespeito à produção do conhecimento, ao valor da pesquisa, ao mérito acadêmico, ao modo como, em nossos espaços, dialogam as gerações e as diferenças, foi uma agressão brutal a universidade, local de conhecimento e liberdade. (Salles, 2020).

Necessário também que este período não foi apenas um período de ataque às universidades, e sim a efetiva execução de um processo de desconstrução de direitos e políticas públicas. Bolsonaro afirmou em seu Programa de Governo em 2019 que nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações com o gramscismo se uniu à oligarquias corruptas para minar os valores de Nação e da família brasileira e que era preciso desconstruir muita coisa, desfazer muita coisa para começar a fazer e que poder fazer estas inflexões o deixavam muito feliz. Começava aí o processo de desconstrução do país (Amaral, Silva Jr, Salles, 2025).

Com o retorno do Governo Lula, em 2023, a educação volta a ser vista como um fator de transformação social, voltando a investir na universalização do acesso e permanência.

Em 14 de novembro de 2023 foi promulgado o Decreto n. 11.781 que altera o Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012 que regulamenta a Lei 12.711/12, a chamada Lei de Cotas já mencionada aqui, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Sofrendo pressão dos movimentos sociais e principalmente de Grupos Quilombolas, a nova lei traz mudanças no mecanismo de ingresso. Na antiga lei, o mecanismo de ingresso para a pessoa que optava por concorrer às cotas, concorria apenas às vagas destinadas a essa modalidade, mesmo que tivesse pontuação suficiente para ampla concorrência. Com a nova legislação, as pessoas que optarem por cotas primeiramente serão observadas as notas pela ampla concorrência e, posteriormente, as reservas de vagas para a cota. Outra

mudança está na redução do valor definido para o teto de renda per capita familiar das pessoas que buscam cota para ingresso no ensino superior, por meio do perfil socioeconômico. Antes o valor exigido era de um salário mínimo e meio como renda por pessoa do núcleo familiar, na nova lei a renda por pessoa diminuiu para um salário mínimo. Outra mudança está na inclusão de pessoas quilombolas como beneficiários das cotas, nos moldes do que atualmente já ocorre para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência (PcDs). O novo decreto também marca significativamente a permanência para esse grupo de ingressantes:

Art. 9 A. Os alunos optantes pela reserva de vagas no ato da inscrição do concurso seletivo que se encontrem em situação de vulnerabilidade social terão prioridade para o recebimento de auxílio estudantil de programas desenvolvidos nas instituições federais de ensino, na forma prevista em ato do Ministério da Educação. (Brasil, 2023).

As mudanças da nova Lei de Cotas foram adotadas na edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2024, com editais em pleno curso e os impactos de suas alterações ainda não foram mensurados.

Em julho de 2024, o Programa Nacional de Assistência Estudantil deixa de ser regulamentado por um Decreto e, através da Lei 14.914/24 passa a ser uma Política Nacional de Assistência Estudantil. Como lei, agora, visa ampliar e garantir condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais de educação superior e de educação profissional e tecnológica, trazendo para dentro da lei uma série de programas do governo federal e de ações já realizadas por universidades e institutos federais.

O quadro abaixo apresenta uma descrição sucinta desta breve incursão sobre o acesso.

Quadro 1 - Incursão sobre o acesso ao ensino superior

Incursão sobre o acesso ao ensino superior e assistência estudantil	
1920	Decreto 14.343/20 Cria a primeira universidade pública, a Universidade do Rio de Janeiro.
1930	Criação da Casa do Estudante no Rio de Janeiro.
1931	Decreto 19.851/31 Início da Assistência Estudantil (Prévia concessão de bolsa de

	estudos e serviço de atendimento médico e hospitalar ao corpo discente).
1930	Primeira reforma da Educação Superior com a normatização da educação superior.
1934	Constituição de 1934 A educação como direito de todos Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.
1946	Constituição de 1946 Art. 172 - Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.
1967	Constituição de 1967 Retira a obrigatoriedade de transferência financeira ao estudante, concede bolsa, porém com obrigatoriedade de reconstituição.
1968	Lei da Reforma Universitária.
1970	Criação pelo Ministério da Educação do Departamento de Assistência Estudantil.
1972	Decreto 69.927/72 Institui o Programa Bolsa de Trabalho com o objetivo de proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares.
1985	Decreto 91.177/85 Cria a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior com o intuito de reformular a educação superior brasileira.
1987	Criação do FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis.
1988	Constituição de 1988 Prevê, como dever do Estado, a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
2000	Início da década marcada pela democratização do acesso e permanência ao ensino superior.
2007	Criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES via Portaria Normativa.
2007	Criação do REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais com o objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.
2010	Decreto nº 7.234

	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Prevê que as ações de assistência estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.
2012	Lei de Cotas A Lei de Cotas determina que metade das vagas das universidades e instituições públicas de ensino superior sejam destinadas a estudantes que concluíram todo o ensino médio em escolas públicas.
2017	Institui o SISU - Sistema de Seleção Unificada para entrada nas instituições federais de ensino.
2017	A instituição do "Teto de Gastos" com o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, limitando os gastos com a educação.
2019	PNAES - restrições para disponibilização.
2023	Decreto n. 11.781 que altera o Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012 que regulamenta a Lei 12.711/12, a chamada Lei de Cotas.
2024	Lei 14.914/24 O Programa Nacional de Assistência Estudantil passa a ser uma Política Nacional de Assistência Estudantil

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Para Heringer (2014) o avanço na democratização do acesso ao ensino público superior se deve a uma combinação de políticas públicas voltadas para a inclusão de setores historicamente excluídos da educação superior, pobres, pretos, pardos e indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas, assim como orientadas para a expansão do próprio sistema de educação superior no Brasil. Frente a um sistema de ensino superior que era extremamente elitista, as Políticas de Ações Afirmativas, as Políticas de Permanência Estudantil e o Programa de Assistência Estudantil que serão discutidos ao longo deste trabalho, são mecanismos que favoreceram o acesso e a permanência de determinados setores da sociedade até então excluídos do ensino superior, trazendo para as instituições públicas um novo perfil de estudantes, deixando-as mais diversas, representativas e socialmente justas.

1.2. Universidade pública para quem?

As políticas de ações afirmativas para o ingresso na educação pública superior partem da premissa de que a educação é um mecanismo importante para a ascensão social, cultural e econômica, um sonho de mudança de vida.

São políticas destinadas a corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos marginalizados. Ao implementar ações afirmativas, reconhecemos a necessidade de superar barreiras estruturais e promover a inclusão de grupos historicamente excluídos. De encontro com uma educação transformadora, abordagem pedagógica de Paulo Freire, as ações afirmativas possibilitam a reinvenção das práticas educativas e das relações interpessoais.

Paulo Freire destaca que a mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais, passa pela educação. (Freire, 2025).

Uma educação voltada para todas e todos, coloca Freire (2025), como um desses sonhos por que lutar, um sonho possível, mas cuja concretização demanda coerência, senso de justiça, força para brigar. Um sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, as discriminações sejam sinais de vergonha. Um sonho em que a democracia não esteja assentada na dor de milhões de famintos, de regenerados, de proibidos de ler a palavra, proibidos de estar.

Como estratégia de superação de desigualdades, o sistema de cotas vem como uma forma de democratizar o acesso de grupos que, partindo de uma educação feita até aqui em escolas públicas, não estariam em condições de igualdade para competir por vagas em universidades públicas com estudantes que cursaram sua vida toda em bons e caros colégios de escolas privadas, destacando que o ingresso nas universidades públicas denunciam uma continuidade de segregação, enfatizando séculos de discriminação, violência e sofrimento das minorias étnico-raciais que extrapolam descrições sucintas (Mazan, Oliveira, Melo-Silva, 2023). Tais autores acrescentam:

A razão histórica, com a escravidão, os massacres, as segregações e as negações de direitos precisam ser resgatadas como responsabilidade moral e como estratégia de promoção da justiça social e diminuição do racismo estrutural no país (Mazan; Oliveira; Melo-Silva. 2023).

As ações afirmativas respondem a pergunta que abre este tópico, “universidade para quem”, quando traz suas cotas para entrada nas universidades públicas federais, por meio do SISU, divididas nos seguintes grupos:

GRUPO LB_EP: Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei n. 13.409/2016 e pela Lei n. 14.723/2023).

GRUPO LB_PCD: Candidatos com deficiência, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei n. 13.409/2016 e pela Lei n. 14.723/2023).

GRUPO LB_PPI: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei n. 13.409/2016 e pela Lei n. 14.723/2023).

GRUPO LB_Q: Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei n. 13.409/2016 e pela Lei n. 14.723/2023).

GRUPO LI_EP: Candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei n. 13.409/2016 e pela Lei n. 14.723/2023).

GRUPO LI_PCD: Candidatos com deficiência, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei n. 13.409/2016 e pela Lei n. 14.723/2023).

GRUPO LI_PPI: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independentemente da renda, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei n. 13.409/2016 e pela Lei n. 14.723/2023).

GRUPO LI_Q: Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 alterada pela Lei n. 13.409/2016 e pela Lei n. 14.723/2023) (UFSCar, SISU 2025).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para uma classificação mais precisa de classe social, foi criado um sistema de medição que abrange estratos sociais, tendo a classe alta, classe média e classe baixa, com maior poder aquisitivo e concentração de renda na classe alta e com menor poder aquisitivo e concentração de renda na classe baixa. Pensando nesse prisma, de acordo com Santos (2009), estudantes vindos de classes ditas como altas ou já familiarizadas com o meio acadêmico, a universidade representa mais

uma etapa da vida escolar. Fazer um curso superior é algo dado como certo, num fluxo contínuo para quem acaba o ensino médio. No caso das famílias dadas como classe baixa, em geral pretas, pobres e periféricas, a universidade representa um grande feito, algo que habita o imaginário como um sonho com possibilidade de alterar seu futuro e o meio social em que circula, assim as políticas de ações afirmativas e a permanência tem um grande peso e sentido para esse grupo.

Sabemos o quanto, apesar de todas as iniciativas citadas no capítulo anterior, o acesso à universidade pública é restrito, e estas são acentuadas ainda mais quando falamos de estudantes pobres, negras e negros e de periferia. Essas dificuldades começam com uma formação escolar muitas vezes deficiente, e ainda pela carência de informações sobre o ensino superior gratuito. Esta questão, combinada com as condições de vida na qual estão imersos esses estudantes, muitas vezes constrictos a trabalhar para incrementar o orçamento familiar, o impossibilita até mesmo pensar numa mudança de realidade de vida através do ensino (Silva; Fernandes, 2014).

Ainda segundo as autoras, a oportunidade através do estudo pode ser o centro da mudança de vida e fator determinante para uma emancipação política e social das pessoas, para que superem sua condição de oprimido, é preciso a tomada de consciência e reflexão sobre a realidade em que vive, podendo, a partir disso, questionar sua situação (Freire, 2011); nesse ponto a educação pode contribuir num sentido verdadeiramente emancipador.

Freire (2011) nos faz refletir sobre o papel da educação emancipatória em todos os níveis de ensino, desde a educação básica até a superior, uma educação que visa a libertação, a transformação radical da realidade, uma leitura crítica do mundo e conseqüentemente, uma mudança desse mundo.

Outra questão merece destaque quando pensamos em universidade para quem, Segundo Bourdieu (2007), de acordo com a ideologia da "escola libertadora" , continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social quando, ao contrário, ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, fornecendo a aparência de legitimidade às desigualdades sociais. Acrescenta ainda:

Justamente porque os mecanismos de eliminação agem durante todo o curso, é legítimo aprender o efeito desses mecanismos nos graus mais elevados da carreira escolar. Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que um filho de operário, e suas chances são ainda duas vezes superiores de um jovem de classe média.(Bourdier, 2007).

As desigualdades sociais não são suprimidas depois do acesso à escola e afetam o desempenho de estudantes, produzindo mais ou menos desigualdades escolares, que se manifestam dentro outros aspectos, pela evasão escolar, pela perda de vaga por desempenho mínimo. As políticas de ações afirmativas devem levar em consideração que, para além da suposta igualdade de oportunidades que as universidades proporcionam, é necessário reconhecer que existem desigualdades sociais e étnico raciais que afetam o acesso e a apropriação do conhecimento científico e dos bens culturais disponíveis para as pessoas. (Madaloz, Lauxen, Garcês, 2023).

Ainda segundo as autoras, as ações afirmativas podem ser consideradas um meio de libertação, onde por meio dessas políticas públicas educacionais, atores sociais têm a oportunidade de se tornarem protagonistas de sua própria história. Como disse Freire na *Pedagogia do Oprimido* a revolução não pode ser feita para as massas, mas com elas, e jamais sobre elas, sendo sempre sujeitos e não objetos de transformação.

Freire destaca em *"Pedagogia da Esperança"* (1992) a importância de criar uma unidade na diversidade, buscando a unidade na diferença e a luta por ela como ponto de partida para a construção da multiculturalidade. Para tanto é necessário vontade política, mobilização e organização dos grupos, visando objetivos comuns. Esta concepção da unidade na diversidade pode ser concretizada por meio da prática efetiva das ações afirmativas, que visam à inclusão e à permanência no ensino superior, contribuindo para a transformação do mundo. (Madaloz, Lauxen, Garcês, 2023).

Arelado ao acesso temos a permanência. Se a condição econômica não é determinante das ações e práticas do estudante pobre, em um passado e em um presente, ela é um componente real, atuante, mobilizador de sentimentos que comumente produzem sofrimento nesse tipo de estudante e ameaçam sua

permanência na instituição. (Portes, 2006). É por esse motivo que as instituições de ensino superior têm procurado ampliar os mecanismos de apoio à permanência estudantil, pois fatores de ordem socioeconômica são apontados como motivos de grande impacto e influência sobre índices de sucesso estudantil. Para muitas pessoas estudantes, a renda familiar insuficiente, associada ou não a outros fatores, compromete a permanência de estudantes na instituição. (Silveira, 2020).

Com a execução de programas como o Reuni e a Lei de Cotas, uma política nacional de assistência aos estudantes, nos termos acima propostos, tornou-se indispensável. À medida que se amplia o acesso de discentes advindos de escolas públicas e considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, faz-se necessária a implementação de políticas que possibilitem a permanência desses universitários, entendendo-se o acesso e a permanência como partes indissociáveis de um processo contínuo. Entender o processo de exclusão social e o contexto de desigualdades é fundamental para elucidar os mecanismos de exclusão da educação, sendo necessário também pensar nesses processos discriminatórios e de exclusão simbólica que o público alvo do PNAES enfrenta. Não bastasse a ausência de condições materiais diretas, esse público enfrenta a exclusão social no aspecto subjetivo, que se caracteriza pela via do não pertencimento. (Silveira, 2020).

Ainda de acordo com Silveira (2020) a opressão, a discriminação, a desapropriação cultural, o preconceito, o não pertencimento, são marcas presentes no cenário educacional e geradores de violação de direitos e liberdades no campo econômico, social, político e cultural, devendo os programas de assistência estudantil priorizar as condições que influem no padrão de exclusão.

Acrescenta:

A promoção da cidadania responsável e consciente cria possibilidades de eliminação de obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade. E para seu desenvolvimento é preciso investimento de políticas educativas que contribuam para o estímulo da construção de identidades positivas, em especial no que diz respeito às pessoas e aos segmentos sociais historicamente excluídos - pretos, indígenas, pessoas com deficiência, pardos, LGBTQIAPN+, mulheres. (Silveira, 2020).

A permanência como uma política institucional, um compromisso que a instituição assume para evitar e/ou diminuir a evasão de estudantes, precisa

criar um espaço de relações na universidade que leve em conta a diversidade e a diferença que constituem o perfil das e dos estudantes, de modo que desempenhe sua função social de promoção e exercício de cidadania, como apontado por Mattos, Fernandes (2022).

Desta forma, voltando a pergunta inicial do tópico “universidade pública para quem” é preciso somar “como”, uma vez que a permanência universitária envolve outras dimensões para além das ações de auxílio de assistência. As e os estudantes compreendem e vivenciam fatores simbólicos que podem influenciar para que permaneçam ou se evadam da universidade. Os projetos do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil buscarão responder este questionamento no decorrer desta tese.

Contudo para se chegar até ele é preciso destacar que o processo político que levou à criação de políticas para que este público, oriundo de escolas públicas, baixa renda, pretos, pardos e indígenas não fosse um caminho sereno e sem conflitos. Ao contrário, trata-se de um caminho cheio de pedras, com muitas disputas também por construção de consensos à custa de muita negociação, como poderemos ver no tópico a seguir.

O uso de substâncias psicoativas nas universidades.



The infographic consists of five stacked 3D blocks, each with a different color and icon. From top to bottom: a green block with a brain icon, a blue block with a group of people icon, a pink block with a lightbulb icon, a purple block with a prohibition sign icon, and an orange block with a martini glass icon. Each block is connected to a corresponding colored text box on the right.

- Substâncias psicoativas: agem no Sistema Nervoso Central, alterando o estado de consciência.
- Cerca de 48,7% dos universitários já usaram substâncias ilícitas.
- Relacionadas a espaços de convivência e festa.
- Pode levar a casos nocivos ou dependência na menor parte dos casos.
- Substâncias mais utilizadas: o álcool, o tabaco e a maconha.

- É importante que pensemos os usos de uma forma não moralizada, pautando o cuidado de si e das pessoas próximas.

 **INFORMASUS**
UFSCAR

CAPÍTULO 2

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

2.1. Definindo as políticas de ações afirmativas

A desigualdade social é uma característica histórica e estrutural da sociedade brasileira, que tem se mantido e se reproduzido mesmo em períodos de crescimento e avanços econômicos. Ela é marcada principalmente pela distribuição desigual de renda que, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2019, além da renda, além das médias, além do hoje, temos desigualdades no desenvolvimento humano. (Barbosa, Nascimento, 2023).

bell hooks coloca que no decorrer da história de luta pelos direitos civis para exterminar a discriminação racial, a exploração e a opressão, a liberdade com frequência foi determinada pelo nível de acesso das pessoas pretas aos mesmos privilégios desfrutados pelos brancos, deixando embutido que nessa noção de liberdade está o pressuposto de que ter acesso é tudo de que se precisa para criar condições de igualdade. Omitem o papel da desvalorização e da degradação, ou de todas as estratégias de humilhação na subordinação racial. (hooks, 2021).

hooks acrescenta:

Como todas as pessoas pertencentes a grupos subordinados que precisam lidar com os estereótipos negativos impostos em praticamente todas as circunstâncias em que dominadores comandam, as pessoas afrodescendentes viveram e seguem vivendo traumas, que em grande parte são uma reconstituição da humilhação. (hooks, 2021).

Os indicadores relativos ao ensino superior indicam que a longa caminhada que uma pessoa estudante faz desde que ingressa na primeira série do ensino fundamental até o acesso ao ensino superior funciona como um grande filtro racial que privilegia as pessoas brancas e bloqueia as pessoas pretas, pardas e indígenas (Educação, 2003).

De acordo com Vieira (2003), ação afirmativa é a denominação geral de uma ampla rede de programas destinados a superar os efeitos da discriminação passada por pessoas negras, com a função de promover ações compensatórias, buscando prover oportunidades iguais para grupos que foram historicamente discriminados de forma negativa. A autora acrescenta:

Ação afirmativa é um conceito que, a fim de compensar os negros e outras minoreias (...) pela discriminação sofrida no passado, devem ser distribuídos recursos como empregos, educação, moradias, etc, de forma a promover o objetivo social final da igualdade (Vieira, 20023)

Importante deixar marcado que não se trata apenas de nivelar pessoas negras e pessoas brancas para que se tenha equidade ou para que possam empreender uma justa competição. As diferenças socioeconômicas entre ambas pessoas são geradas não somente pela falta de habilidades competitivas, mas também pela adoção de padrões seletivos desiguais, baseados em critérios racistas, que explicam, entre outras coisas, porque pessoas negras com diplomas universitários ganham um salário inferior as pessoas brancas com diploma de segundo grau, para as mesmas funções. (Vieira, 2003).

Buscando o resgate de quando este termo foi utilizado pela primeira vez, de acordo com a história moderna, a proteção internacional dos direitos para um dado tipo de pessoas apontado como minoria para aquele momento vivido, começou nos séculos XVI e XVII, em relação à proteção das minorias religiosas. Desse modo, o Tratado de Westphalia, de 1648, que declarou o princípio da igualdade entre católicos e protestantes, pode ser mencionado como o primeiro documento que previu direitos a um grupo minoritário, dentro de uma perspectiva ocidentalizada e eurocentrada, conforme coloca Lopes (2006).

Ainda de acordo com Lopes (2006) talvez um outro momento mais específico de proteção das minorias possa ser considerado a Conferência da Paz (Paris 1919), que expressamente declarou a igualdade de todas as pessoas perante a lei, a igualdade dos direitos civis e políticos, a igualdade de trato e a segurança das minorias.

Em se tratando do uso do termo minorias, é importante colocar que nem sempre está associado a minorias numéricas. O critério objetivo numérico pode ser insuficiente para determinar o conceito de minoria, sendo a exclusão social e a falta de participação nas decisões políticas dos grupos minoritários o melhor critério objetivo de definição. Desse modo, todo grupo humano, cujos membros tenham direitos limitados ou negados apenas pelo fato de pertencerem a esse grupo, deve ser considerado um grupo minoritário (Lopes, 2006).

Quando trazemos para o diálogo as minorias, outro ponto é importante. Manter as minorias no lugar onde foram colocadas pelos opressores é

estratégico, é submetê-las ao domínio da maioria, é oprimir, dividir e mantê-las divididas, condições indispensáveis à continuidade do poder de quem oprime. O que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, olhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. (Freire, 1987).

Fonseca (2009) contribuiu com o conceito “ações afirmativas” colocando que:

Ações afirmativas são políticas públicas destinadas a atender grupos sociais que encontram-se em condições de desvantagens ou vulnerabilidade social em decorrência de fatores históricos, culturais e econômicos. Seu objetivo é garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, e tem como principais beneficiários os membros de grupos que enfrentam preconceitos (Fonseca, 2009).

Para comentar sobre como as políticas que respondem essas demandas vão sendo constituídas e as implicações que trazem para a sociedade é sempre preciso caminhar com a compreensão dos seus antecedentes sociais e históricos e do desenvolvimento das conjunturas políticas e das ações coletivas. Alguns destes pontos ganharão destaque no decorrer desta tese.

Na política de ações afirmativas aprovada pela Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da Universidade Federal de São Carlos traz como definição para ações afirmativas:

O conjunto de políticas que visam combater práticas discriminatórias, equacionar suas consequências, agindo com medidas especiais e temporárias, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação, marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e por deficiências (UFSCar, 2016).

Elas veem desta forma, numa tentativa de corrigir diferenças causadas por séculos de escravidão; por leis que instituíram privilégios territoriais, regionais, econômicos e culturais para diferentes grupos da sociedade brasileira e desdobramentos de leis que acentuaram as diferenças. De acordo com Fonseca (2009) esse conjunto de desigualdades fazem das ações afirmativas políticas públicas necessárias ao combate da desigualdade, marginalização, discriminação social, étnica e racial e também ampliação da diversidade e equidade.

2.2. Universidade pública para quem?

Moehlecke (2002) estabelece que a redemocratização no Brasil é um processo recente e formado por diversas lacunas que precisam ser preenchidas, como oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão de carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política do país. Uma das propostas que surgiram para uma destas lacunas, especificamente quanto ao acesso ao ensino superior e sua permanência nela, está a política de ações afirmativas na educação, também designada "política de cotas" e "reserva de vagas".

Ainda de acordo com o Moehlecke (2002) o termo ação afirmativa chega ao Brasil carregado de uma gama de sentidos. O autor coloca que a expressão teve origem nos Estados Unidos, por volta dos anos de 1960, fruto de um momento de reivindicações democráticas internas por parte da população negra, tendo como bandeira central a extensão da igualdade de oportunidade para todos. Ainda de acordo com o autor ela não se restringiu somente aos Estados Unidos, havendo experiências semelhantes na Europa Ocidental, Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina e Cuba, aparecendo de diversas formas, na forma de ações voluntárias, de caráter obrigatório, estratégias mistas, programas governamentais ou privados, leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomentos e regulação. Seu público alvo variava de acordo com as situações, mas sempre abrangia uma minoria excluída e deixada de lado; buscava igualdade quanto ao mercado de trabalho, sistema educacional e representação política.

Na definição de ação afirmativa, Moehlecke (2002, p. 199) usa a explicação de Barbara Bergmann (1996, p. 7) que coloca:

Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas - aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas. Pode ser um programa formal ou escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou poder ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de maneira diferente.

De acordo com Piovesan (2008) sob a perspectiva histórica de construção, os direitos humanos tiveram como fundamento a dicotomia do "eu versus o outro" em que a diversidade era captada como elemento para aniquilar direitos.

A diferença era visibilizada para conceder o outro como um ser menor em dignidade e direitos ou, em situações limites, um ser esvaziado mesmo de qualquer dignidade, um ser descartável, objeto de compra e venda (vide a escravidão), ou de campos de extermínio (vide o nazismo). Nesse sentido merecem destaque as violações da escravidão, do nazismo, do sexismo, do racismo, da homofobia, da xenofobia e outras práticas de intolerância. (Piovesan, 2008).

Tratar o indivíduo de forma genérica, geral ou abstrata, é insuficiente. Faz-se necessário a especificação do sujeito de direito que possa ser visto dentro de suas peculiaridades, onde a violação de seus direitos exige respostas específicas e diferenciadas. (Moehlecke, 2002).

Guimarães (1997), citado por Moehlecke (2002) se contrapõe a esta definição, que de acordo com a Filosofia do Direito, tratar pessoas de fato desiguais como iguais, somente amplia a desigualdade inicial entre elas, onde as ações afirmativas aparecem como uma promoção de privilégio de acesso a meios fundamentais - educação, emprego - a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente.

Ainda se tratando de sua definição, as ações afirmativas surgem, de acordo com Lima (2014) como uma proposta viável de controle do racismo, à discriminação e ao preconceito por se configurarem uma política de reconhecimento das diferenças e também de autoafirmação. As ações afirmativas objetivam acelerar o processo de igualdade, como o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos socialmente vulneráveis.

O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra no Brasil coloca que as ações afirmativas buscam eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, compensando perdas provocadas pela discriminação e marginalização, quer seja por motivos étnicos, religiosos, de gênero ou outros (Moehlecke, 2002). William L. Taylor, citado por Moehlecke (2002) coloca que as ações afirmativas não são especificamente uma política compensatória

redistributiva, pois ela exige que a carência socioeconômica dos indivíduos seja identificada como consequência da discriminação racial, ética ou sexual, seu problema central.

O livro "Educação Superior no Brasil - 10 anos pós LDB" organizado por Bittar, Oliveira e Morosini (2008), faz uma importante explanação referente à realidade do sistema educacional brasileiro, profundamente marcado por exclusão por diversos mecanismos, colocando os pobres, negros, indígenas, mulheres, jovens, idosos, homossexuais, pessoas do meio rural, pessoas com deficiência, diante de uma educação de inferior qualidade, ressaltando a figura da escola como um espaço privilegiado de crescimento intelectual, profissional e social, bem como de construção de valores, democracia e cidadania, mas também como local onde se reproduz ou supera desigualdades e hierarquias, estereótipos, segregação, agrupando os efeitos perversos que isto pode ocasionar aos seres humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é responsável por inovações em termos dos direitos fundamentais, inicialmente pela tônica da proteção geral que expressava o temor da diferença, com base na igualdade. (SANTOS, 2012).

Seifert, Hage (2008) colocam que os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução, onde a educação aparece como um direito humano, implicando reconhecer o direito à igualdade e a diferença, onde as ações afirmativas aparecem como políticas públicas e práticas educativas que sejam capazes de enfrentar as desigualdades sociais em seus múltiplos aspectos. Igualdade para os autores traz como premissa o respeito à diversidade, admitindo as particularidades e as necessidades específicas de cada grupo oprimido. Reconhecer as diferenças é instrumento fundamental para o alcance da igualdade e para a consequente aproximação dos indicadores sociais dos diferentes grupos que compõem a sociedade.

Especificamente se tratando de ações afirmativas voltadas para a Educação, foco deste trabalho, os autores colocam:

Elas consistem em atender parcialmente às reivindicações dos segmentos sociais minoritários, eliminando os focos de tensão e conflito, promovendo o acesso da parcela desses segmentos aos sistemas de ensino e, conseqüentemente, demandam novas formas de mobilização para que as condições de permanência

sejam concretizadas. (Seiffert; Hage, 2008, p. 143).

Sobrinho (2010) acrescenta:

Num país cuja maioria da população é pobre, como o Brasil, a população de baixa renda poderia pagar, na melhor das hipóteses, por uma educação-mercadoria de baixo custo e precária qualidade...A educação bem pública tem compromisso com a sociedade e a nação... O direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, da consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômico. Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado. (Sobrinho, 2010)

No Brasil os esforços para a implementação de políticas de ações afirmativas são ainda bem recentes. Seiffert, Hage (2008) colocam que apesar da ditadura militar reprimir as atividades políticas e a liberdade intelectual, a luta pela inclusão da população afrodescendente desponta por volta de 1960, com as primeiras manifestações para a criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma mínima porcentagem de negros em seu quadro, mas isto se consolida apenas em 1980, com a criação de um Projeto Lei criando uma ação compensatória para afrobrasileiros.

O marco legal de ações afirmativas no Brasil é a Constituição Federal de 1988 com a institucionalização dos direitos humanos no Brasil, estabelecendo importantes dispositivos que traduzem a busca de igualdade. Somado a ela temos também a Lei das Cotas de 1995 (Lei n. 9100/95) que introduziu uma cota mínima de 20% das vagas de cada partido ou coligação para a candidatura de mulheres. Acrescenta-se o Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto n. 1904/1996) que faz expressa alusão às políticas compensatórias, prevendo como meta o desenvolvimento de ações afirmativas em favor de grupos socialmente vulneráveis.

A Conferência de Durban, na África do Sul, também reforça a importância do Estado em adotarem ações afirmativas como medidas compensatórias de discriminação (PIOVESAN, 2008). Foi a partir dela que o Estado brasileiro reconheceu os efeitos do racismo e a necessidade de adoção de medidas que pudessem minimizar ou mitigar as consequências de seus efeitos. A partir daí o Brasil passou a experimentar as ações afirmativas de forma mais sistemática, vindo na forma de cotas ou reserva de vagas em Instituições de Ensino Superior de forma voluntária. (SANTOS, 2012).

Nas palavras de Santos (2012):

A posição do Brasil em relação a Durban foi decisiva para o aquecimento do debate acerca das políticas de ações afirmativas. Em documento levado à conferência, o país defendeu a adoção de medidas afirmativas para a população afrodescendente nas áreas da educação e trabalho. O documento propôs a adoção de ações afirmativas para garantir o maior acesso dos afrodescendentes às universidades públicas. (Santos, 2012)

Piovesan (2008) reforça este contexto, colocando que a partir de Durban, foram adotados, em 2002, programas de cotas para afrodescendentes em algumas universidades. As universidades no Brasil passaram ser provocadas e chamadas para participar da correção dos erros de 500 anos de colonialismo, escravidão, extermínio físico, psicológico e simbólico de povos indígenas, bem como dos negros africanos e de seus descendentes, como coloca Silva (2003).

A autora acrescenta que órgãos superiores de universidade públicas, respondendo a reivindicações e propostas do Movimento Negro e também instados por compromissos internacionais, assumidos pelo Brasil de combate a fome e ao racismo, começam a se interessar pela demanda de reconhecimento de seus direitos, de sua cultura, identidade histórica, feita pelos negro e pelos povos indígenas.

Pioneiras, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília e Universidade do Estado da Bahia, explanadas mais a seguir quando falado sobre experiências pioneiras, propuseram e efetivaram a reserva de vagas para negros, tendo como critério primeiro a aprovação no concurso vestibular. (Silva, 2003). Mas engana-se se acreditar que, mesmo sendo aprovado em seus conselhos a destinação das vagas, elas ficarão ilesas de inúmeros processos jurídicos por parte daqueles e daquelas que se sentiram prejudicados e prejudicadas tentando impedir a efetivação da política. É a violência dos opressores! A manutenção da ordem social injusta!

Na mesma perspectiva de crítica à homogeneidade da composição da comunidade universitária, no que diz respeito à cor de suas pessoas estudantes, pessoas servidoras, a Universidade de Brasília aprovou normas e passou a estabelecer estratégias, visando garantir o ingresso de negros e indígenas que demonstrem competências para realizar estudos superiores. (Silva, 2003).

Importante ressaltar que não resume-se apenas a reserva de vagas, mas

também no compromisso de assumir que deixa de atender unicamente aos interesses de um único segmento, até então privilegiado, no compromisso de ampliar seu campo de visão e a produção de seu conhecimento, como explica Silva (2003).

A presença numericamente significativa de jovens das classes e grupos até então impedidos de frequentar os bancos universitários, deve levar a que as ideologias, teorias e metodologias que sustentam e dão andamento à produção de conhecimentos sejam questionadas e, em decorrência, as atividades acadêmicas e científicas sejam redimensionadas (Silva, 2003).

Silva (2003) acrescenta que é importante ter claro que, quando as universidades brasileiras se propõem a adotar um plano de ações afirmativas, não estão apenas buscando corrigir os 500 anos de colonialismo, escravidão e extermínio não só de pessoas, mas de concepções, crenças, atitudes, conhecimentos mais peculiares, está também reconhecendo que muitas e muitos não foram extintos, estão vivas e vivos e precisam ser valorizadas e valorizados, reconhecidas e reconhecidos, não como exóticas e exóticos, mais como indispensáveis para o fortalecimento político destes grupos e da universidade.

Santos (2012) estabelece que mesmo não existindo legislação em âmbito nacional que obrigue todas as instituições do país a adotarem algum tipo de Política de Ações Afirmativas, elas já eram uma realidade desde 2002, como citado anteriormente:

Foram iniciadas no estado do Rio de Janeiro, que aprovou leis aplicáveis à Universidade do Estado do Rio de Janeiro-Uerj e à Universidade Estadual do Norte Fluminense- Uenf. Outra unidade da federação que fez algo semelhante foi o Mato Grosso do Sul, que em 2003 aprovou legislação própria. Ancorada na sua autonomia, também em 2003, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) aprovou em seu Conselho Universitário a adoção das cotas, situação parecida ocorreu na Universidade de Brasília (UnB)...No que se refere ao ensino superior privado, o Programa Universidade para Todos - PROUNI foi uma importante Política de Ações Afirmativas adotada pelo Governo Federal em 2004. O Prouni destina bolsas em IES privadas para estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiências. (Santos, 2012)

Estamos diante do compromisso com o discurso em prol da construção de uma sociedade mais justa, ao se admitir e reconhecer política, cultural e academicamente a diversidade brasileira, ao corajosamente abordá-la a partir do

que é mais doloroso e difícil de ser tratado no seio de uma sociedade racista e que quer ser democrática, o da igualdade racial, afirma Silva (2003). Um programa de ações afirmativas, de modo especial no que tange à meta de cotas para negros nas universidades, significa muito mais do que aumento de oportunidades de acesso ao ensino superior, significa também condições para realizar estudos com sucesso e, além disso, reconhecimento e valorização da cultura, história e dos conhecimentos produzidos por estes povos. Quer motivo maior para uma população branca, eurocêntrica e colonizadora questionar a constitucionalidade desta política?

Muitos foram os pedidos de parlamentares, brancos e pertencentes a uma direita política, diga-se de passagem, questionando e entrando com liminares contra as universidades que começaram adotar cotas para pessoas pretas, pardas e indígenas. Cabe aqui um destaque para que história nunca esqueça o nome destas pessoas:

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio suspendeu ontem a lei estadual 5.346, de 2008, que prevê o sistema de cotas para o ingresso, nas universidades estaduais, de estudantes negros, índios, egressos de escolas públicas e filhos de policiais e bombeiros. A Justiça atendeu a pedido de liminar feito pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP), que questiona a constitucionalidade da lei aprovada pela Assembleia Legislativa...O parlamentar alega que há discriminação entre cotistas e não-cotistas nas universidades que adotam o sistema no Rio, como a Uerj, a primeira do país a ter cotas raciais e sociais...— A lei é demagógica, discriminatória, e não atinge seus objetivos — disse o deputado Flávio Bolsonaro. (ANDIFES, 2009).

Em 2003, José Jorge de Carvalho, professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, pesquisador e atuante dos Movimentos Negros, destacou no capítulo que escreveu para a obra Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica, que se o sistema de cotas para afrodescendentes na UnB ou em qualquer outra universidade brasileira, tem como meta igualar o acesso ao ensino superior na exata proporção racial da população nos espaços territoriais onde esses cursos são oferecidos, conhecedores do arraigado racismo presente em nossa sociedade, chega a conclusão de que o desejo final dessa modalidade de ação afirmativa, ou

seja, a realização completa dos seus objetivos, não dependia da sua própria eficácia na intrínseca, mas da vontade política da sociedade brasileira em acabar com a discriminação racial, de uma vez por todas.

Não foi surpresa, portanto, que alguns setores do governo, mesmo diante do diagnóstico de que as barreiras educacionais que atingem as pessoas negras são o principal entrave à igualdade racial no País. O próprio Ministério da Educação, antes do ano de 2001, recusou-se aceitar o caráter racial das desigualdades educacionais, preferindo atribuí-las ao mau funcionamento do ensino fundamental público e a questões de renda e a classe social. O MEC vinha com o discurso de que o problema de acesso do negro às universidades só poderia ser resolvido pela universalização do ensino de nível fundamental e médio e da melhoria de suas condições de funcionamento, os quais ele, o Ministério, poderia contribuir e cujos frutos seriam colhidos pelas próximas gerações, em um futuro. (Guimarães, 2003).

Assim, frente a este cenário colocado e sem acordo por parte dos parlamentares a respeito da implementação das cotas raciais (para negros, indígenas e pardos), além das cotas sociais (para estudantes oriundos da escola pública) e econômicas (para as famílias de baixa renda), integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), responsáveis por defender aprovação da Lei 12.711/2012 decidiram adiar a votação do projeto de Lei da Câmara, sustentando-se na falta de entendimento a respeito dos percentuais a serem garantidos para cada uma destas divisões. Isto ajudou a atrasar a aprovação da Lei por mais de três anos. (Senado, 2009).

Finalmente em 2012, a fundamentação legal das Políticas Afirmativas se dá com a promulgação da Lei 12.711/2012 que dispõe sobre a política de reservas de vagas para alunos de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas em todo o sistema de educação superior e ensino médio federal, uma das principais ferramentas de ampliação das oportunidades sociais e educacionais do país, precursora de mudanças significativas na democratização do acesso ao ensino superior e na redução da desigualdade social.

A referida Lei traz em sua redação:

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 8º. As instituições de que trata o art. 1º desta Lei deverão implementar, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, e terão o prazo máximo de 4 (quatro) anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral do disposto nesta Lei. (Brasil, 2012).

O Decreto n. 7.824/12 vem regulamentar a Lei 12.711, estabelecendo:

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM poderão ser utilizados como critério de seleção para o ingresso nas instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior.

Art. 2º As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita; e
II- proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. (Brasil, 2012).

Importante destacar que as políticas de ações afirmativas tem um potencial transformador. Elas não só ampliam o acesso à universidade, mas, de acordo com Gomes, N. L., elas também provocaram mudanças nas práticas pedagógicas e curriculares, desestabilizando estruturas excludentes do sistema educacional, desafiando a lógica da exclusão e garantindo o direito de presença nos espaços historicamente negados a determinados grupos sociais.

Passados dez anos, a Lei 14.723/23 vem para atualizar a Lei de Cotas no ensino federal (superior e técnico), trazendo mudanças significativas no modelo de implementação e acompanhamento, com o objetivo de aprimorar os critérios de acesso e fortalecer o compromisso com a equidade na educação superior pública. Entre as principais alterações destacam-se a nova sistemática de classificação das pessoas candidatas às cotas, que passam a disputar também na ampla concorrência, garantir a prioridade das pessoas cotistas no acesso ao auxílio estudantil, a revisão do critério de renda e a inclusão de estudantes quilombolas, até então fora das cotas.

A referida Lei traz a seguinte redação, referente as alterações:

Art. 1º Esta Lei altera a [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#), para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Art. 2º A [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

[Parágrafo único](#). No preenchimento das vagas de que trata o **caput** deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo **per capita**.” (NR)

§ 1º No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no **caput** deste artigo, as remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, a autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou a pessoas com deficiência e, posteriormente, completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

§ 2º Nos concursos seletivos para ingresso nas instituições federais de ensino superior, os candidatos concorrerão, inicialmente, às vagas disponibilizadas para ampla concorrência e, se não for alcançada nota para ingresso por meio dessa modalidade, passarão a concorrer às vagas reservadas pelo programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.” (NR)

“Art.

.....

§ 1º No preenchimento das vagas de que trata o **caput** deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo **per capita**.

§ 2º Nos concursos seletivos para ingresso nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, os candidatos concorrerão, inicialmente, às vagas disponibilizadas para ampla concorrência e, se não for alcançada nota para ingresso por meio dessa modalidade, passarão a concorrer às vagas reservadas pelo programa especial para o acesso às instituições de educação de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública." (NR)

"Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no **caput** deste artigo, as remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou às pessoas com deficiência e, posteriormente, completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública." (NR)

"Art. 7º-A. Os alunos optantes pela reserva de vagas no ato da inscrição do concurso seletivo que se encontrem em situação de vulnerabilidade social terão prioridade para o recebimento de auxílio estudantil de programas desenvolvidos nas instituições federais de ensino."

"Art. 7º-B. As instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação **stricto sensu**."

Com todas as suas tensões e desafios, as ações afirmativas expandiram a defesa da educação superior pública como um direito e não como um privilégio, mostrando que nenhuma universidade pública cumpre plenamente sua missão se não representar de forma equânime a diversidade étnica, racial, social e de gênero, como pontuado por Gomes, N. L.

Necessário pontuar que, tanto a Lei 12.711/2012 como a Lei 14.723/23 , só acontecerá mediante a pauta constante de reivindicações das pessoas negras brasileiras, sempre pautada na luta contra as desigualdades sociais do País. Não foram as pessoas brancas, mobilizadas em torno de ideias socialista, os

porta-vozes que tomaram a cena política. Quem empunhou a bandeira de luta por acesso às universidades públicas foram os jovens que se definiam como pessoas negras e se pretendiam porta-vozes da massa pobre e preta, de descendentes de escravos africanos, trazidos para o País durante mais de trezentos anos de escravidão. (Guimarães, 2003).

De acordo com Gomes, N.L., após a adoção das ações afirmativas, as instituições federais de educação superior passaram a se posicionar mais firmemente diante das desigualdades, não apenas em discursos, mas em práticas concretas na gestão acadêmica, nos currículos, nas políticas de permanência, nos critérios de distribuição de recursos, nas normas disciplinares, na pesquisa, na extensão, na internacionalização, no combate a violações de direitos, no enfrentamento do racismo, da LGBTQIAPNfobia e do machismo.

A garantia da isonomia do acesso define um projeto de educação superior como bem público, destinada a todos e todas, mas são necessárias ações que possam abranger a assistência estudantil para assegurar a permanência, material e simbólica, qualidade de inserção, participação e ao sentimento de pertencimento a um ambiente ainda elitista, pontos que serão abordados no próximo tópico.

Construindo conexões



Convida vocês para o nossos:

Rolês de jogos virtuais

Terça-feira, dia 19 de janeiro, às 19h

Terça-feira, dia 2 de fevereiro, às 19h

Para participar, entre em contato conosco

Esperamos vocês ♥



Programa Institucional de
Acolhimento e Incentivo à
Permanência Estudantil



3.1. Definindo permanência estudantil

Permanecer, verbo predicativo e intransitivo que significa seguir existindo, manter-se ou conservar-se, continuar. Mas a palavra permanecer também pode ser classificada como verbo transitivo indireto que significa continuar durante um tempo em um mesmo lugar, persistir com veemência.

Em se tratando de permanência estudantil, existem diferentes perspectivas para seu significado, não havendo uma definição única. O termo se refere a estudantes que ingressam na educação superior e continuam seus estudos até a conclusão do curso.

Permanência é o contrário de evasão? São palavras opostas? Considerando o cenário brasileiro de crescimento expressivo do número de matrículas no sistema e de diversificação institucional desenhado nas últimas décadas, não é de se estranhar que as discussões envolvendo evasão e permanência estudantil se entrelaçam e se tornem temas de políticas públicas. Contrário de como a evasão é vista em países ricos, como sendo uma decisão individual, nos países em desenvolvimento a evasão aparece como um problema social com suas múltiplas dimensões explicativas (Borges, Gouvea, Barbosa, 2022).

Para falar sobre permanência na educação superior pública no Brasil é preciso falar do contexto de desigualdades históricas, sociais e econômicas em que as políticas educacionais foram constituídas, evidenciando a exclusão de grupos historicamente privados dos direitos sociais e educacionais, inclusive do acesso ao ensino superior. É este grupo, pobres, negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nas universidades públicas brasileiras, que chegaram na Universidade pelo sistema de cotas, Lei 12.711/2012 que estamos falando. (Abreu; Ximenes, 2020).

As universidades federais com a Lei 12.711/2012 alterada pela Lei 14.723/23 aproximaram-se do perfil plural e desigual da sociedade brasileira, como pontuado no parágrafo anterior, com o aumento da presença de alunos pretos e pardos, indígenas, provenientes de periferias, de origem rural ou quilombola, de egressos de escolas públicas e com baixos níveis de renda familiar per capita. (Barbosa, Nascimento, 2023).

Segundo Santos (2009), permanência é duração e transformação. É o ato de durar no tempo, sob um outro modo de existência, trazendo portanto uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todas as pessoas e de cada um. Completa:

Ao modo Weberiano, definimos um tipo ideal de permanência que traz em seu bojo essas duas ideias (tempo e transformação). Assim sendo, permanência é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação. Permanecer é estar e ser continuum no fluxo do tempo, (trans) formado pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construtoras (Santos,, 2009).

O processo de se tornar pessoa estudante se entrelaça às dificuldades de adaptação às demandas da vida universitária como exigências de produção acadêmica, disciplina, resiliência e criatividade, um mundo que pode ser completamente diferente daquele que estão acostumadas no Ensino Médio. Outro ponto a se destacar são as dificuldades encontradas por estudantes que ingressam com mais idade, anos após terem concluído o ensino médio (Coulon, 2008).

A discussão sobre permanência torna-se imprescindível quando sabemos que construir mecanismos de ingresso são fundamentais, mas para que a democratização se torne eficaz é necessário discutir a respeito das ações para o acolhimento destes estudantes, de maneira que seja garantida a sua permanência nos seus aspectos material, simbólico e impacto social, dentro e fora da Universidade, além da implementação de políticas de prevenção, redução e mitigação de um leque amplo de violências (Barbosa, Nascimento, 2023).

Em sua origem, a universidade foi fundada para atender uma classe específica, o acesso era para uma parcela da sociedade, a qual não necessitava de recursos do Estado ou de políticas públicas pensadas em sua permanência financeira naquele espaço, ou seja, tinha poder aquisitivo para financiar esse nível de ensino, e tal condição lhe agregava status, além de garantir a concentração de poder e riqueza.

Assim ter as políticas de assistência estudantil, é contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência e que possibilite assistência aos discentes que ingressam na universidade por meio do sistema de cotas. A Lei 14.723/23, traz isto:

Art. 7º-A. Os alunos optantes pela reserva de vagas no ato da inscrição do concurso seletivo que se encontrem em situação de vulnerabilidade social terão prioridade para o recebimento de auxílio estudantil de programas desenvolvidos nas instituições federais de ensino. (Brasil, 2023)

De acordo com Tinto (2017), a permanência vai além da matrícula e rematrícula na Universidade. Para o autor tem a ver com a existência nas instituições educativas e analisá-la sem as vinculações e os objetivos educativos não deveria ser interesse nem das pessoas nem das instituições de ensino. Já para estudantes, a permanência está diretamente relacionada a seu significado, é um persistir com veemência.

Ainda de acordo com Tinto (2017) a permanência se fundamenta na integração social e acadêmica do estudante, na qual quanto mais integrado e engajado está na instituição, mais probabilidades tem de permanecer nos estudos. Para o autor existem seis fatores que auxiliam a permanência estudantil: as expectativas dos estudantes; o apoio social e acadêmico; as questões relacionadas à aprendizagem, avaliação e feedback; o envolvimento acadêmico e as ações administrativas. Assim, se o sucesso e a forte identificação com o curso pode atuar como um fator positivo e contributivo para a permanência, dificuldades financeiras, assistência estudantil desfavorável e sentimentos de rejeição e exclusão podem ser vistos como fatores impeditivos de permanência (Prado; Altmann, 2023).

A diferença presente entre a formação da educação básica e superior é uma realidade um problema que assola grande parte dos envolvidos em educação superior. O ensino deficitário, o despreparo cognitivo emocional e de autonomia acadêmica de estudantes é um ponto de atenção importante quando se fala em permanência estudantil (Kohls-Santos, 2022).

Heringer (2020) ao problematizar as políticas de ação afirmativa atrelada aos desafios da permanência no ensino superior nos provoca a pensar que a entrada de estudantes oriundos de setores da sociedade tradicionalmente

discriminados em universidades públicas, tanto federais como estaduais, apresenta novos desafios que precisam ser encarados e enfrentados todos os dias.

A permanência estudantil deve ser planejada a partir do ponto de vista das pessoas atuantes nesse cenário, ou seja, para se pensar em permanência é preciso que estudantes, docentes, técnicas e técnicos administrativos e equipe gestora trabalhem juntas, envolvidas num processo de cooperação e corresponsabilidade em prol de uma educação de qualidade e equitativa para todas as pessoas (Kohls; Santos, 2020).

O esforço dos agentes envolvidos no campo da educação superior pública dando centralidade nas discussões dos elementos importantes para a permanência de estudantes na universidade pública é pauta contemporânea e objeto de reflexão (Maciel; Lima; Gimenez, 2016). Tais autores completam:

Permanecer na educação superior e concluí-la são ações determinadas por vários elementos e envolvem recursos humanos e econômicos, conjunto que representa, cada vez mais, esforços institucionais e o desenvolvimento de políticas específicas para favorecer o sucesso da Educação Superior Pública (Maciel; Lima; Gimenez, 2016).

Segundo os autores, sob esse prisma, as políticas de permanência são identificadas por uma perspectiva que não se encerra nas ações de assistência estudantil, mas abarcam os aspectos de infraestrutura, física e tecnológica, e das condições didático-pedagógicas proporcionadas a estudantes das universidades.

Contribuir para a permanência de estudantes é garantir que possuam as condições necessárias para uma boa experiência universitária e acadêmica. Uma concepção de política de permanência que se restringe à dimensão assistencial acaba por não contribuir para a solução de outros problemas que também possam levar a evasão como, por exemplo, defasagens de aprendizagens trazidas da educação básica ou dificuldades no aprendizado do habitus acadêmico (Borges; Gouvea; Barbosa 2022).

A educação superior no Brasil vem sofrendo alterações em suas configurações ao longo das últimas décadas, porém nos últimos anos, principalmente após um período de retorno da pandemia devido ao Covid 19, que trouxe uma cenário no país de queda de rendimentos, elevado desemprego e sofrimento emocional, as instituições de educação precisaram reorganizar-se para dar conta das diversas variáveis que envolvem a permanência

estudantil dentre elas psicológicas, econômicas, sociológicas e institucionais, como apresentado nos tópicos a seguir.

3.2. Permanência material

A situação financeira da pessoa estudante e/ou de sua família é, sem dúvida, um fator determinante na sua trajetória pela educação superior e, por isso mesmo, é que deve estar na base das políticas de inclusão dos grupos historicamente excluídos (Viella, Flinger, 2020).

Também de acordo com Ganan e Pinezi (2021) é a condição financeira o primeiro entrave que se evidencia aos estudantes das camadas populares para o desenvolvimento de seu curso de graduação. A sobrevivência concreta é a responsável por colocar para dentro estes estudantes ou retirá-los de vez da universidade. Sua ausência se apresenta como determinante e componente real de sofrimentos para estudantes pobres que têm sua permanência colocada em risco por falta de recursos financeiros.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (EC no 53/2006 e EC no 85/2015)...
V–proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. (Brasil, 1988).

Marx e Engels indicaram a condição para que possa haver existência:

...Para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida. (Marx, 1998).

De acordo com Ganan e Pinezi (2021) à primeira vista, é a condição financeira o primeiro e determinante entrave que se evidencia aos estudantes das camadas populares para o desenvolvimento de seu curso de graduação, onde a sobrevivência concreta cotidiana e a forma de viabilizá-la objetivamente perpassa toda a trajetória acadêmica desses estudantes. Ainda acrescentam:

Se a condição econômica não é determinante das ações e práticas do estudante pobre - em um passado e em um presente -, ela é um componente real, atuante, mobilizador de sentimentos que comumente produzem sofrimento neste tipo de estudante e ameaçam sua permanência na instituição.(Ganan; Pinezi, 2021).

Como já colocado anteriormente, nas últimas décadas, principalmente no período de 2007 a 2012, estratégias para a permanência de estudantes começaram ganhar destaque, a partir do aumento dos investimentos em políticas públicas ligadas à expansão de vagas nas instituições federais de ensino superior materializadas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conhecido como REUNI, instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº. 6.096 que vem como a proposta central de pôr em prática políticas de democratização do acesso e da inclusão social no ensino superior.(Ganan; Pinezi,2021).

Complementando, o REUNI aparece um instrumento de reestruturação das universidades, sendo o responsável pela nova etapa de expansão das IFES e pela realização de grande parte dos investimentos e por sua reestruturação interna, contribuindo para a construção do espaço público democrático na universidade. A partir da expansão de vagas, principalmente as noturnas, os jovens e adultos passam a ter maior possibilidade de ingresso no ensino superior, especialmente os que trabalham durante o dia. Traz também a interiorização das universidades abrindo ou ampliando vagas em regiões geográficas que historicamente não apresentavam universidades, excluindo as pessoas destas regiões do direito ao ensino superior. (Baptista, 2013).

Segundo Ganan e Pinezi (2021) esse programa foi fixado, para as universidades públicas federais, um contrato de gestão com metas de desempenho para o recebimento de investimentos financeiros, a necessidade de criação de condições para a ampliação do acesso e da permanência no ensino superior público federal. As diretrizes e metas desenhadas previam, entre outras questões, a redução da evasão e a retenção, além da ocupação de vagas ociosas e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, de modo a promover a elevação gradual das taxas de conclusão de cursos de graduação.

Permanecer na Universidade é ter condições materiais que proporcionem condições para existir dentro desse espaço. É necessário recursos para morar,

fazer refeições, pagar transporte, comprar livros, comprar parte dos equipamentos e materiais didáticos e operacionais. Diante da escassez de recursos da família para estudantes vindos das classes pobres, às Universidades criam estratégias que garantam a permanência, que se traduzem na forma de bolsas socioassistenciais que envolvem bolsa moradia, bolsa alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, apoio a inclusão digital, apoio pedagógico, entre outros.

De acordo com Santos (2009), na busca de condições de permanecer materialmente na Universidade, alguns estudantes também se veem obrigados a abrir mão de vivenciar a universidade em sua plenitude para poder trabalhar e essa escolha tem impactos na permanência simbólica, repercutindo também no desempenho e vida acadêmica. Ainda acrescenta:

Aqueles envolvidos em atividades que lhe consomem grande parte do tempo e que não mantêm qualquer ligação com a área de estudos, enfrentam grande dificuldade em conciliar os estudos com o trabalho, foi o tempo para se dedicarem à leitura de textos e realização dos trabalhos acadêmicos é exíguo, o que contribui para alguns resultados insuficientes e atraso do curso. (Santos, 2009).

Assim, a assistência estudantil vem objetivar o provimento dos recursos que são necessários para transpor obstáculos e demais impedimentos do bom desempenho acadêmico, criando condições para que ele tenha o desenvolvimento efetivo com boa atuação, proporcionando permanência e reduzindo a evasão (Fava; Cintra, 2022).

É o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), promulgado em 12 de dezembro de 2007, que configura um marco histórico e fundamental para a assistência estudantil no país. De portaria normativa, o instrumento legal acerca da assistência estudantil foi transformado no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e na Lei 14.914 em 03 de julho de 2024, instituindo a Política Nacional de Assistência Estudantil, fornecendo subsídios em prol da permanência nos cursos de graduação de estudantes com baixa renda, procurando estabelecer também uma convergência entre o ensino, pesquisa, extensão e assistência ao estudante, de modo a evitar a evasão e a reprovação.

É sob este prisma que as ações relacionadas à assistência estudantil devem se atentar a outras formas de vulnerabilidade social, não somente ao combate à pobreza através de ações de subsistência, mediante a concessão de

benefício direto direcionados a: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, configurando a permanência material. Mas contempla também dimensões que vão além das necessidades de permanência material, como programas e projetos voltados à saúde física e mental, formação em cidadania, cultura, esporte, acessibilidade, apoio pedagógico e permanência parental (Fonaprace, 2012)

A política permite a definição dos critérios e metodologia de seleção a partir de cada universidade, priorizando estudantes vindos da rede pública de educação ou com renda per capita de até um salário mínimo, num quantitativo condicionado às dotações orçamentárias destinadas às IFES para a execução do programa, como apresentado em um capítulo destinado a Política Nacional de Assistência Estudantil nesta tese.

Porém é necessário destacar aqui que a política representa a forma mais imediata e possível de enfrentamento das necessidades materiais por parte desses estudantes. Contudo também é necessário destacar que em boa parte dos casos o auxílio financeiro institucional não é suficiente para o custeio da totalidade das despesas materiais necessárias, levando os estudantes buscarem outra forma de renda, no contraturno de seus cursos. Essa questão é recorrente e acaba por se refletir no cotidiano universitário desses estudantes (Ganan; Pinezi, 2021).

De acordo com Ganan e Pizani (2021), em que pesem as condições materiais de existência já pontuadas e que abrangem o eixo da permanência material, julga-se necessário ampliar a discussão para além da análise dos aspectos econômicos e financeiros que envolvem as trajetórias desse novo público universitário, numa perspectiva simbólica que contemple os sentidos, as interações, a apropriação do espaço universitário e a afiliação estudantil.

3.3. Permanência simbólica

Permanecer simbolicamente na Universidade é um desafio a ser vencido por estudantes ingressantes. A permanência material, essencial, por si só não dá

conta de toda a complexidade que envolve permanecer na universidade, sendo necessária a permanência simbólica.

As políticas de assistência estudantil incidem sobre um aspecto específico referente à permanência de estudantes no ensino superior, que é a dimensão material, porém insuficiente para viabilizar a permanência plena e o sucesso acadêmico, como aponta Heringer (2022).

Heringer (2022) define permanência simbólica como um processo no qual a pessoa estudante sente-se pertencente àquele novo espaço e interage com a cultura universitária, representada pelo conjunto de práticas, engajamento estudantil, comportamentos e atitudes esperadas no ambiente acadêmico, acrescentando ainda a importância das ações de acolhimento e acompanhamento pedagógico a estes.

Todos esses mecanismos se entrelaçam e funcionam de maneira que possibilitem a continuidade ou descontinuidade da trajetória das pessoas estudantes.

Estudantes de classes populares que chegam à universidade, em geral são as primeiras pessoas da família a entrar nesse outro universo, que logo de início causa estranhamento por ser um mundo totalmente diferente de tudo o que já viveram até o momento.

Santos (2009) afirma que os códigos da cultura acadêmica são difusos e estão implicados em pontos mais insignificantes de prática, interação, objeto e aspecto da vida social. Acrescenta:

Deste modo o estudante precisa participar de todas as atividades, interagir em todos os momentos, viver a universidade de forma plena a fim de adquirir estes códigos e então pertencer. Mas o que dizer então do estudante que só vive na universidade durante as aulas porque precisa trabalhar para garantir a sua subsistência e sua permanência material? (Santos, 2009).

Permanecer simbolicamente requer constância do indivíduo no ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário, o que o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência, se propõe e será apresentado no decorrer desta tese.

A permanência simbólica perpassa por uma efetiva integração a todos os aspectos da vida acadêmica, transcendendo a inclusão quantitativa. Mas a permanência simbólica requer também estratégias e apoio para lidar com

espectros que envolvem situações de preconceito vivenciadas, as diferenciações sutis que perpassam todo o cotidiano universitário e as estratégias de superação de possíveis estigmas (Ganan; Pinezi, 2021).

Ainda de acordo com Ganan e Pinezi (2021) essas situações representam tensões e contrastes vivenciados no cotidiano universitário. Evidenciam os constrangimentos experimentados por esses estudantes na relação com as pessoas docentes e/ou com os demais colegas e também com o modelo de estudante que remete àquele vindo da elite e que ocupava os bancos das universidades públicas quase que exclusivamente, branco, heterossexual, de classe média e alta, que vem de escolas particulares.

Entrar por ações afirmativas e por baixa renda traz para muitas e muitos a sensação de ter “entrado por baixo da porta”, como aquele que entra em algum lugar sem ter direito, sem ter sido convidado nem desejado, alguém que não está no mesmo nível de aprendizado acumulado comparado àqueles que vieram de colégios particulares e de seus cursinhos preparatórios para os vestibulares. Todo este contexto carrega a humilhação social e tem efeitos que repercutem ao longo de toda a trajetória acadêmica, alguém que está onde não lhe é de direito, que é testado em cada momento e tem sua capacidade intelectual sempre à prova.

De acordo com Britto (2023), pesquisas recentes têm mostrado que, para além de políticas de caráter distributivo da permanência material, a permanência dos alunos de perfil vulnerável na educação superior deve ultrapassar o conceito de assistência estudantil tradicional e englobar aspectos de reconhecimento em um quadro mais amplo, que incorpore aspectos como racismo, sexismo, capacitismo, LGBTfobia e outros processos estruturais de discriminação como fatores relacionados à evasão de determinados públicos das universidades. Assim, é fundamental incluir na política de assistência estudantil a permanência simbólica, ou seja, o fomento estratégico à criação de práticas e espaços institucionais de acolhimento, ambientação e integração para os diferentes públicos ingressantes na educação superior; estratégias de apoio pedagógico e acadêmico específicas para cobrir lacunas e pavimentar a familiaridade com as exigências do mundo acadêmico, e iniciativas voltadas ao apoio psicossocial e à promoção integral da saúde, incluindo a saúde mental.

É necessário também aprofundar o conhecimento sobre ações específicas, demandas de estudantes, o papel dos coletivos estudantis como sujeitos políticos de provocação, enfrentamento do racismo institucional, temas emergentes de saúde mental, combinação de diferentes ações e articulação com a permanência simbólica estudantil.

A permanência é dada como a possibilidade de estudantes manterem seus estudos até o final de seus cursos, preferencialmente com qualidade suficiente que lhes permitam a transformação individual e do seu meio social e, obviamente, não pode ser resumida meramente ao assistencialismo. Ela precisa ser pensada como uma política efetiva do Estado, no sentido de garantir e fortalecer a trajetória acadêmica desses e destes estudantes. (Santos, 2009).

As desigualdades sociais não são suprimidas depois do acesso à Universidade e afetam o desempenho das pessoas estudantes., produzindo mais ou menos desigualdades escolares, que se manifestam dentro outros aspectos, pela evasão escolar. Um programa de permanência universitária requer a oferta de bolsas e auxílios que permitam a sobrevivência da e do estudante no curso, já que a necessidade de trabalhar para prover o próprio sustento pode diminuir a participação na vida acadêmica (Mattos, Fernandes, 2022).

A permanência como uma política institucional, um compromisso que a universidade assume para evitar/diminuir a evasão de estudantes precisa ir além da mera preocupação com números e criar um espaço de relações na universidade que leve em conta a diversidade e a diferença que constituem o perfil das e dos estudantes, de modo que desempenhe sua função social de promoção e exercício de cidadania, acrescenta Mattos e Fernandes (2022).

Estudantes vivenciam fatores simbólicos que podem influenciar para que permaneçam ou se evadam da universidade. Fatores como dificuldades acadêmicas e a prática pedagógica apresentam um importante desdobramento, especialmente por serem fatores determinantes para a aprovação nas disciplinas e avanço nos cursos.

A Universidade não é um bolha desfocada da sociedade, muito pelo contrário, ela reproduz as mesmas violências que estruturam a sociedade brasileira. Opressão, discriminação, desapropriação cultural, preconceito, marcas presentes na sociedade também são marcas dos espaços educacionais, sendo geradores de violações de direitos e liberdades fundamentais no campo

econômico, social, político e cultural. A diferença é que a universidade pode, e tem este dever, de colaborar na formação profissional técnica de excelência, conjugada com a formação de cidadãos e cidadãs com apreço à democracia e as diversidades que compõem a sociedade.


Ações de permanência devem transitar em todas as áreas dos direitos humanos, reconhecendo a variedade de demandas estudantis e a complexidade do ser humano, o qual deve ser visto como um ser social, de direitos e desejos. Buscam garantir não só introdução de novos sujeitos dentro da universidade que até então era destinada a uma elite branca e economicamente bem sucedida, e trazer também novos saberes e formas plurais de produzir ciência. Isto não quer dizer que não haja conflitos com a branquitude, que não haja enfrentamentos com estruturas classistas, racistas e sexistas.

Para que a permanência se efetive são necessárias políticas de assistência estudantil que promovam programas que atendam o campo simbólico e o campo material, como será explanado no tópico a seguir.


Apresentação dia 17/06
(quinta-feira) às 19h.

Pandemia, universidade e arte:
roda de conversa e sarau

Eduardo R Pereira
JORNALISTA, CIENTISTA SOCIAL E POETA.



ATELIÊS
ARTÍSTICO
AFETIVOS



Apresentação dia
13/05 (quinta-feira) às
19h.

Processo criativo fanzine -
"Black Zine, Black Zone".

**GABRIELA DE
JESUS NUNES**
GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS,
EDUCADORA SOCIAL E PESQUISADORA.



ATELIÊS
ARTÍSTICO
AFETIVOS



CAPÍTULO 4.
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES

4.1. A construção: um pouco da história

Para falar sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, é preciso antes contextualizar como ela chega até este momento, em se materializar como política.

Antes é preciso trazer um novo personagem para compor a pesquisa, o Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE que é um fórum que congrega os Pró Reitores, Sub-Reitores, Decanos ou Responsáveis pela gestão dos assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior - IFES Públicas do Brasil.

Necessário lembrar que cabe ao FONAPRACE formular propostas de políticas e diretrizes que permitam a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, assim como participar ativamente na defesa da educação pública, com qualidade acadêmica e científica, sempre comprometido com a sociedade que a mantém.

Pesquisas realizadas pelo FONAPRACE sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das instituições federais brasileiras reuniram argumentos que fundamentaram a necessidade da assistência estudantil e da proposta de diretrizes para a elaboração de programas e projetos a serem desenvolvidos pelas IFES (Viella, Flinger, 2020). Estas pesquisas de perfis foram realizadas em períodos distintos, 1996 a 1997; 2003-2004 (posteriormente em 2010), presentes na página do FONAPRACE, <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/documentos/perfil-socioeconômico/>, trazendo os principais indicadores sociais de sobrevivência: moradia, alimentação, transporte, saúde, trabalho.

Desta forma, fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes, discentes e com um protagonismo do FONAPRACE que em 2007 temos a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidades a estudantes do ensino superior público, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Viella; Flinger; 2020).

Em 2007, por meio da Portaria Normativa nº 39, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), abrangendo as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com dotações

orçamentárias previstas para começar em 2008. Tempo depois, em 19 de julho de 2010, o programa ganhou mais solidez normativa por meio do Decreto nº 7.234/2010, com algumas modificações, incluindo a expressa inclusão dos Institutos Federais em seu âmbito de abrangência, tendo como fundamento legal a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96). O Decreto explicitava os seguintes objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Acrescenta ainda em Artigo 3:

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

E no Art. 5º, o público-alvo dessas ações:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (Brasil, 2010)

Com isso, entre outras diretrizes gerais, o decreto delegou a implementação do programa, incluindo a seleção dos beneficiários feita por metodologias definidas por cada Instituição Federal, permitindo-lhes moldar suas

ações de assistência estudantil conforme as possibilidades institucionais e a realidade de estudantes que atendem.

Por fim, no art. 8º deste Decreto:

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. (Brasil, 2010)

Desta forma o Decreto cristalizou a subordinação da cobertura do programa aos limites orçamentários vigentes, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

De acordo com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE (2008), o Programa Nacional de Assistência Estudantil, como parte do processo educativo, vinha como um articulador entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

A aprovação do PNAES pode ser considerada, de acordo com Paula (2017) um marco na história da assistência estudantil no Brasil. Segundo a autora, a sua importância reside em que o governo federal comprometeu-se com o repasse de recursos a instituições federais de ensino superior, aliviando-as da responsabilidade de criar fundos a partir de recursos próprios para realizar a assistência estudantil, ou seja, se materializa como direito.

No ano de 2023 começou tramitar no Congresso Nacional para discussão o PL nº 5.395, de 2023, oriundo do PL nº 1.434, de 2011, de autoria da então Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. De acordo com o Britto (2023) o projeto tramitou na Câmara dos Deputados por mais de uma década, em conjunto com cerca de duas dezenas de proposições versando sobre o mesmo tema. Aprovado naquela Casa, na forma do substitutivo da relatora, Deputada Alice Portugal, o PL foi encaminhado para revisão do Senado Federal em 6 de

novembro de 2023. No Senado, foi distribuído para análise das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação e Cultura (CE), antes de seguir para o Plenário.

O PL nº 5.395/2023 trazia a oportunidade de cristalizar em lei vários programas de assistência estudantil existentes, como:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (definido em um tópico à parte);
- Programa de Bolsa Permanência - PBP/MEC que concede auxílio financeiro a estudantes indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo que estas pessoas precisam estar matriculadas em cursos presenciais;
- Programa de Acessibilidade na Educação Superior - Incluir que propõem ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior;
- Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - Promisões que consiste na oferta de auxílio financeiro para estudantes internacionais participantes do Programa Estudante Convênio de Graduação PEC-G

Com isso, segundo argumenta o parecer aprovado na Câmara dos Deputados, pretende dar segurança jurídica para esses programas, impedindo sua eliminação sumária por ato discricionário do Governo Federal (FONAPRACE, 2024).

É desta forma que em 03 de julho de 2024 é publicada a Lei 14.914/24 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos. Em articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2024), como destacado no tópico a seguir.

4.2. Enfim, agora é uma política!

A Lei no 14.914, de 2024, institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), dando seguridade a esta política pública, trazendo em seu bojo a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos, como apresenta logo em seu Art 1o.

A nova política traz alterações de mérito significativas nos programas existentes, especialmente no que se refere à ampliação do público-alvo a ser alcançado pela assistência estudantil, ressaltando que sua efetiva implementação dependeria de dotações orçamentárias adicionais ao que hoje se destina a essas ações (FONAPRACE, 2024).

A norma aponta para objetivos ousados e determina que os programas e ações de assistência estudantil serão executados pelo Ministério da Educação, pelas Instituições Federais de Ensino Superior e pelas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Atrela que as despesas do PNAES, assim como anteriormente, estão relacionadas às dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério da Educação e a outras iniciativas determinadas por cada Instituição Federal de Ensino (IFES)

Uma novidade está em que a Lei no 14.914, de 2024, para se tornar ampla e abrangente, traz para dentro alguns programas e ações que já eram executadas pelas IFES ou pelo MEC com auxílio das IFES:

- Art. 4º A PNAES abrange os seguintes programas e ações:
- I - Programa de Assistência Estudantil (PAE);
 - II - Programa de Bolsa Permanência (PBP);
 - III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases);
 - IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM);
 - V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate);
 - VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir);
 - VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe);
 - VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB);
 - IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS);
 - X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes);
 - XI - Benefício Permanência na Educação Superior;

XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica;

XIII - outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do *caput* deste artigo (Brasil, 2024)

A lei faz um recorte de renda menor do que era adotado, trazendo para dentro da política pública estudantes com recorte de renda de até um salário mínimo, quanto antes o recorte era de um salário mínimo e meio. Este é um assunto que gerou controvérsias entre as IFES, sendo as que defendem porque os recursos destinados à assistência estudantil não dão conta de abranger uma gama de estudantes com até um salário mínimo e meio, sendo as IFES responsáveis pelo recorte, através de seus programas individuais, de utilizar o critério de um salário mínimo apenas.

Art. 6º O PAE será destinado prioritariamente aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação das instituições federais de ensino superior e em cursos presenciais de graduação e cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, e o estudante beneficiário deverá atender ao menos um dos seguintes requisitos, sem prejuízo de outros suplementares estabelecidos pela instituição em que estiver matriculado...

IV - ser integrante de grupo familiar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, observado o limite de renda bruta familiar mensal *per capita* de até 1 (um) salário mínimo, podendo ser criadas, nos termos do regulamento, faixas de ordem de prioridade para atendimento, da seguinte forma:

a) integrante de grupo familiar com renda bruta familiar mensal *per capita* de até 1/2 (meio) salário mínimo;

b) integrante de grupo familiar com renda bruta familiar mensal *per capita* entre 1/2 (meio) e 1 (um) salário mínimo (Brasil, 2024).

As ações de assistência estudantil destacam as ações que as IFES devem priorizar:

§ 1º As ações de assistência estudantil do PAE serão desenvolvidas mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido pelo programa e direcionadas a:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

- VII - esporte;
 - VIII - atendimento pré-escolar a dependentes;
 - IX - apoio pedagógico;
 - X - acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes:
 - a) com deficiência, nos termos da legislação;
 - b) com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação;
 - c) beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação.
- (Brasil, 2024).

Contudo é importante destacar que se faz necessárias condições jurídicas para a flexibilização em relação à orçamentação dos programas da agora Política Nacional de Assistência Estudantil, uma vez que mais ampla e com a adição de outros acesso, é necessário que as IFES possam transitar os recursos financeiros entre os programas, ajustando-se, assim, à realidade local e temporal, com instruções normativas próprias para sua regulamentação.

Outro ponto destacado em relatório do FONAPRACE é que cada nova ação possa ter um incremento de recursos para seu funcionamento, é necessário estar previsto recursos dentro da Lei Orçamentária Anual (LOA) e uma articulação com outros programas existentes, como por exemplo, para que o Programa de Bolsa Permanência possa ser executado é preciso um alinhamento com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que aporta recursos para que ele possa ser executado; com o Sistema de Alimentação Saudável na Educação Superior (PASES) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras, com o Sistema Único de Saúde (SUS) e Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), destacando que um passo importante foi dado, agora, enfim, é lei, mas que precisa de todo um aparato e recursos para que possam ser colocada integralmente em prática pelas IFES.

Quanto a isto é necessário destacar a importância de cada governo federal para o sucesso ou fracasso da política, como apresentado num breve panorama abaixo.

4.3. Breve panorama político sobre PNAES

As pesquisas realizadas pelo FONAPRACE nos anos de 1997 e 2004 mapearam a realidade nacional das universidades federais, possibilitando diagnosticar a situação de pessoas estudantes matriculadas. Esse diagnóstico permitiu a elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil que identificou as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil como uma das causas de evasão e retenção (SCHER, OLIVEIRA, 2020).

Dessa forma, faz-se fundamental a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão de curso por parte de pessoas estudantes empobrecidas, oriundas de grupos sociais historicamente marginalizados no espaço universitário, na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida. Desta forma, o Fonaprace se debruçou na construção de um Plano Nacional de Assistência Estudantil, que apresentava as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos dessa natureza, constituindo-se também em meta prioritária para a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes. Nele tem-se um marco histórico que representa o compromisso da Associação com a inclusão e a permanência dos jovens nas IFES. (Fonaprace, 2007).

O Plano, elaborado pelo FONAPRACE em 2007, traz moradia, alimentação, manutenção, meios de transportes e saúde, mecanismos indispensáveis e primordiais para garantir a permanência de estudantes no ensino superior (ANDIFES, 2007).

É à luz deste contexto que em 2007 é aprovado o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, pela Portaria Normativa n. 39 do MEC de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007). A partir de 2008 o poder público, atendendo

às reivindicações das Instituições Federais de Ensino e dos movimentos estudantis passou destinar recursos orçamentários para a assistência estudantil, sendo que em 19 de junho de 2010, o ex- presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou o Programa em Decreto n. 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

A atual configuração do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Brasil não pode ser compreendida sem se levar em consideração como as

políticas sociais passaram a ser desenvolvidas ao longo de sua criação e como se deu a distribuição de recursos para esse fim. Ele é e está diretamente influenciado pela forma como a educação superior vem sendo desenvolvida nos últimos anos e mais especificamente como o financiamento das universidades públicas vêm ocorrendo no contexto da reforma do Estado brasileiro (BRAGA, SANTOS, 2021).

A tabela abaixo traz um retrato dos investimentos por parte do Governo Federal para o Programa de Assistência Estudantil, através de recursos na ação 4002, sendo importante o impacto que a tabela apresenta para entender o quão significativa essa política é ou não para os diferentes governos.

Quadro 2 - Investimentos PNAES - 2008 - 2024

Ano	PNAES Nacional
2008	R\$ 125.300.000,00
2009	R\$ 203.000.000,00
2010	R\$ 304.000.000,00
2011	R\$ 395.189.588,00
2012	R\$ 503.843.628,00
2013	R\$ 603.787.226,00
2014	R\$ 895.026.718,00
2015	R\$ 1.030.037.000,00
2016	R\$ 987.384.620,00
2017	R\$ 987.384.620,00
2018	R\$ 957.178.952,00
2019	R\$ 1.070.444.459,00
2020	R\$ 1.028.270.305,00
2021	R\$ 849.772.452,00
2022	R\$ 985.750.341,00
2023	R\$ 1.069.884.057,00

Ano	PNAES Nacional
2008	R\$ 125.300.000,00
2009	R\$ 203.000.000,00
2010	R\$ 304.000.000,00
2011	R\$ 395.189.588,00
2012	R\$ 503.843.628,00
2024	R\$ 1.211.299.836,00

Fonte: FONAPRACE (Revista Comemorativa 25 anos)

Como já mencionado, o governo brasileiro no final da década de 1990 priorizava o acesso dos estudantes pobres ao ensino superior por meio de universidades privadas. Em 1999, o Governo Fernando Henrique Cardoso cria o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e em 2004, no Governo Lula, foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni) que oferta bolsas de estudo, integrais e parciais (50% do valor da mensalidade do curso), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. Em 2007 temos, no Governo Lula, o Plano de Expansão e Reestruturação das Universidade Federais (REUNI) e concomitante ao aumento de cursos e universidades públicas, temos um aumento no número de estudantes matriculados no setor público. É nesse contexto de ampliação de acesso ao ensino superior público que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) aparece, sendo possível observar no gráfico de distribuição de recursos que o valor destinado à assistência estudantil acompanha esse crescimento entre os anos de 2008 até 2015, Governos Luiz Inácio Lula da Silva e final de Governo Dilma Rousseff.

Em 2016 tivemos o resultado da insatisfação das elites e como resultado a destituição da Presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff, com um golpe de Estado, em que Parlamentares (senadores e deputados) abriram caminho para o conservadorismo e para o consentimento de uma política que anularia as conquistas sociais. É no ano de 2016, com o Governo de Michel Temer, que temos a aprovação da Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos

fiscal e da Seguridade Social da União, por vinte anos, colocando em xeque as possibilidades de expansão da assistência social diante da crescente demanda de benefícios (Macedo; Soares; 2020).

Isso significa que todas as despesas com pessoal, custeio e investimento seriam congelados, nos valores de 2016, com exceção das despesas relacionadas ao pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas internas e externas.

As universidades públicas federais passaram a viver um cenário bastante complexo, expressões conservadoras dos Governos Temer e, com destaque para o (des)Governo Jair Bolsonaro de extrema-direita (2016-2022), passaram sistematicamente a difamar, descreditar e precarizar as instituições de ensino superior público (Leonardi; Rosa; Andreazza, 2024).

Tais autores acrescentam:

A proposição de reformas estruturais e internas, interferências nas escolhas de reitores, ataques diretos via pronunciamentos públicos, tentativas de privatização e corte de recursos financeiros foram as principais estratégias para tentar minar a universidade pública federal. A premissa básica daqueles que protagonizaram as ações governistas no campo econômico é de que a iniciativa privada deveria assumir mais protagonismo, cabendo ao Estado um papel apenas regulatório nas políticas de educação superior. Na esfera dos "costumes", ou da "guerra cultural", tentou-se forjar e associar a imagem da universidade como espaço de depravação, formação comunista do "marxismo cultural", uso de drogas, e até negacionismo ao discurso científico. (Leonardi; Rosa; Andreazza, 2024)

Em 2019, as reformas de asfixiamento das políticas educacionais se intensificaram com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL), que não só manteve a conservação do ideário neoliberal e neoconservador, como aprofundou esse processo com uma política de desvalorização da educação, de sucateamento das universidades, de restrição de recursos para ciência e tecnologia, concentrando os seus esforços numa política para o mercado, para o setor financeiro, para os ruralistas (Moraes; Santos; Paiva, 2021).

As consequências de tudo isso são apontadas por Reis:

Os constantes cortes no orçamento da educação resultarão numa deterioração crescente da educação pública e das universidades federais. Sem o financiamento suficiente, a expansão do número de matrículas verificada nas universidades federais nos últimos anos, longe de representar a apregoada democratização do acesso à educação superior, resultará no aprofundamento da precarização das condições de trabalho, na degradação da qualidade do ensino ofertado e da produção científica realizada nas instituições (Reis, 2016).

Somado a esse contexto desesperador temos o empobrecimento da população brasileira e conseqüentemente um aumento no número de estudantes que precisam da assistência estudantil para garantir sua permanência e a mudança de uma realidade através da graduação.

Construir uma universidade para poucos “bem nascidos” não é grande desafio e, na história da educação brasileira, isso já se fez, dizia Paulo Freire. Mudar essa realidade, construindo uma universidade bonita, voltada para a formação social crítica e para uma sociedade democrática, para atender todas pessoas, vulneráveis e deixados à margem é opção ética e política que se configura no desafio de uma geração, é um objetivo de luta (Freire, 2021).

Apesar do PNAES ser um plano no âmbito federal, sua execução é descentralizada, como já mencionado. Cada universidade tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados conforme as suas necessidades e particularidades locais, criando metodologias específicas para a inclusão de estudantes dentro de seus programas de assistência estudantil. Os processos de autonomia universitária, garantidos pela Constituição Federal, fazem com que o PNAES, de acordo com Leonardi, Rosa e Andrezza (2024) atue primordialmente como um alocador de recursos em áreas temáticas cujas prerrogativas são contempladas em seu texto legal (como moradia, alimentação, transporte, entre outras), deixando para as instituições de ensino a tarefa de elaborar políticas e programas. Este desenho é generoso ganho político, que pode ser “capturado” pelo governo, pelos dirigentes, gestores locais, membros representantes dos colegiados (docentes, técnicos administrativos em educação e estudantes) que contribuem para a criação e aprovação das propostas, também cria oportunidades para a formulação de novas políticas com base nas realidades locais, na criatividade e na influência política dos proponentes envolvidos na implementação.

Desta forma, para que se resulte efetivamente em um processo de inclusão social, de fato democratizante, é necessário garantir, além do acesso, recursos numa ordem progressiva, para que o Programa Nacional de Assistência Estudantil seja de fato uma política pública sólida e contínua voltada à permanência e apoio integral de qualidade dos sujeitos sociais que ingressam a Universidade. Que seja respeitado e valorizado como uma política pública que

transforma realidades. Esse assunto se faz presente na análise que passaremos a expor na sequência, acerca da Universidade Pública Federal de São Carlos.



CAPÍTULO 5
A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

5.1. Sobre a UFSCar

O Decreto 62.758, de 22 de maio de 1968 que instituiu a UFSCar como Fundação, é costumeiramente visto como o instrumento legal de criação desta universidade e sua certidão de nascimento. Entretanto, como nenhuma universidade poderia ser criada sem ser via Projeto de Lei, aprovado pelo Congresso Nacional, ou Decreto-Lei, no caso de inexistência do Poder Legislativo, foi a Lei 3.835, de 12 de dezembro de 1960, que, em seus artigos 11 a 13, estabeleceu a criação da Universidade Federal de São Paulo (U.F.S.P.), posteriormente, denominada Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foi a primeira instituição federal de ensino superior a se instalar no interior do Estado de São Paulo. O documento "Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos", de 23 de junho de 1969, enfatizava a importância e o papel que a Universidade propôs-se a exercer no campo científico-tecnológico, com vistas a atuar de forma criadora no processo de responder à demanda social por uma tecnologia de ponta, de forma autônoma e com o cunho da multidisciplinaridade. Iniciou suas atividades em 1970 recebendo os primeiros 96 estudantes para os cursos de Engenharia de Materiais e Licenciatura em Ciências, ofertados no campus de São Carlos, localizado na região central do Estado de São Paulo, a 228 km da capital.

Em 1991, a incorporação do Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana de Açúcar (Planalsucar) permitiu a criação de um novo campus da UFSCar na cidade de Araras, tendo como objetivo principal fomentar o desenvolvimento regional agroindustrial da região. Em 2005, com a consolidação da UFSCar no interior do Estado de São Paulo e a demanda regional por oferta de ensino público de qualidade, foi criado o campus Sorocaba. Em 2006, o Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo Ministério da Educação para articular e integrar um Sistema Nacional de Educação Superior a Distância, permitiu à instituição a apresentação de proposta para cinco novos cursos de graduação na modalidade a distância: Educação Musical, Engenharia Ambiental, Pedagogia, Sistema de Informação e Tecnologia Sucroalcooleira.

Em 2009, a UFSCar passou por um processo de ampliação pelo Plano de Adesão ao Programa REUNI/MEC, aprovado pelos órgãos superiores, com a

oferta de 20 novos cursos de graduação e a expansão de vagas em dezesseis cursos de graduação existentes, resultando na oferta de 1.012 novas vagas de ingresso no ensino superior, distribuídas nos três campi: São Carlos, Araras e Sorocaba. Desde 2011, a UFSCar aderiu também ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e vem garantindo a reserva de 50% das vagas ofertadas a candidatos que se enquadram nas modalidades de concorrência adotadas pela UFSCar, no âmbito da Lei 12.711/2012, como parte do Programa de Ações Afirmativas.

Em 2012, foi aprovada a criação e implantação do campus Lagoa do Sino, situado no município de Buri, a 308 km da sede. A criação do novo campus teve como principal objetivo promover na região o desenvolvimento de atividades agrícolas com base em práticas sustentáveis e na agricultura familiar, reduzindo os impactos sociais e ambientais da produção agrícola.

Em 2024 foi formado um Grupo de Trabalho responsável pelos estudos para a implementação do Campus São José do Rio Preto. Em maio de 2025, o Conselho Universitário (ConsUni) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) deliberou pela continuidade do processo de implantação do novo campus da UFSCar, no município de São José do Rio Preto, sendo aprovado pelo Colegiado o documento referência para tanto, com as premissas, os primeiros cursos e o planejamento de instalação de um novo campus da UFSCar. No próximo semestre o Conselho Universitário deve fazer nova deliberação sobre a oferta de vagas em 2026.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional para os anos de 2024 - 2028, a UFSCar conta com 68 cursos ativos de graduação presenciais distribuídos nos campi de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino, totalizando 14.607 discentes. O campus São Carlos se divide em 3 Centros Acadêmicos – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET) e Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) – que, juntos, ofertam 43 cursos de Graduação em diferentes áreas do conhecimento. O campus Araras tem um único Centro Acadêmico, o Centro de Ciências Agrárias (CCA), com 6 cursos de Graduação. Já o campus Sorocaba tem 14 cursos de Graduação distribuídos por 3 Centros Acadêmicos: Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia (CCGT), Centro de Ciências Humanas

e Biológicas (CCHB) e Centro de Ciências e Tecnologias para Sustentabilidade (CCTS). Lagoa do Sino, assim como Araras, tem um Centro Acadêmico – CCN – e conta com 6 cursos de Graduação. A UFSCar, ainda, conta com 6 cursos de graduação na modalidade EaD.

Em relação aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, a UFSCar oferta atualmente o total de 91 cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado, distribuídos em cada um dos seus campi e totalizando 4.688 pós-graduandos. No campus São Carlos, são oferecidos 21 cursos de mestrado, 10 de mestrado profissional e 28 de doutorado, enquanto no campus Sorocaba são 11 de mestrado, 1 de mestrado profissional e 4 de doutorado; em Araras são 3 cursos de mestrado. Há a previsão de instalação de um programa de pós-graduação no campus Lagoa do Sino em 2024.

Em 2023, os quatro campi da UFSCar contaram com uma população de 2.222 servidores desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, sendo: 1.276 docentes da carreira do Ensino Superior; 13 docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e 933 servidores técnico-administrativos.

A UFSCar tem uma organização própria, com unidades gestoras: Reitoria, Secretarias Gerais, Pró-Reitorias, Centros, Direções de Campus, Departamentos e Coordenações de Cursos. As decisões adotadas pela Universidade são discutidas, analisadas e votadas em seus órgãos colegiados, conhecidos como Conselhos. É essa organização que garante que a Universidade funcione e ofereça ensino de qualidade.

Além das unidades apresentadas existem também os Conselhos: Conselho Universitário (ConsUni), Conselho de Administração (CoAD), Conselho de Graduação (CoG), Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (CoACE), Conselho de Pós Graduação (CoPG), Conselho de Pesquisa (CoPQ), Conselho de Extensão (CoEX) e o Conselho de Gestão de Pessoas (COGeP). Estes são órgãos colegiados, nos quais são discutidos assuntos que dizem respeito a toda a comunidade acadêmica, garantindo também transparência e democracia nas tomadas de decisões. O conselho máximo é o Conselho Universitário.

É por meio dos conselhos citados que são elaborados os regulamentos da UFSCar. Estes regulamentos estão de acordo com o Artigo 207 da Constituição Federal do Brasil de 1988 que determina que:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (Brasil, 1988).

Uma universidade autêntica nunca se resume a uma instituição, nem é sua marca própria a mera prestação de serviços, como coloca Salles (2020). Uma universidade pode formar pessoas e ter um ensino de qualidade exatamente pelas pesquisas que desenvolve e pela relação singular e orgânica que estabelece com a comunidade. O autor acrescenta:

Assim como instituição pública, democrática e gratuita de ensino superior, a universidade se caracteriza por produzir conhecimento, mantendo uma necessária relação com a sociedade em que se insere, de sorte que tal laço indissolúvel entre ensino, pesquisa e extensão deve ser mais que uma simples bandeira. (Salles, 2020).

Esta é a UFSCar, uma universidade com produção acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) considerada de qualidade por oferecer apoio consistente para solução de problemas sociais, econômicos, políticos, tecnológicos, por desenvolver reflexões e mostrar disposição para participar da garantia de direitos, superação de desigualdades, respeito e a valorização das diferenças étnicos-raciais, combate a discriminação a pessoas e grupos. (Silva, 2008).

Em seus anos de atuação, a UFSCar tem estabelecido metas com vistas a orientar seus talentos e potencialidades intelectuais, físicas, educacionais, científicas e tecnológicas para a construção de qualidade acadêmica aliada a compromisso social. O compromisso social que a UFSCar se atribui, complementa Silva (2008), tem feito com que diversos de seus integrantes, em sua maioria oriundos de grupos que a sociedade historicamente marginalizados, busquem compreender e apoiar as demandas e iniciativas de movimentos sociais também dentro de seus espaços.

Em 2021, com o mundo passando por uma pandemia que precariza as condições de vida e acentuava o empobrecimento e um governo que não priorizava a educação superior, muito pelo contrário, os cortes das universidades públicas eram cada vez mais gritantes, a UFSCar, reafirmando seu compromisso com a permanência estudantil, através de seu Conselho Universitário e Conselho

de Administração deliberou em suas reuniões o compromisso da gestão com a permanência estudantil que é um direito e da necessidade de lutar e defender ao máximo os programas que garantem a permanência das e dos estudantes na universidade.

Porém, quisera falar em uma permanência qualificada que desse conta de todas as demandas das e dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da UFSCar, mas infelizmente como pautado em tópicos anteriores, ações que envolvam permanência demandam principalmente de recursos financeiros e estes, por sua vez, dependem de governos que colocam a educação em primeiro plano. Por outro lado, de nada adianta uma instituição de ensino superior com recursos suficientes para todas suas demandas, e sua Gestão e Conselhos, formados por pessoas que priorizem ações que envolvam permanência material e simbólica.

Sobre esses temas é que vamos discorrer nos próximos capítulos, a criação e adesão a programas que contribuam para a construção de uma agenda de política centrada no acesso a permanência com qualidade, de pessoas oriundas de espaços populares no acesso a permanência com qualidade, de pessoas oriundas de espaços populares no sistema educacional brasileiro, priorizando a questão etnico-racial, inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiências, vulnerabilidades socioeconômicas e advindas de ensino médio em escolas públicas.

5.2. Histórico das ações afirmativas na UFSCar

Uma Política Pública, seja de Estado ou institucional, se constitui ao longo do tempo a partir de realizações e demandas de grupos sociais, incluídos grupos acadêmicos científicos, que formulam propostas, buscam apoio para concretizá-las e oferecem seus conhecimentos e esforços para tanto. A construção desta Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar tem, em sua história, a participação de servidores técnico-administrativos e docentes, estudantes, movimentos coletivos, grupos sociais organizados da comunidade do entorno. Para que assim venha ocorrendo, tem sido imprescindível que a gestão da universidade tanto seja sensível às

demandas como se sinta responsável por construir conjuntamente políticas e processos institucionais que contemplem tais demandas.

Assim, as funções de ensino, pesquisa e extensão têm sido instrumentos de que a comunidade universitária se vale para construir a sua meta de universidade socialmente comprometida, por isto, pública, gratuita e de reconhecida qualidade acadêmica e científica. Na UFSCar, assim tem se construído o combate a todas as formas de preconceito e discriminação, bem como têm sido criadas condições legais, materiais, pedagógicas e outras necessárias para a promoção de equidade.

No que tange às políticas de ações afirmativas de cunho Étnico-Racial no país, desde o início dos anos 2000, o sistema de cotas para negros e negras, indígenas e, mais tarde, também quilombolas e pessoas com deficiências tem garantido o ingresso de oriundos desses grupos no ensino superior em várias instituições de ensino superior (IES) públicas de todo o país. Destaque-se, em São Carlos, o papel da comunidade negra são-carlense e de estudantes da UFSCar, notadamente os negros, no sentido de despertar discussões e apresentar propostas a órgãos superiores da Universidade, tendo em vista o ingresso de maior número de estudantes negros. Cabe salientar que a existência do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) cria condições com projetos, dissertações, teses, articulações locais, nacionais e internacionais para que as propostas pudessem se articular e serem apresentadas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar, amplamente discutido por todos os segmentos da comunidade acadêmica e aprovado pelo Conselho Universitário (ConsUni) desde a primeira edição (UFSCar, 2004), apontou entre suas decisões definir uma política de ações afirmativas. Sobre isso, cabe mencionar o documento Proposta de Programa de Ações Afirmativas da UFSCar (UFSCar, 2006): "A fidelidade da UFSCar à sua função social compromete-a com a redução das profundas desigualdades de nosso país" (Universidade Federal de São Carlos, 2016).

Foi com a tarefa de dar corpo a uma proposta consonante com os propósitos da UFSCar e com o estabelecido no PDI (UFSCar, 2004) que, em junho de 2005, foi instalada a Comissão de Ações Afirmativas (UFSCar, 2005), que teve a responsabilidade de formular propostas para um Programa de Ações Afirmativas.

Concomitante com os trabalhos da referida Comissão, esta empreendeu um conjunto de debates com a comunidade universitária nos seus diferentes segmentos e instâncias, das questões relativas às desigualdades educacionais, econômicas, sociais e raciais que constituem a sociedade brasileira (Universidade Federal de São Carlos, 2016).

O Programa de Ações Afirmativas (PAA) da UFSCar foi instituído pela Portaria GR n. 695/2007, de 06 de junho de 2007 (BRASIL, 2007). A UFSCar implantou o sistema de ingresso por reserva de vagas para acesso aos cursos de graduação nas modalidades presenciais e educação à distância, no qual candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escola da rede pública municipal, estadual ou federal, poderiam optar pelo ingresso na modalidade “Reserva de Vaga”, no momento da inscrição para o Exame Vestibular através do Exame Nacional do Ensino Médio. (MOMO, 2019).

O artigo 3º da referida Portaria traz em seu bojo os seguintes objetivos:

I - ampliar o acesso, nos cursos de Graduação presenciais e na Educação à Distância, oferecidos pela UFSCar, de candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente na rede pública (municipal, estadual, federal) com adequada proporcionalidade de participação de negros (pretos e pardos), mediante aprovação no competente processo seletivo;

II - ampliar o acesso, nos cursos de Graduação, presenciais e na modalidade de Educação à Distância, oferecidos pela UFSCar, de candidatos indígenas que tenham cursado o ensino médio integralmente na rede pública (municipal, estadual, federal) e/ou em escolas indígenas reconhecidas pela rede pública de ensino, mediante aprovação no competente processo seletivo;

III - fortalecer ações para a permanência na universidade dos alunos economicamente desfavorecidos mediante condições de sobrevivência e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico;

IV - promover, nos diferentes âmbitos da vida universitária, ações conduzidas por servidores docentes e técnico administrativos, alunos e entidades externas à Universidade, objetivando a educação das relações étnico-raciais.

De acordo com Palomino, Cruz e Durães (2020), com o objetivo de ampliar o acesso aos cursos da UFSCar, a UFSCar aprova as ações afirmativas, valorizando a diversidade social e étnico racial da sociedade, a afirmação do atendimento plural a diferentes grupos socioeconômicos e étnicos raciais que compõem a nação brasileira. Contudo esta aprovação não foi sem tensões. A votação em seu Conselho Superior Universitário foi com uma diferença de dois

votos, mostrando que a diversificação para dentro da academia não era tão bem vinda assim.

Importante lembrar que não há mudança sem atrito e sem a pressão de grupos dados como menos favorecidos, mas somente através deste caminho é que é possível avançar rumo a democratização reduzindo disparidades socioeconômicas, abrindo suas vagas para as cotas e adotando programas que sejam eficientes para materializar os direitos fundamentais à existência, inclusão, permanência e representatividade.

Desta forma a partir de 2008 a UFSCar passou a receber para os cursos de graduação presenciais, mediante a aprovação em processo seletivo, estudantes de escola pública, dentre eles, estudantes negros e estudantes indígenas, conforme cronograma de implementação aprovado no Conselho Universitário:

I - de 2008 a 2010: foram reservadas 20% das vagas de cada um dos cursos de graduação para candidatos egressos do ensino público;

II - de 2011 a 2013: foram reservadas 40% das vagas de cada um dos cursos de graduação para candidatos egressos do ensino público, e

III - de 2014 a 2016: foram reservadas 50% das vagas de cada um dos cursos de graduação para candidatos egressos do ensino público. (UFSCar, 2007).

Assim, podemos dizer que a UFSCar tem um papel pioneiro em políticas de ações afirmativas e de reserva de vagas para grupos sociais historicamente alijados do acesso ao ensino superior público, bem como em políticas de assistência e permanência estudantil, possuindo um Programa de Ações Afirmativas e de Ingresso por Reserva de Vagas, ou seja, cinco anos antes da disposição da Lei 12.711/2012 que instrui a reserva de vagas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas e pessoas com deficiência, oriundas de escolas públicas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica e completando os 50% de reserva de vagas para egressos de rede pública em 2014, dois anos antes do prazo máximo indicado pela Lei.

A Lei 12.711/2012 instituiu a reserva por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas com este percentual completo partir de 2016. A lei acrescenta ainda que esses 50% são distribuídos entre autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à

proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012).

O Programa de Assistência Estudantil da UFSCar, mesmo anteriormente ao PAA, já destinava apoio à permanência por meio de Bolsa alimentação, Bolsa moradia, Bolsa atividade. Com a adoção do Programa de Ações Afirmativas, os estudantes indígenas matriculados, já recebiam esse apoio. Os ingressantes pela reserva de vagas concorriam, e assim até o presente momento, com os demais estudantes de baixa renda ingressantes pela ampla concorrência. Nos dois primeiros anos do PAA, a UFSCar foi contemplada com recursos da Fundação Ford, que o Grupo Gestor do PAA destinou para bolsas de iniciação científica. Acrescentando-se também para o apoio à permanência de estudantes ingressantes por reserva de vagas, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-Ações Afirmativas (Pibic-AF), Pet/Conexões de saberes e Tutorias.(UFSCar)

A vinculação administrativa do Programa de Ações Afirmativas, na UFSCar teve início no diálogo com a CAAPE (Coordenadoria de Ações Afirmativas e outras Políticas de Equidade), uma vez que se partia do entendimento de que esta Pró-Reitoria receberia o maior impacto da adoção de políticas de Ações Afirmativas. No decorrer dos anos para entrada de estudantes via PPA foi feita uma triangulação entre Pró Reitoria de Graduação, através da CIG - Coordenadoria de Ingresso na Graduação, pela Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e, posteriormente pela Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade.

O PAA não só vinha no sentido de oferecer efetivas condições de acesso ao Ensino Superior a diferentes estratos socioeconômicos e grupo étnico raciais, mas também previa a ampliação e aperfeiçoamento de políticas institucionais de apoio a estudantes, tanto em relação a aspectos socioeconômicos, como moradia, alimentação e renda, quanto acadêmicos, bolsas de iniciação científica, de extensão, tutoria e outras formas de apoio à permanência estudantil, conforme aponta Silva (2008). A autora acrescenta que vai além de garantir o acesso com a reserva de vagas:

Prevê também que se realize a educação das relações étnico raciais, incentivando o diálogo sociocultural; que se incorporem aos critérios que definem a excelência na UFSCar, dimensões que considerem a diversidade social, étnico racial, de racionalidades constitutivas da sociedade brasileira.(Silva, 2008).

A autora, renomada educadora, pesquisadora e ativista brasileira, cuja carreira é marcada pela luta contra racismo e pela promoção de uma educação inclusiva, acrescenta que junto a aprovação das AA também foi aprovado a criação de mecanismos permanentes de avaliação do Programa de Ações Afirmativas, a fim de verificar a pertinência dos objetivos, a eficácia dos procedimentos, a qualidade e a repercussão dos resultados (Silva, 2008).

Como pontuado a dificuldade com orçamento para a garantir a permanência, os recursos financeiros para o funcionamento geral do PAA vieram de várias fontes e destinaram-se ao apoio da gestão e administração do Programa, ao apoio à permanência dos estudantes na UFSCar e às ações de inclusão nas atividades acadêmicas de iniciação científica. Os recursos financeiros para funcionamento da equipe do PAA, em particular o pagamento de bolsas para estagiários, contratados em apoio à equipe técnica, eram oriundos dos recursos destinados à ProGrad. No que tange a manutenção e permanência de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, foram destacados recursos próprios ou obtidos pela administração central da UFSCar que foram destinados a bolsas moradia e alimentação, uma vez que, neste início, não existia o Programa Nacional de Assistência Estudantil estava se iniciando como uma política pública, ainda na forma de uma Portaria, uma vez que foi constituído somente em 2010 por meio do Decreto 7.234 da Presidência da República.

Por exigência da natureza de políticas de Ações Afirmativas, bem como por demanda da administração superior da UFSCar, de servidores e de estudantes, novas metas foram integradas ao PAA atendendo a finalidade precípua da Ação Afirmativa de reconhecimento e valorização da pluralidade social e cultural constitutiva da nação brasileira. Essas metas foram: o vestibular indígena; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e refugiados. (UFSCAR, 2017) e mais recentemente em 2025, a implementação de política de cotas para pessoas trans e travestis nos cursos de graduação, por meio de um edital específico elaborado pela Pró Reitoria de Graduação (ProGrad).

5.3. Histórico da permanência

Se o ingresso ao ensino superior representa para muitas pessoas estudantes e suas famílias a realização de um sonho, uma vitória, esse é sem dúvida o primeiro passo, começa, até mesmo no momento em que escolhem para onde irão, a batalha para garantir a permanência para a realização deste sonho.

Vindo de famílias de baixa renda, com renda per capita menor que um salário mínimo, essas e esses estudantes precisam de recursos para se manter na Universidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de uma Instituição Federal de Educação é o documento que possibilita que se tenha um melhor planejamento de estratégias e de prioridades. Os principais objetivos do PDI devem, a partir do planejamento estratégico institucional, possibilitar que a Universidade defina e reúna um conjunto de ações para subsidiar a tomada de decisão de forma que orientem para um comportamento favorável ao desenvolvimento de toda a organização. Tem ainda como objetivo facilitar os processos de avaliação de seu desempenho e relacionamento com o ambiente externo por meio do estabelecimento do processo comunicativo, além de orientar para a condução de ações voltadas para o dia a dia da instituição.

A UFSCar traz em seu PDI que a democratização do acesso à Universidade contempla não só as possibilidades de expansão, mas também as diferentes alternativas contemporâneas de aumento das oportunidades de acesso e permanência na UFSCar e a busca de garantia para que pessoas estudantes de camadas da população socioeconomicamente desfavorecidas nela permanecessem para obter uma formação de qualidade.

Também apresenta que o papel central da formação universitária para o sucesso econômico do País e para a inclusão social, buscando a superação da pobreza e das desigualdades sociais, cabe concretizar essas orientações, como linhas-mestras nos processos formativos nos vários tipos de curso na Universidade, começando por ampliar o acesso de diferentes grupos sociais a esses cursos e garantir a permanência de estudantes na Universidade.

A permanência está presente nos eixos que norteiam o PDI, com ações que busquem minimizar a evasão nos cursos, através do compromisso e busca

de ampliação de seus programas de permanência, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 3 - Cronograma de Ações e Metas em Função dos Objetivos - período de vigência do PDI (2024 – 2028)

Eixo 1 - Formação e gestão de Pessoas	
Objetivos	Ações
1.1. Minimizar a evasão e a retenção nos cursos de graduação da UFSCar	1.1.3 Ampliar projetos que incentivam a permanência dos estudantes nos cursos de graduação; 1.1.4 - Ampliar alcance dos programas de permanência acadêmica; 1.1.5 - Revisar normativas, procedimentos e documentação para concessão de incentivos à permanência estudantil.
1.3. Manter a UFSCar como referência na formação de pessoas em nível de Graduação e PósGraduação	Ação 1.3.1 - Ampliar incentivos de permanência dos estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação.
Eixo 2 - Diversidade e Equidade	
2.1. Incentivar a representatividade das diversidades nos espaços institucionais variados.	Ação 2.1.1 - Identificar a representatividade das diversidades nos espaços institucionais.; Ação 2.1.2 - Ampliar representatividade das diversidades nos espaços institucionais
2.2. Diversidade e equidade como orientadoras de ações transversais em Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Convivência	Ação 2.2.1 - Estabelecer normativas, regras e programas que garantam a diversidade e equidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; Ação 2.2.2 - Estabelecer planos e normativas para estimular o uso de espaços de convivência valorizando a equidade e a diversidade.
2.3. Criar processos de formação continuada sobre direitos humanos para toda universidade.	Ação 2.3.1 - Estabelecer políticas, diretrizes e normativas para o desenvolvimento de temáticas relacionadas aos direitos humanos e à diversidade.

(SPDI, UFSCar 2024 - 2028)

No PDI também é possível verificar o escopo da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, apresentado como responsável pelas políticas para atendimento discente com atribuição gerenciar as unidades administrativas, nos quatro campi, diretamente ligadas a qualidade de vida dos alunos, e juntamente com demais órgãos da UFSCar. Na missão de planejar, coordenar, promover e avaliar ações de atendimento e assistência à comunidade universitária, buscando minimizar a evasão e a retenção nos cursos da UFSCar, como detalhado no tópico abaixo.

5.4. Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFSCar (ProACE) foi criada pela Portaria GR n. 203 de 20/07/2009. Importante destacar que antes da mesma, a UFSCar contava com a Secretaria de de Assuntos Comunitários, a SAC, responsável pelas primeiras ações voltadas à assistência estudantil.

A ProACE tem como missão planejar, coordenar, promover e avaliar ações de assistência e de apoio à comunidade universitária, ofertando atividades e serviços que visem melhorar a qualidade de vida e a permanência de pessoas servidoras e estudantes. Está estruturada a partir de dois eixos, Assuntos Comunitários e Assuntos Estudantis, e quatro áreas de atuação: Assistência Estudantil, Atenção à Saúde, Esportes e gerenciando unidades administrativas e multidisciplinares nos quatro *campi*.

Muito embora as quatro áreas de atuação estejam presentes em todos os *campi*, elas possuem configurações distintas no *campus* sede e nos demais *campi*. Em São Carlos, os Departamentos são especializados, respondendo por cada uma das áreas: Departamento de Assistência Estudantil (DeAE); Departamento de Atenção à Saúde (DeAS) e Departamento de Esportes (DeEsp); nos demais *campi*, há os Departamentos de Assuntos Comunitários e Estudantis (DeACE), respectivamente em Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. Os DeACE são compostos por equipes multidisciplinares, que atendem às demandas relativas às áreas sob responsabilidade da ProACE.

Para a realização de suas atividades a ProACE tem no seu quadro de pessoas servidoras cerca de 70 profissionais efetivos nos quatro *campi*, além de pessoas colaboradoras de empresas terceirizadas e pessoas estagiárias, envolvidas em ações administrativas e técnicas que atingem potencialmente toda a comunidade universitária da UFSCar.

O financiamento das atividades realizadas pela ProACE advém, majoritariamente, do orçamento regulamentado pelo Decreto n. 7.234/2010 que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual é aplicado exclusivamente na assistência e permanência estudantil. As demais ações coordenadas pela ProACE são financiadas com recursos do orçamento geral da universidade.

A assistência estudantil propõe ações voltadas à permanência estudantil, envolvendo diversas ofertas de suporte (materiais e de cuidados) a estudantes, especialmente os que se encontram em condição de vulnerabilidade pessoal e socioeconômica. A política de assistência e permanência estudantil da UFSCar está institucionalizada em dois principais programas: o Programa de Assistência Estudantil (PAE), criado em 2011 e atualizado pela Resolução COACE Nº 50, de 15 de dezembro de 2021, regulamenta a concessão de bolsas e de auxílios materiais de suporte à permanência de estudantes em situação ou risco de vulnerabilidade socioeconômica; e o Programa de Acompanhamento ao Bolsista (PAB), que regulamenta o apoio e acompanhamento em rede, visando dar suporte socioassistencial, de saúde física e mental, acompanhamento acadêmico e pedagógico ao grupo de estudantes que enfrentam situações de diversas naturezas que podem impactar negativamente no desempenho acadêmico e na conclusão do curso de graduação.

O Programa de Assistência Estudantil (PAE) prevê a concessão de bolsas para estudantes em comprovada situação ou risco de vulnerabilidade socioeconômica que são direcionadas para investimentos em moradia, alimentação e transporte.

A equipe que atua nas ações de Assistência Estudantil nos quatro *campi* é integrada por assistentes sociais, pessoas psicólogas, assistentes em administração, administradores que estão engajados no atendimento e acompanhamento socioassistencial de estudantes em situações de vulnerabilidade, bem como na gestão administrativa e dos equipamentos vinculados à área, realizando ações que passam pelo acolhimento de demandas individualizadas, por meio de escuta qualificada e pelas gestões das moradias estudantis, atualização dos cadastros de bolsistas e elaboração mensal de folhas de pagamento das bolsas de assistência estudantil.

Para o financiamento das ações do Programa de Assistência Estudantil, a UFSCar recebe valores, majoritariamente, do PNAES que são usados exclusivamente no suporte às pessoas bolsistas, ou seja, pessoas estudantes matriculadas em primeira graduação e que foram deferidas no processo de avaliação socioeconômica realizado para verificação da condição de vulnerabilidade. Estes recursos são utilizados no financiamento de bolsas e auxílios para alimentação, moradia estudantil e demais ações com foco na

permanência. Além dos recursos investidos no pagamento de bolsas de assistência estudantil, há ainda a gestão dos pagamentos de despesas com a manutenção das moradias estudantis que envolvem custos de aluguel de imóveis, energia elétrica, gás, e manutenção predial e de mobiliário e outras despesas relativas às avaliações socioeconômicas e de manutenção das unidades vinculadas a ProACE.

O Programa de Acompanhamento ao Bolsista (PAB) se estrutura em uma rede de apoio e suporte para estudantes bolsistas, envolvendo ações articuladas entre profissionais das áreas da saúde e da assistência social, vinculados a ProACE, juntamente com pedagogas, vinculadas à Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) e com ações de promoção do respeito às diversidades que compõem a comunidade universitária, coordenadas pela Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE), vinculada à Reitoria.

Em se tratando de assistência estudantil, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis é responsável pela gestão de várias modalidades de bolsas que visam garantir a permanência. Para acesso a estas bolsas é necessário que as pessoas estudantes façam parte do Programa de Assistência Estudantil, abordado no próximo tópico.

Em 2022 foram regulamentadas ações de assistência e de permanência estudantil, financiadas com recursos do Programa de Fomento à Permanência Estudantil junto a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI-UFSCar). Tal Programa, que se intitula CRIE (Captação de Recursos para Investimento em Equidade) foi instituído em 2021, no âmbito do Conselho Universitário (ConsUni) e regulamentado no Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (CoACE). Este programa está estruturado em receber doações de pessoas físicas e jurídicas que são convertidas em editais de concessão de auxílios e auxílios emergenciais com foco exclusivo na assistência estudantil. Por meio do CRIE, em 2022, foi possível a concessão de auxílio de inclusão e acessibilidade para estudantes com deficiência, auxílio para suporte com cuidados relativos à saúde de estudantes em situação de sofrimento mental e manutenção de mobiliários na moradia estudantil.

Com a ampliação das fontes dos recursos para serem investidos na assistência estudantil, por meio do CRIE e também do Projeto de Desenvolvimento Institucional (ProDIn) de enfrentamento à Covid-19, foi

possível manter e ampliar ações de assistência estudantil para estudantes de graduação presencial e incluir ações voltadas para estudantes matriculados em programas de pós-graduação.

5.5. O Programa de Assistência Estudantil

A assistência e a permanência estudantil são áreas importantes para o processo de democratização do ensino superior, uma vez que visa garantir a equidade para que estudantes, em situações de vulnerabilidades, possam estudar e se formar de uma forma digna e saudável.

A permanência estudantil tem suas ações e estratégias pautadas pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UFSCar em articulação com o PNAES e construídas junto ao Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (CoACE).

O Programa de Assistência Estudantil da UFSCar (PAE), regulamentado desde 2011 e atualizado pela Resolução CoACE n. 50, de 15 de dezembro de 2021:

O Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da UFSCar, reunido em 14 de dezembro de 2021 para sua 59a. Reunião Ordinária...

Resolve:

Art. 1. Esta Resolução dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UFSCar que tem a finalidade de apoiar a permanência e a diplomação de alunos matriculados em cursos presenciais, para obtenção do primeiro diploma de graduação, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica devidamente comprovada (COACE, 2021).

A Resolução acrescenta em seu Artigo 2o. quais são os apoios que o Programa de Assistência Estudantil abarca.

- I - Bolsa-atividade;
- II - Bolsa-moradia;
- III - Bolsa-alimentação;
- IV - Auxílio transporte;
- V - Apoio emergencial. (COACE, 2021).

Desta forma, como pontuado, o Programa de Assistência Estudantil (PAE) tem a base legal pautada no Programa Nacional de Assistência Estudantil, estruturado em seus eixos: moradia estudantil; alimentação; transporte;

atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (ProACE, 2023).

Através do Ato Administrativo ProACE n. 77, o Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis definiu os procedimentos para a seleção de discentes para o Programa de Assistência Estudantil, sendo em fluxo contínuo e com formação de Cadastro Reserva com caráter classificatório, visto que a entrada nos programas de assistência e permanência estudantil estão atrelado a disponibilidade de recursos orçamentários advindos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por parte do Governo Federal.

Desta forma, são objetivos do Programa de Assistência Estudantil:

1. DO OBJETIVO

1.1 O presente instrumento tem por finalidade regulamentar a seleção, em fluxo contínuo, de estudantes com perfil elegível para a formação de Cadastro Reserva do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar (PAE), condicionado à disponibilidade orçamentária.

1.2 Para se inscrever no processo de seleção para formação de Cadastro de Reserva do Programa de Assistência Estudantil, a pessoa candidata precisará participar do processo de avaliação socioeconômica para ações voltadas para assistência e permanência estudantil, conforme as normativas vigentes.

1.3 A participação da pessoa candidata no processo de avaliação socioeconômica e seu enquadramento no perfil de vulnerabilidade estabelecido pela UFSCar não garante seu acesso ao PAE, ficando condicionado à disponibilidade orçamentária. (CoACE, 2021).

O Programa ainda estabelece condições para que as pessoas estudantes sejam beneficiados pelo programa, dentre elas, estar matriculado e cursando a primeira graduação na forma presencial e que apresentem situação de vulnerabilidade socioeconômica compreendida em renda per capita de zero a um salário mínimo, comprovando esta vulnerabilidade através de documentações especificadas em edital, através de uma avaliação socioeconômica.

O método de análise socioeconômica utilizado na ProACE foi idealizado e aperfeiçoado pela equipe técnica do Departamento Estudantil e dos

Departamentos de Assistência Comunitária e Estudantil, visando estabelecer critérios a partir da Política Nacional de Assistência Estudantil.

Importante destacar que a PNAES traz o recorte de renda de até um salário mínimo per capita. No entanto, há de se contextualizar a capacidade que uma determinada quantia monetária possui em suprir as necessidades de uma pessoa, considerando as especificidades pessoais e sociais que afetam sua vida. Privações relativas no âmbito das rendas podem produzir privações absolutas em termos das capacidades para assegurar as necessidades da vida, e neste caso, a possibilidade de permanência na universidade. Além disso, a relação entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos, conforme aponta Cepedes (2021).

Nesse sentido, a classificação socioeconômica para entrada no PAE não se dá exclusivamente pela renda *per capita* e sim a classificação por perfil de vulnerabilidade socioeconômica considerando-se fatores atenuantes e agravantes que interferem na capacidade de renda do estudante e de seu grupo familiar.

O programa classifica os estudantes em perfis de vulnerabilidade. Essa classificação é feita considerando a renda *per capita* familiar adicionada de informações de atenuantes e agravantes, conforme descrito em tabela abaixo:

Quadro 4 - Índices de vulnerabilidade - Programa de Assistência Estudantil

RENDA PER CAPITA	
De 1 SM + R\$ 1,00 a 1 ½ SM	05
De ½ SM + R\$ 1,00 a 1 SM	45
De ¼ SM + R\$ 1,00 a ½ SM	60
De 0 a ¼ SM	70
STATUS OCUPACIONAL DA PESSOA MANTENEDORA DA PESSOA ESTUDANTE	
Pessoas empresárias e cargos de alta administração/gerência	0
Pessoas micro e pequenas empresárias	2
Profissionais liberais	2
Pessoas proprietárias ou produtoras rurais	3
Profissionais autônomos	3
Pessoas servidoras públicas	5

Pessoas trabalhadoras com vínculo formal de trabalho em empresas privadas	6
Pessoas aposentadas e pensionistas	7
Pessoas trabalhadoras domésticas com vínculo formal	8
Pessoas trabalhadoras do mercado informal	9
Pessoas desempregadas	10
SITUAÇÃO AGRAVANTE DE VULNERABILIDADE - SAÚDE E DEFICIÊNCIA	
Não comprova situação de doença ou deficiência na família	0
Comprova situação de doença ou deficiência na família	6
VULNERABILIDADE - POBREZA	
Família não beneficiária de Programa de Transferência de Renda	0
Família beneficiária de Programa de Transferência de Renda	7
SITUAÇÃO AGRAVANTE DE VULNERABILIDADE - RISCO HABITACIONAL	
Sem gastos com moradia (casa própria ou cedida)	0
Comprova gastos com moradia (alugada ou financiada)	5
Moradia em área de ocupação irregular (urbana ou rural), aldeias e terras de demarcação	7

Fonte: Proace (2024)

A maioria das instituições, incluindo a UFSCar, utiliza o termo vulnerabilidade social como expressão abrangente com o objetivo de incluir não apenas pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, mas todos aqueles em situações de risco, tais como: fragilidade de vínculos sociais e afetivos; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural, sexual e de gênero; exclusão pela pobreza; problemas relacionados ao uso de drogas; pessoa com deficiência, entre outras. Desta forma, participando dos editais para entrada no Programa de Assistência Estudantil das pessoas estudantes são classificados numa combinação de renda per capita e pontuação e índice de vulnerabilidade:

Quadro 5 - Pontuação PAE

Pontuação	Nível de Vulnerabilidade
66 - 100 pontos	I
50 - 65 pontos	II
0 - 49 pontos	III

É a partir desta pontuação, do índice de vulnerabilidade e da renda per capita que as pessoas estudantes têm acesso às bolsas destinadas ao Programa de Assistência Estudantil:

Quadro 6 - Classificação por índice de vulnerabilidade - PAE

Nível de Vulnerabilidade	Pontuação	Bolsas
I	66 - 100	Atividade, Alimentação e Moradia
II	50 - 65	Alimentação e Moradia
III	0 - 49	Benefício de 50% no restaurante universitário

Fonte: ProACE (2024)

As avaliações socioeconômicas permitem a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis desenhar o perfil de pessoas estudantes atendidas e a partir deste perfil propor diferentes bolsas e acessos.

Importante destacar que abaixo serão apresentadas informações e dados quantitativos sobre estudantes atendidos pela ProACE, no intervalo de 2020 até 2023, sendo este intervalo de data referente ao início e término da coleta de dados para esta tese.

De acordo com o Relatório Anual de Atividades da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis 2024, essa distribuição tem o seguinte desenho:

Tabela 2 - Estudantes atendidos por ações de assistência estudantil/sua rendas per capitas familiares

Campus	2020			2021			2022			2023		
	até 0,5 SM	de 0,5 a 1 SM	de 1 a 1,5 SM	até 0,5 SM	de 0,5 a 1 SM	de 1 a 1,5 SM	até 0,5 SM	de 0,5 a 1 SM	de 1 a 1,5 SM	até 0,5 SM	de 0,5 a 1 SM	de 1 a 1,5 SM
Araras	71	71	0	74	71	0	104	76	0	82	64	0
Lagoa do Sino	130	86	1	131	88	1	168	113	1	125	91	2
São Carlos	880	611	2	883	618	1	1.046	717	6	820	658	5
Sorocaba	165	59	0	167	59	0	174	94	0	156	86	0
Sub Total	1.246	827	3	1.255	836	2	1.492	1.000	7	1.183	899	7
Total	2.076			2.093			2.499			2.089		

Fonte: DePB/ProACE

Nota-se que a grande maioria de estudantes que participam das ações de assistência estudantil concentram-se na faixa que vai de 0 a 0,5 salário mínimo de renda per capita familiar, configurando cerca de 57% das pessoas

estudantes que recebem algum tipo de suporte de assistência estudantil. Em 2023, do total de estudantes matriculados em cursos de graduação, cerca de 14% participavam do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar, recebendo auxílio diretos por meio de bolsas, os demais, receberam auxílios indiretos, sobretudo por meio do subsídio aplicado ao preço das refeições servidas no Restaurante Universitário nos 4 *campi*.(ProACE, 2024).

Como falado em capítulos anteriores, a assistência estudantil é subsidiada com recursos advindos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Os recursos advindos do PNAES vem no bojo do restante do orçamento distribuído para as universidades que é centrado na matriz OCC (Orçamento de Outros Custeios e Capital).

Este modelo de distribuição foi instituído pelo Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, estabelecendo as diretrizes básicas e critérios técnicos para a distribuição de recursos orçamentários no âmbito das universidades federais, utilizando como indicador de eficiência e qualidade, o chamado “aluno equivalente”, baseando-se não só no número de estudantes que a universidade tem, mas também em critérios de produção e pesquisa (ProACE, 2024).

O orçamento do PNAES é descrito na Lei Orçamentária Anual (LOA) por meio da ação orçamentária 4002. Dentro da ação 4002 há outros Programas Orçamentários que inclui o orçamento para o pagamento, além das bolsas previstas no PAE, o Incluir (Programa de Inclusão no Ensino Superior) e as bolsas do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES).

A tabela abaixo expressa o montante de recursos destinados à UFSCar por meio dos recursos carimbados para o PNAES:

Quadro 7 - Recursos PNAES UFSCar - 2009 - 2025

Ano	Valor		Ano	Valor
2009	R\$2,283,080.00		2017	R\$9,611,704.00
2010	R\$4,170,339.00		2018	R\$8,938,402.00

2011	R\$6,544,667.00		2019	R\$10,597,112.00
2012	R\$7,723,539.00		2020	R\$9,553,694.00
2013	R\$7,936,977.00		2021	R\$8,315,382.00
2014	R\$7,914,747.00		2022	R\$10.115.972,00
2015	R\$8,640,277.00		2023	R\$ 9.754.730,00
2016	R\$10,017,834.00		2024	R\$ 11.800.000,00
			2025	PLOA - R\$ 12.789.866,00

Fonte: ProACE (2024)

De acordo com Ribeiro Júnior (2023), Pró Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis, é possível acompanhar a evolução do orçamento dos recursos do PNAES, acompanhando uma política nacional de expansão das universidades federais, democratização do acesso e de políticas de permanência estudantil, que aconteceram entre os anos de 2007 a 2016, como já observados em capítulos anteriores.

Ainda de acordo com o Pró Reitor, em 2016 aconteceram dois importantes eventos que acabam por determinar o que se seguiu nos anos de 2017 a 2022, quando se observa uma diminuição do orçamento. Os dois eventos foram: o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a aprovação da Emenda Constitucional 95 que instaurou o “teto de gastos”, impactando, de forma negativa, os investimentos em políticas públicas como saúde, educação, assistência social, etc. Este período também foi marcado pela eleição de um governo federal que foi de 2018 até 2022 com uma política deliberada de ataques às universidades públicas, com a proposta de implantação do projeto “Future-se” que abria uma via para a privatização das universidades federais.

Foi chamada a atenção para o ano de 2021, cujo orçamento em valores nominais se assemelhou ao que a UFSCar havia recebido entre 2014 e 2015, em relação ao orçamento do PNAES. Este foi um ano bastante crítico que ainda sofria com os ajustes emergenciais necessários e urgentes para as adequações aos protocolos sanitários em virtude da pandemia da Covid-19. Neste ano,

também, a sanção da LOA se deu apenas na segunda quinzena de abril, causando incertezas para a administração pública no âmbito federal. A UFSCar manteve e fortaleceu um Grupo de Trabalho que debateu e assessorou o Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (CoACE) nas tomadas de decisões para os ajustes necessários em relação ao programa de Assistência Estudantil durante todo o ano de 2021, chegando ao desenho que possui até este ano de 2023 (Ribeiro Júnior, 2023).

Para dar conta da diminuição orçamentária refletida no orçamento do PNAES que foi encaminhado na LOA para a UFSCar, três ações institucionais foram tomadas : a primeira foi aprovar no ConsUni que a assistência estudantil seria priorizada em situações de emergências orçamentárias e financeiras; a segunda, foi a criação, no âmbito do ConsUni, do Programa de Fomento à Permanência estudantil, denominado de Captação de Recursos para Investimentos em Equidade (CRIE), em parceria com a FAI e que visa a captação de recursos por meio de doações de pessoas físicas e jurídicas para complementar as ações de assistência estudantil e, a terceira ação foi uma aproximação junto ao vereador Djalma Nery que articulou uma reunião com o Deputado Federal Ivan Valente que levou a situação da UFSCar para a tribuna da Câmara, denunciando a situação dramática do orçamento da assistência estudantil e se comprometendo com o envio de emendas parlamentares para a UFSCar complementar os recursos de assistência estudantil. Desde então, o Deputado Ivan Valente já concedeu 3 emendas parlamentares para a UFSCar, especificamente para a complementação da assistência estudantil: 2022 (R\$ 1 mi.), 2023 (1.6 mi.) e 2024 (1.5 mi.), conforme colocado por Ribeiro Júnior (2023).

De acordo com as informações obtidas na ProACE, quando aprovadas e aprovados no Programa de Assistência Estudantil, as pessoas estudantes podem ter acesso às bolsas descritas logo abaixo que estão regulamentadas pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE):

Bolsa Moradia Vaga - disponibilidade de vagas em apartamentos pertencentes ou alugados pela universidade. Atualmente esta modalidade está disponível apenas para estudantes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil nos campi de São Carlos e Sorocaba.

Tabela 3 - Total de bolsistas – Bolsa Moradia - vaga

Moradia Vaga				
<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023
São Carlos	398	348	514	434
Sorocaba	65	55	73	60
Total	463	403	587	494

Fonte: DePB/ProACE

Bolsa Moradia em espécie - bolsa no valor de R\$ 400,00 mensais para colaborar com o custeio de aluguel de estudantes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar.

Tabela 4 - Total de bolsistas – Bolsa Moradia em espécie

Moradia em espécie				
<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023
São Carlos	893	854	1182	1047
Araras	113	107	163	139
Sorocaba	94	93	158	145
Lagoa do Sino	153	145	224	187
Total	1253	1199	1727	1518

Fonte: DePB/ProACE

Bolsa Moradia mãe/pai - bolsa no valor de R\$ 600,00 mensais para colaborar com o custeio de aluguel de estudantes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar e que residam com crianças de até 5 anos e 11 meses ou com deficiência.

Tabela 5 - Total de bolsistas – Bolsa Moradia Mãe/Pai

Moradia em Dinheiro (Mãe/Pai)				
<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023
São Carlos	35	36	45	41
Araras	4	5	7	5
Sorocaba	2	3	6	7
Lagoa do Sino	1	1	5	6
Total	42	45	63	59

Fonte: DePB/ProACE

Bolsa Alimentação - acesso gratuito a todas as refeições servidas pelo Restaurante Universitário dos 4 campi da UFSCar para estudantes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil. Para demais estudantes de graduação e de pós-graduação, as refeições são servidas subsidiadas de acordo

com os preços estabelecidos pela Coordenadoria da Rede Integrada de Segurança Alimentar (CRISA).

Auxílio Alimentação Emergencial - auxílio no valor de R\$ 160,00 mensais para colaborar com o custeio do café da manhã que não é servido pelo Restaurante Universitário e é destinado para estudantes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar.

Tabela 6 - Total de bolsistas – Bolsa Alimentação

Alimentação				
Campus	2020	2021	2022	2023
São Carlos	1423	1329	1778	1521
Araras	123	118	181	151
Sorocaba	208	196	270	244
Lagoa do Sino	198	186	283	222
Total	1952	1829	2512	2138

Fonte: DePB/ProACE

Auxílio Transporte - auxílio destinado para colaborar com o custeio de transporte para estudantes se deslocarem até a universidade e que residam em locais com deficiência de transporte público. Este auxílio está disponível para estudantes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar do campus Lagoa do Sino ou que residam nas moradias estudantis de Salto de Pirapora.

Tabela 7 - Total de bolsistas – Transporte

Transporte				
Campus	2020	2021	2022	2023
Araras	1	1	0	0
Lagoa do Sino	187	0	192	198
São Carlos	0	0	0	0
Sorocaba	11	10	10	8
Total	199	11	202	206

Fonte: DePB/ProACE

Bolsa Auxílio Pré-Escolar (BAPE) - bolsa no valor de R\$ 408,00 mensais para colaborar com o custeio da educação infantil de crianças de até 5 anos e 11 meses ou com deficiência e que residam com estudantes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar.

Bolsa PIAPE - O PIAPE é a sigla para o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil e ele prevê bolsas de R\$ 300,00 mensais para que estudantes do Programa de Assistência Estudantil possam atuar, 12 horas semanais, em projetos que visem a promoção da saúde e o fortalecimento de vínculos com a universidade por meio de ações artísticas, culturais, esportivas, de lazer. Esta modalidade é regulamentada pelo Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE).

Bolsa PAEIQ - O PAEIQ é a sigla para o Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Quilombolas e ele prevê bolsas de R\$ 300,00 mensais para estudantes indígenas ou quilombolas que tiveram a bolsa permanência do MEC revogada e que façam parte do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar. Esta modalidade é regulamentada pelo Programa de Atendimento Especial a Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAEIQ).

Bolsa PAPEL - O PAPEL é a sigla para o Programa de Apoio às Práticas Esportivas e de Lazer e prevê bolsas de R\$ 200,00 mensais para que estudantes do Programa de Assistência Estudantil possam atuar, 8 horas semanais, em atividades focadas no esporte e no lazer e que sejam coordenadas pelos departamentos vinculados à ProACE. Esta modalidade é regulamentada pelo Programa de Apoio às Práticas Esportivas e de Lazer (PAPEL).

Bolsa PACUPIA - PACUPIA é a sigla para o Programa de Agentes Comunitários Universitários de Promoção de Inclusão e Acessibilidade e prevê bolsas de R\$ 300,00 mensais para que estudantes do Programa de Assistência Estudantil possam atuar, 12 horas semanais, em projetos que visem a promoção da inclusão e da acessibilidade e que sejam coordenados pela ProACE e pela SAADE (Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade). esta modalidade é regulamentada pelo Programa de Agentes Comunitários Universitários de Promoção de Inclusão e Acessibilidade.

Auxílio Inclusão e Acessibilidade - auxílio de R\$ 900,00 em parcela única para estudantes de graduação e de pós-graduação com deficiência que participem de processo seletivo específico. A concessão deste auxílio está condicionada à existência de recursos financeiros captados por meio do

Programa de Fomento à Permanência Estudantil, denominado de CRIE (Captação de Recursos para Investimento em Equidade).

Auxílio para cuidados com a saúde - auxílio emergencial e temporário para colaborar com o custeio dos cuidados com a saúde de estudantes de graduação e de pós-graduação. A concessão deste auxílio está condicionada à existência de recursos financeiros captados por meio do Programa de Fomento à Permanência Estudantil, denominado de CRIE (Captação de Recursos para Investimento em Equidade). Esta modalidade é regulamentada pela Resolução CoACE n. 43/2021.

Auxílio para apresentação de trabalhos acadêmicos - auxílio emergencial e pontual para que estudantes de graduação e que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar possam apresentar oralmente trabalhos científicos em congressos reconhecidos em âmbito nacional ou internacional. A concessão deste auxílio está condicionada à existência de recursos financeiros captados por meio do Programa de Fomento à Permanência Estudantil, denominado de CRIE (Captação de Recursos para Investimento em Equidade). Esta modalidade está regulamentada pela Resolução CoACE n. 66/2022.

Ainda de acordo com Ribeiro Jr (2023), para além das bolsas descritas no Programa de Assistência Estudantil a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis conta com duas outras modalidades de bolsas que visam a permanência:

Programa Bolsa Permanência (PBP) - foi criado pela Portaria MEC n. 389, de 09 de maio de 2013 e consiste em uma ação do Governo Federal de concessão de bolsa no valor de R\$ 1.400,00 mensais pago diretamente para estudantes indígenas e quilombolas matriculados em instituições federais de ensino superior. A UFSCar é responsável por fazer o acompanhamento acadêmico mensal de cada estudante e encaminhar para que o MEC realize o pagamento das bolsas.

Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) - tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos - em especial os países africanos e latino-americanos - nas áreas de educação e cultura. O projeto

oferece apoio financeiro de R\$ 622,00 mensais para estudantes estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de ensino superior. A UFSCar é responsável pelo edital anual para seleção de bolsistas, realiza o acompanhamento social e acadêmico, visando dar suporte à permanência.

Em Educação como prática de liberdade, Paulo Freire discorre sobre a oposição a soluções assistencialistas porque colocam as pessoas na situação de objetos e não de sujeitos. Acrescenta:

O que importa, realmente, ao ajudar-se o homem é ajudá-lo a ajudar-se. (E aos povos também). É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas (Freire, 1968).

Sob esse contexto que nasce, entre as bolsas oferecidas a discentes atendidas e atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil, o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil, Piape, com bolsistas na posição de agentes transformadores de sua realidade e da realidade de outras e outros discentes.



CAPÍTULO 6
CAMINHOS DA PESQUISA

6.1. Para não perder o horizonte

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa objetivam demonstrar o caminho percorrido pela pesquisadora ou pesquisador na construção de seu estudo, definindo e descrevendo os instrumentos e técnicas para a coleta e análise de dados. Apontam também o contexto, sujeitos de pesquisa, critérios de amostragem, bem como, estabelecem estratégias para a realização da pesquisa. (POZOBON, 2019).

Para a pesquisa em questão foi desenvolvido um estudo voltado às políticas de permanência estudantil em Instituições Federais de Ensino Superior, num panorama mais amplo, especificando a construção destas políticas e os momentos políticos para estas construções, focando na Universidade Federal de São Carlos e no Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência Estudantil (PIAPE), como mecanismo de permanência material e simbólica.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido constitui-se como uma pesquisa aplicada. De acordo com Gil (2008) a pesquisa aplicada tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas de seu conhecimento. Desta forma, sua preocupação está mais voltada para a aplicação imediata numa realidade circunstancial do que para o desenvolvimento de teorias de valor universal. (Pozobon, 2019).

Esta pesquisa apresenta como metodologia de trabalho o Estudo de Caso, um Programa específico de permanência estudantil desenvolvido pela Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFSCar, analisando suas interfaces em três dimensões: as Coordenações dos diferentes projetos dentro do Programa (ano 2019 a 2023), bolsistas que atuam junto à Coordenação de cada projeto e discentes da graduação e pós graduação que participam das atividades desenvolvidas pelos projetos.

De acordo com Goldemberg (2004):

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (Goldemberg, 2011).

Como já informado anteriormente a presente tese tem como objetivo analisar o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência

Estudantil (PIAPE) da Universidade Federal de São Carlos que visa incentivar o acolhimento, a permanência estudantil, o enfrentamento da violência institucional e das situações de vulnerabilidade socioeconômica em complementação às medidas institucionais existentes na Universidade, analisando o seu percurso em 2019 até 2023, com questões norteadoras como:

- **Comportamento dos projetos no contexto temporal (pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia)**

Buscou-se analisar como os projetos foram concebidos no período pré-pandemia, de que forma se ajustaram para lidar com os desafios impostos pela pandemia, como restrição de mobilidade, necessidade de distanciamento social e aumento da vulnerabilidade econômica, bem como quais mudanças ocorreram nas formas de oferecimento das ações, especialmente no que se refere à utilização de tecnologias e à migração para formatos remotos. Além disso, investigou-se se os projetos dialogam com iniciativas voltadas à mitigação de impactos na saúde mental e convívio social.

- **Linhas de pesquisa e modelos de intervenção**

Buscou identificar as linhas de pesquisa em que os projetos se inserem, os modelos de intervenção adotados e as prioridades estabelecidas. Também se analisou a relação dessas linhas e modelos com os diferentes períodos, observando como se configuraram na pré-pandemia, durante a pandemia e no pós-pandemia.

- **Qualidade e impacto das ações**

Voltado à análise da qualidade das ações desenvolvidas, considerando as percepções expressas nos relatórios por coordenações, bolsistas e pessoas usuárias. Foram examinadas críticas, sugestões e avaliações de impacto, com atenção para o modo como as ações repercutiram na vida das pessoas atendidas e para os elementos que indicam a efetividade das práticas.

A escolha do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis para a realização do estudo de caso deve-se à familiaridade que tenho com o Programa, bem como o desejo de aprofundar e tornar público o resultado das experiências vivenciadas pelas pessoas atingidas pelos projetos do Programa. Somado a isto por compreender que o Piape é um elemento importante na construção de espaços que desafiam a lógica da exclusão, ajudando no pertencimento e direito de presença nos espaços historicamente negados a determinados grupos sociais.

Importante destacar a postura da pesquisadora em relação ao seu objeto de estudo. Na pesquisa em questão, encontrei-me duplamente envolvida no campo, uma vez que atuei diretamente com a temática também no meu percurso profissional dentro da UFSCar.

Assim, posso dizer que serviu também de motivação para realização deste estudo o fato de ser servidora da UFSCar, da aproximação com as políticas de ações afirmativas e permanência, sendo também uma oportunidade de vivenciar se o papel e a aplicação dos recursos financeiros e humanos em tal Programa trazem resultados que impactam na permanência estudantil.

Ribeiro Júnior (2016) define aproximação como tornar-me próximo do outro, colocando-se à disposição de conviver com os sujeitos da pesquisa, de aprender juntos por meio de uma proposta de pesquisa que esteja atrelada com os propósitos de vida dos sujeitos participantes. Completa:

Assim, ao relacionar a aproximação com os propósitos da vida, é possível inferir que a aproximação, muitas vezes, está antecipada pelos projetos de mundo que são compartilhados entre os sujeitos, mesmo em situações e vivências em contextos diferentes. Ou seja, há uma aproximação que opera no nível das ideias, das lutas, das militâncias. (Ribeiro Júnior, 2016).

Desta forma a aproximação, para a realização desta pesquisa, foi um processo antecipado pelos anos no Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência, com momentos vivenciados como coordenadora de projeto, participante como público alvo de muitos deles e Coordenadora Geral do Programa. Ser Coordenadora Geral do Programa possibilitou a vivência de perto com todos os projetos, tanto em reuniões esporádicas para que as pessoas pudessem dar o retorno de suas ações, como também no acompanhamento do

email do programa, ajudando em dúvidas e caminhos para saná-las, assim como o controle de planilha para pagamento das pessoas bolsistas dos projetos.

Importante destacar também o papel com Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Comunitários e Estudantis, o que possibilitou entender o Programa para além dos projetos para a compatibilização das idéias, assim como a questão orçamentária que garanta a viabilidade do Programa e seus projetos.

6.2. Estratégias e práticas utilizadas

Partindo do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo a Permanência, a página da ProACE (www.proace.ufscar.br), traz informações sobre o histórico sobre a apresentação do programa, projetos em andamento, projetos finalizados e editais. Esta se apresentou como uma rica fonte de pesquisa sobre os projetos e mecanismos de comunicação e publicização das experiências dos projetos.




Os projetos apresentados para o Programa Institucional de Incentivo ao Acolhimento e Permanência tem ciclo de até doze meses e no final de cada projeto é necessário que a coordenação entregue um relatório sobre o desenvolvimento do mesmo e responda a um instrumento com questões para a coordenação do projeto, bolsista que auxiliou no desenvolvimento do projeto e para usuários beneficiados pelas atividades desenvolvidas, assim como as pessoas bolsistas e as pessoas usuárias que participaram das atividades desenvolvidas pelos projetos. Tais relatórios serão detalhados em um tópico específico, no decorrer deste.

A pesquisa se desenvolveu a partir da análise documental de relatórios produzidos pelas coordenações, bolsistas e pessoas usuárias dos projetos que foram apresentados entre os anos de 2019 a 2023. Esses documentos constituíram a principal fonte de dados, por permitirem acessar registros sobre o planejamento, execução, dificuldades e resultados das ações realizadas ao longo do período pré-pandemia, durante a pandemia e no pós-pandemia, assim como responder às perguntas que instigaram a realização desta tese.

A escolha pela análise de relatórios se justifica pela possibilidade de observar tanto a perspectiva institucional (coordenações), quanto a operacional



(bolsistas) e a experiência vivida pelas pessoas participantes, compondo assim um quadro abrangente e multifacetado.

Foi solicitada autorização para acessar os seguintes sujeitos da pesquisa e documentos produzidos: coordenadora e coordenadores responsáveis diretamente pelos projetos aprovados nos anos de 2019 a 2023 para acesso a escrita dos projetos na íntegra e assim como os instrumentos produzidos no término do projeto como o relatório e questionário de avaliação; pessoas bolsistas selecionadas para auxiliar no desenvolvimento de projetos; pessoas usuárias beneficiadas pelos projetos executados para aplicação de questionário, detalhados nos tópicos a seguir.



**“São bonitas as
canções”:
apreciação musical,
proqce escuta e subjetividades**

Prof. Adalcio Camilo Machado (DAC)
Profa. Thais dos Guimarães Alvim Nunes (DAC)
Caroline Cunha (Licenciatura em Música)



**CAPÍTULO 7.
O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE ACOLHIMENTO E INCENTIVO À
PERMANÊNCIA ESTUDANTIL (PIAPE)**

7.1. Definindo o PIAPE

De acordo com Leite (2018) a conquista do direito à educação escolar reclamado pelos movimentos sociais e referenciado através do acesso por cotas, a partir da afirmação enquanto sujeitos de direitos, provoca uma mudança de paradigma que tensiona as concepções coloniais relativamente a esses atores e seus saberes, mais do que isto, reivindica reconfigurações da Universidade a partir destas identidades. E, ainda, reiteradamente provocam a universidade pública a dialogar com os movimentos sociais no que diz respeito, entre outros aspectos, à ruptura de olhares coloniais sobre os sujeitos a que se destina.

Contribuindo com esta colocação trazemos Paulo Freire que nos revela que esses educandos são sujeitos socioculturais e que trazem em sua bagagem conhecimentos, muitas vezes invisibilizados:

Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar...Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todas as pessoas. (Freire, 2005).

A educação vem então como um sinônimo de formação humana, indicando que o processo educativo é muito mais amplo que o processo de escolarização (Leite, 2018).

O Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil desenha-se nesta linha, com uma formulação que abre uma porta para olhar a educação e, com ela, a permanência para além dos paredes de uma sala de aula, para o território que lhe é de direito das e dos discentes que participam dos projetos propostos. E nesse território, um local possível de ver a pulsação de saberes vividos, saberes de experiência.

O emprego de medidas de permanência estudantil nas Instituições de Ensino Superior evidenciou a necessidade de políticas para a garantia da permanência desses estudantes nas universidades, por um lado e por outro a inserção qualidade delas e deles nos demais campos sociais, a fim de possibilitar-lhes oportunidades de mobilidade social.

Como discorrido anteriormente, a permanência precisa ser considerada tanto no aspecto material como no aspecto simbólico, envolvendo então tanto a questão econômica quanto didático, pedagógico, acadêmico, para além disto,

cultural, esportivo, psicológico e de saúde mental. É nesse escopo que nasce o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil, o PIAPE.

O PIAPE visa dar suporte à realização de atividades que propiciem melhor inserção da pessoa estudante no ambiente universitário, a promoção, prevenção e atenção à saúde da pessoa estudante, o enfrentamento da violência institucional, o acompanhamento de seu desempenho durante o curso e a preparação de sua passagem para a vida profissional, conforme a Resolução CoACE/UFSCar nº 116, de 12 de julho de 2018.

O Programa traz em seu Artigo 3o. seus objetivos:

- I. contribuir para potencialização dos espaços comunitários/coletivos de convivência da UFSCar;
- II. promover a convivência entre os diferentes atores universitários, pautada no respeito às diversidades e singularidades, potencializando e/ou construindo redes de apoio;
- III. potencializar a construção e/ou fortalecimento de redes de suporte social com atores internos e/ou externos à universidade;
- IV. contribuir para inserção ao ambiente universitário;
- V. contribuir para a redução de fatores determinantes da reprovação e da evasão dos estudantes dos cursos de graduação;
- VI. contribuir para a democratização dos processos de ensino-aprendizagem;
- VII. ofertar apoio a ações de prevenção e/ou cuidado as demandas de sofrimento mental advindas do contexto universitário;
- VIII. ofertar apoio a ações de prevenção e/ou posvenção do suicídio junto a comunidade universitária;
- IX. promover ações que visem o enfrentamento das situações de vulnerabilidade socioeconômicas (CoACE, 2018)

A operacionalização do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE) se dá através de um edital de fluxo contínuo, onde são inscritos projetos coordenados por técnicas e técnicos administrativos ou docentes. Cada projeto dispõe de uma bolsa destinada a estudantes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil.

De acordo com o edital, os projetos devem estruturar ações em qualidade de vida e permanência estudantil, com foco em atividades nas áreas de saúde física, saúde mental e suporte social, tendo como base três grandes áreas:

- a) **Saúde Física:** ações de promoção à qualidade de vida; promoção da saúde; ações e estratégias para o cuidado com a saúde e acerca de hábitos de alimentação saudáveis; promoção da prática de esportes e de atividades de lazer; orientações quanto ao funcionamento dos serviços de saúde da rede SUS nas cidades dos campi; integração e convivência entre as pessoas da comunidade universitária.

b) **Saúde Mental:** estratégias de promoção à saúde mental; espaços de escuta/fala para ações de cuidado de pessoas em sofrimento; acompanhamento e suporte a espaços de interação entre os pares e apoios mútuos; espaços de escuta/fala voltados para possíveis consequências, da retomada das atividades presenciais; espaços para busca de informações sobre saúde mental (como identificar sinais de sofrimentos e quando buscar ajuda profissional, por exemplo); ações e estratégias que atuem na interface entre as atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer com a promoção da saúde mental; orientações quanto ao funcionamento dos serviços de saúde mental da rede SUS, nas cidades dos campi; respeito às diversidades; integração e convivência entre as pessoas da comunidade universitária.

c) **Suporte Social:** apoio e fortalecimento dos vínculos familiares/afetivos; criação de vínculos com o ambiente universitário; prevenção e apoio a estudantes com vivências de situações de violação de direitos e outras vulnerabilidades sociais; organização das atividades da vida diária e sistemática de estudo; orientações sobre o funcionamento das políticas públicas sociais, em especial, a regulamentação e funcionamento da rede socioassistencial, bem como os requisitos para receber benefícios e/ou auxílios financeiros oferecidos pelos governos municipal, estadual e federal; estabelecimento de relações críticas e criativas entre permanência estudantil e políticas de equidade no ensino superior; respeito às diversidades; integração e convivência entre as pessoas da comunidade universitária. (ProACE, 2024).

O edital também dá suporte para a estruturação dos projetos apresentados, desenvolvendo seguir o modelo apresentado:

Quadro 8 - Modelo Projeto PIAPE

PROJETO
Título do Projeto:
Coordenador (a):
Setor/Departamento do coordenador(a):
Contato:
Email:
Telefone:
Ingresso na Universidade:
Cargo:
Titulação da Coordenação:
Resumo do Projeto:

Justificativa do projeto e como ele se enquadra nos objetivos do PIAPE:
Objetivos:
Metodologia:
Equipe de Trabalho:
Avaliação: Proposta de avaliação de acordo com o Art. 7o. Resolução CoACE de 12/07/2018 que cria o Piape
Previsão de Público:
Local do desenvolvimento das atividades:
Com qual/quais Departamentos da ProACE o projeto será vinculado:

Fonte: www.bolsas.ufscar.br

7.2. Instrumentos de avaliação dos projetos

De acordo com todos os editais do Programa de Incentivo à Permanência Estudantil, ao término da execução de cada projeto é necessário que cada coordenador e coordenadora apresente um relatório circunstanciado com as atividades realizadas, desempenho dos bolsistas e apresentação dos resultados obtidos. É também necessário a apresentação da avaliação dos usuários do projeto em relação às atividades desenvolvidas; bem como avaliação das e dos bolsistas em relação à sua participação, ao desempenho do coordenador e dos resultados obtidos pelo Projeto.

Ao final da execução, apresentar relatório circunstanciado com as atividades realizadas, desempenho das pessoas bolsistas e apresentação dos resultados obtidos; apresentando avaliação dos usuários do projeto em relação às atividades desenvolvidas; bem como avaliação dos bolsistas em relação a sua participação, ao desempenho do coordenador e dos resultados obtidos pelo Projeto, agregando, também, avaliação do próprio PIAPE (Editais Piapes 2019 -2023).

Para nortear os relatórios algumas questões são sugeridas como:

- Para coordenação: se os objetivos foram alcançados e se não, por quais motivos; se a intervenção resultou em efeitos não esperados; se a metodologia empregada foi adequada; se teve dificuldades, imprevistos ou modificações necessárias no decorrer do projeto; a quantificação e caracterização dos usuários participantes das ações ou alcançados por elas; compartilhamento de questões que consideram importantes sobre o projeto desenvolvido.

- Para as pessoas bolsistas: como chegaram até o projeto; quais as dificuldades; quais os desafios; se enfrentaram situações inesperadas; como foi o envolvimento com o projeto; como se desenvolveu enquanto estudante, profissional e cidadão com o projeto.

- Para as pessoas usuárias: é solicitado que comentem sobre as atividades que acompanhou, o que achou da proposta e quais contribuições que visam a melhoria do projeto.

Desta forma, foi dentro desta proposta e vivendo o contexto pré, durante e pós pandemia, os projetos caminharam nos anos de 2019 a 2023 buscando apoiar o acompanhamento das pessoas estudantes de graduação, tendo em vista a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção nos cursos ofertados pela Universidade, abarcando projetos com propostas de ampliar as iniciativas de ações de intervenção já existentes, para colaborar com aquelas estruturadas e implementadas pelas equipes técnicas da ProACE, e, desta forma, estimular docentes e técnico-administrativos da UFSCar a desenvolverem projetos com atividades integradas que irão compor uma rede de suporte e proteção aos estudantes bolsistas do PAE-UFSCar.

Projetos que vão ao encontro de uma Educação para a Liberdade, quando reconhecem e legitimam sujeitos e saberes, abrindo espaço para a prática dialógica. Recuperam o direito de dizer a palavra, de enxergar o mundo e de se expressar neste mundo. Projetos que trazem o encantamento das canções, da musicalidade, da arte. Projetos que trazem a diversidade, a inclusão, a acessibilidade. Projetos que cuidam, que acolhem, que curam, que abrigam. Projetos que constituem-se em ambientes de resistência. Projetos coletivamente construídos. Projetos que travam uma luta contra opressão, exploração, racismo,

homofobia, misoginia, revelando o caráter opressor e excludente da sociedade e da universidade.

7.3. PIAPE Antes da Pandemia COVID-19

No edital de sua criação, em 2019, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tornou público a primeira seleção da chamada para inscrições de projetos para o Edital Nº 04/2019 - ProACE do Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil da UFSCar (PIAPE), com previsão de execução entre os meses de agosto a dezembro.

Para este edital tiveram 33 projetos inscritos e após análise seguindo as diretrizes do edital, 19 deles foram aprovados e colocados em execução, conforme apresentado na tabela abaixo.

Quadro 9 - Projetos Piape - 2019

Título	Eixo	Campus	Departamento ou Unidade
Apropriação da cultura e do espaço acadêmico	Suporte social	São Carlos	Departamento de Matemática - CCET
Desenvolvendo autonomia - primeiros passos para a vida adulta e acadêmicas	Suporte social	São Carlos	Departamento de Engenharia Elétrica - CCET
Desenvolvimento de uma biblioteca gráfica didática para auxílio no aprendizado e na redução da evasão de alunos em disciplinas correlatas à computação gráfica	Suporte social	São Carlos	Departamento de Computação - CCET
Ensino, aprendizagem interdisciplinar sobre temas transversais em contexto da sociedade de informação	Suporte social	Sorocaba	Departamento de Geografia - CCHB
Espaço seguro: acolhimento e estratégias de enfrentamento às violências do racismo e do machismo	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Grupo reflexão sobre violência de gênero	Suporte social	São Carlos	Departamento de Psicologia - CECH
Horta comunitária na moradia estudantil	Suporte social e mental	São Carlos	SGAS

Meditação para promoção da cultura da paz, felicidade e saúde	Saúde física	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Múltiplas ações para inserir estudantes do CCA/UFSCar através do GETAP	Suporte social	Araras	Departamento de Biotecnologia e Produção Vegetal e Animal - CCA
O cuidado com estudantes universitários em situação de sofrimento psíquico	Suporte mental	São Carlos	Departamento de Educação - CECH
Praticar juntos : a UFSCar Lagoa do Sino 2019	Saúde física	Lagoa do Sino	Biblioteca de Lagoa do Sino - CCN
Práticas de movimento corporal e danças de salão	Saúde física	São Carlos	Departamento de Ciências da Informação - CECH
Prevenção de violência nas relações de intimidade entre universitários	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Enfermagem - CCBS
Rede de acolhimento dos calouros da física 2019	Suporte social	Sorocaba	Departamento de Física - CCTS
Softwares matemáticos como ferramenta de aprendizagem de conteúdos de matemática	Suporte social	São Carlos	Departamento de Matemática - CCET
UFSCar de muitas línguas: divulgação da diversidade cultural e linguística da UFSCar	Suporte social	São Carlos	Departamento de Letras - CECH
Violência de gênero na universidade: saindo da invisibilidade	Suporte mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Educação - CECH
Zones - a zine de todos	Suporte social	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Zines na moradia - Moraszine	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Ciências Sociais - CECH

Abaixo seguem as descrições dos projetos, conteúdo extraído da Proposta - Item Resumo apresentada no Edital nº 04/2019 - ProACE, projetos contemplados. Desta forma, os verbos estão conjugados no presente e/ou futuro do indicativo, uma vez que os projetos ainda seriam implementados.

Apropriação da cultura e do espaço acadêmico

O projeto pretende construir um espaço virtual, físico e coletivo que integrava estudantes de diversos cursos, em vários estágios do desenvolvimento dos cursos, permitindo a integração entre eles, principalmente de ingressantes com veteranos, apresentando os espaços universitários, garantindo a todas e todos a experiência de interagir com outras pessoas, com docentes, sem as tradicionais relações de poder já estabelecidas. Em especial, visa buscar a apropriação de valores, atitudes e conhecimentos que colaborem com o bom desempenho de estudantes nos seus cursos, aumentando os significados de sua presença na comunidade universitária.

Desenvolvendo autonomia - primeiros passos para a vida adulta e acadêmica

Com o objetivo de orientar e ensinar técnicas para realização de manutenção predial, elétrica e hidráulica, pequenos reparos em equipamentos domésticos, o projeto tem como proposta desenvolver autonomia para alunos e alunas, ajudando na permanência estudantil durante o período de formação acadêmica em decorrência da economia financeira (gastos não previstos), contribuindo para a saúde mental e estímulo psicológico, buscando desenvolver a responsabilidade, a autovalorizando e capacidade de resolução de problemas e necessidades que surgem diariamente no cotidiano, promovendo condições para resolver problemas que possam acabar atrapalhando o rendimento de aprendizado.

Desenvolvimento de uma biblioteca gráfica didática para auxílio no aprendizado e na redução da evasão de alunos em disciplinas correlatas à computação gráfica

O projeto visa trabalhar na geração de código aberto de uma biblioteca gráfica para uso em disciplinas correlatas à área da Computação Gráfica. A partir do código parcial buscar identificar os potenciais trechos passíveis de melhorias visando torná-lo mais didático. Posteriormente, incorporou novas rotinas de

cenar com maior grau de realismo visual, implementando técnicas clássicas para se trabalhar com luzes e sombras, implementando os algoritmos de Phong e Gouraud, bem conhecidos na área. Como proposta seria realizado totalmente sobre o Sistema Operacional e pretende como resultado final ter um conjunto de rotinas que, embora minimalistas, fossem didáticas, funcionais e passíveis de serem facilmente modificadas e aperfeiçoadas pelos alunos em sala de aula.

Ensino, aprendizagem interdisciplinar sobre temas transversais em contexto da sociedade da informação

Este projeto tem como proposta oferecer um Ciclo Dialógico para pensar e fortalecer as ações da formação docente inicial e continuada que procuram refletir sobre as questões que permeiam à transformação igualitária na educação e a educação como potência transformadora das desigualdades sociais, através da realização de encontros quinzenais que contemplem temas transversais: meio ambiente; ética; geração; informação; classe e trabalho; étnico-racial; gênero e sexualidade. Para cada encontro será disponibilizado previamente textos de referência.

Espaço seguro: acolhimento e estratégias de enfrentamento às violências do racismo e do machismo

Compreende-se que o racismo e o machismo são marcadores da estrutura social brasileira e apresentam papel extremamente importante na constituição das desigualdades do país. Entendendo que os espaços universitários, como ambientes que refletem as realidades, também são permeados por tais questões, e que as mesmas interferem diretamente na permanência estudantil de quem convive com elas em seus cotidianos, de formas mais veladas ou mais explícitas, o projeto propõe, a partir das resoluções previstas no Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE), a formação grupos para o desenvolvimento de atividades em coletivo, e espaços de escuta para o mapeamento e acolhimento das situações relacionadas ao racismo e machismo cotidiano vivido pelos participantes voluntários. Os conhecimentos em terapia ocupacional e as potências trazidas pelas atividades

humanas serão utilizadas como ferramentas para construção destes Encontros Seguros, esperando que os resultados contribuam para a construção de propostas e políticas institucionais, para a mudança no quadro de desigualdade epistêmica, para a efetividade das políticas de permanência estudantil e, conseqüentemente, para a construção de um ambiente de educação superior mais igualitário que respeite a diversidade.

Grupo reflexão sobre violência de gênero

O projeto visa melhorar as condições de permanência das estudantes do campus de São Carlos da UFSCar, por meio de um espaço de cuidado em que as experiências, concepções e sentimentos das alunas sejam trocados, discutidos e acolhidos coletivamente. A proposta também busca identificar as situações em que se reproduzem o machismo explícito ou velado dentro do cotidiano das estudantes na Universidade, e fortalecer as estratégias de resistência e de superação desses processos.

Horta comunitária na moradia estudantil

O projeto tem como proposta auxiliar no desenvolvimento de atividades que promovam o pertencimento ao ambiente da moradia estudantil, além de auxiliar na promoção da ampliação da capacidade individual e coletiva da comunidade estudantil na resolução pacífica de conflitos, na comunicação não violenta, na solidariedade e na co responsabilidade pelo cuidado e uso de espaços de convívio e serviços na moradia estudantil. Visa também auxiliar na promoção na gestão coletiva dos espaços comuns e a mediação dos desejos e interesses dos estudantes na construção coletiva da convivência comunitária cotidiana; na promoção na saúde e o autoconhecimento de si em relação com outros seres vivos e o ambiente.

Meditação para promoção da cultura da paz, felicidade da saúde

O projeto visa a oferta de prática de meditação a estudantes universitários como estratégia de cuidado, apoio social, cultivo de virtudes éticas e promoção

da cultura de paz. Estudos e experiências já evidenciam a potência das práticas contemplativas para enfrentamento de situações e geração de mudanças na perspectiva de novas subjetividades e modos de se relacionar em sociedade. Para atingir a proposta, serão realizadas várias sessões semanais, de forma perene no tempo de duração do projeto.

Múltiplas ações para inserir estudantes do CCA/UFSCar através do Grupo de Estudos e Trabalho em Agropecuária (GETAP)

Com o intuito de aproximar estudantes do Centro de Ciências Agrárias com atividades desenvolvidas pelo Curso de Engenharia Agrônômica e, especificamente, com atividades desenvolvidas no Grupo de Estudos e Trabalho em Agropecuária, o presente projeto visa proporcionar a permanência, buscando investigar os motivos que levam discentes desistirem das disciplinas do referido curso, assim como mecanismos e conteúdos que, em efeito contrário, despertam interesse, criando formas de proporcionar tais conteúdos. Visa também a criação de textos e preparação de materiais, rodas de conversa e conteúdos em mídias digitais sobre temas e assuntos que motivem discentes para as práticas em engenharia agropecuária.

O cuidado com estudantes universitários em situação de sofrimento psíquico

A proposta do Projeto "O cuidado com estudantes universitários em situação de sofrimento psíquico" se dá a partir das experiências do coordenador com a participação na Comissão de Política de Saúde Mental da UFSCar, onde a principal preocupação estava na relação aos processos de adoecimento, tentativas de suicídio e suicídio, assim como os problemas de desempenho acadêmico, bloqueios ao sonho de se formar e de ter uma vida universitária saudável, com aprendizados significativos e formação de laços de amizade. O projeto então traz uma proposta de cuidado ao sofrimento psíquico do estudante, buscando acolher a dor existencial do estudante universitário em situação de sofrimento psíquico, visando a promoção, prevenção e atenção à sua saúde; estimular o estudante universitário a buscar estratégias para lidar com os

desafios e exigências do cotidiano social e universitário; favorecer a permanência do estudante universitário na UFSCar; fortalecer o desempenho acadêmico de forma a prevenir a retenção, desligamento e evasão; estimular as relações interpessoais protetivas no meio acadêmico, de modo a possibilitar o enfrentamento da violência institucional e/ou situações de vulnerabilidade nas práticas de ensino-aprendizagem e discutir, com base na assunção de uma comunicação crítico-dialógica, a elaboração de projetos de vida, profissionais e acadêmicos.

Praticar juntos: a UFSCar Lagoa do Sino 2019

O projeto Praticar Juntos - a UFSCar Lagoa do Sino vem com a proposta de promover uma interação de práticas em grupo, buscando desenvolver habilidades manuais de corpo e mente. Para tanto a proposta traz encontros e rodas de conversa sobre temas diversos como educação financeira, atenção e concentração, curiosidades, campanhas mensais (janeiro branco, fevereiro laranja, março vermelho, abril azul, maio amarelo, junho vermelho, julho verde, agosto dourado, setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, dezembro laranja), além da proposta de oficinas como alongamento, artes, penteados, sustentabilidade, crochê, amigurumi, poesias, danças, músicas, crossfit.

Práticas de movimento corporal e danças de salão

O projeto traz a proposta de ser um espaço para atividades de práticas corporais e iniciação a práticas de danças de salão, além de ser um espaço de acolhimento, diversão, relaxamento e novos aprendizados. Para tanto a proposta traz o trabalho com os alunos através de técnicas de improviso, técnicas de movimento, massagens relaxantes, alongamentos, atividades lúdicas para concentração e confiança e introduzir o primeiro ritmo de dança, o forró. Além da prática, a proposta traz também aulas teóricas, que possibilitem conhecer a história da dança e as pessoas de destaques nos ritmos trabalhados.

Prevenção da violência nas relações de intimidade entre universitários

O projeto "Prevenção da violência nas relações de intimidade entre universitários" tem como objetivo realizar a sensibilização de jovens universitários para conscientização sobre VRI - violência nas relações de intimidade, capacitando as pessoas que participarão do mesmo para a construção de RIS - relações de intimidade saudáveis. Para tanto a proposta vem com a oferta de oficinas com temáticas sobre sexo, gênero, leitura de textos, apresentação de documentários, desconstrução de relações violentas e construção de relações de intimidade saudáveis.

Rede de acolhimento dos calouros da física 2019

O projeto consiste em criar uma rede de acolhimento e incentivo à permanência dos discentes do curso de Licenciatura em Física da UFSCar Sorocaba, por meio da oferta de atividades extracurriculares e do estímulo à integração estudantil. Com a estruturação da rede a proposta busca incentivar o contato dos calouros com as diversas linhas de pesquisa dos professores do curso, apresentando possibilidades de atuação profissional futura e oferecer apoio acadêmico e social aos ingressantes, como forma de combater a evasão. A rede pretende ainda integrar calouros, veteranos e professores do curso; estabelecer um ambiente de debate e um canal para ouvir as dificuldades e obstáculos enfrentados ao longo do curso; criar mecanismos de apoio acadêmico e psicológico aos calouros; promover o contato dos estudantes com as diversas áreas de pesquisa dos professores do curso ainda no primeiro ano, além de potencializar a vivência do aluno com o curso e com a Universidade.

Softwares matemáticos como ferramenta de aprendizagem de conteúdos de matemática

Atualmente, muitos dos alunos iniciam a graduação familiarizados com a tecnologia, utilizando-a inclusive para estudar. Em contrapartida, os conteúdos das primeiras disciplinas de matemática do nível superior em geral, são abordadas de maneira bastante distinta da utilizada até o Ensino Médio. Neste

sentido, o projeto em questão traz a proposta de oferecer, aos alunos das disciplinas iniciais de matemática na graduação, suportes tecnológico para compreensão de novos conceitos e ilustração de exemplos, e didáticos-pedagógico para que os alunos em início de curso possam superar dificuldades de ensino-aprendizagem inerentes às suas defasagens educacionais.

UFSCar de muitas línguas - divulgação da diversidade cultural e linguística da UFSCar

O UFSCAR de Muitas Línguas tem como objetivo realizar a divulgação da diversidade linguística e cultural da comunidade de estudantes da UFSCar, como forma de valorizar sua inserção na comunidade acadêmica, promovendo o desenvolvimento de uma relação de pertencimento desses sujeitos à Instituição e contribuindo com as Políticas de Ações Afirmativas voltadas às comunidades marginalizadas e minorizadas: povos indígenas, refugiados e pessoas surdas.

Violência de gênero na universidade: saindo da invisibilidade

O objetivo do trabalho é mapear a violência de gênero nos campi da UFSCar a partir das respostas de alunos dos cursos de graduação presenciais. Para tanto, antes do mapeamento de fato foram realizadas várias rodas de conversa, apresentação de documentários e mesas redondas com temas que versavam sobre a temática violência de gênero. O projeto visa muito mais que apenas mapear, mas também assumir um caráter de resistência frente ao resultado do mapeamento, buscando cada vez mais propostas de intervenção dentro dos espaços universitários por meio da divulgação de informações sobre o tema e de outras medidas viáveis a longo prazo para que a população universitária possa se conscientizar a fim de diminuir as ocorrências de violência de gênero no meio. Arelado a proposta também foram realizadas várias campanhas midiáticas sobre o tema violência de gênero.

Vozes - a zine de todos

A zine de todos vem com o objetivo de promover um espaço de acolhimento para estudantes em sofrimento psíquico, que na sua experiência

universitária se deparou ou ainda se deparava com a violência institucional, de gênero e/ou raça, buscando promover um espaço de cuidado, escuta e empoderamento através de ferramentas artísticas como a ZINE, práticas de autocuidado, ampliação da rede de suporte.

Zines na moradia - Moraszine

O projeto ZINES se faz necessário porque há tempos não se via atividades artísticas sendo desenvolvidas na moradia da UFSCar, especialmente. A proposta é fazer daquele espaço -físico- do alojamento um espaço de criação de espaço -subjetivo- de trocas e realização de ideias, favorecendo a ocupação daqueles espaços através de encontros e oficinas, influenciando sobre a forma como os estudantes dali se empenharam em suas trajetórias universitárias. Outro ponto é fazer do projeto um importante espaço por representar também uma alternativa de refúgio da loucura da vida acadêmica, onde será permitido fazer reflexões sobre diversos assuntos, explorar habilidades e curiosidades no âmbito das artes, aprender e executar trabalhos manuais .

7.4. PIAPE durante a Pandemia

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) sinalizou a emergência de um surto de um novo coronavírus na China e em março declarou a Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional, com a proliferação em escopo planetário da doença batizada de COVID-19 e caracterizada como uma pandemia, impondo necessidades de contenção e isolamento de comunidades e pessoas para minimizar o crescimento exponencial do número de pessoas infectadas.(Cruz et all, 2020).

Como pontuado, com o intuito de evitar a disseminação descontrolada da doença, foram adotadas medidas que se mostraram eficazes em sua contenção, com ações como o isolamento dos casos suspeitos e distanciamento social, dando início a quarentena com objetivo de conter a mobilidade de pessoas que estavam supostamente expostas, mas não necessariamente doentes. As consequências adversas desse processo

representaram consequência políticas, sociais e econômicas, somando-se também o medo do desconhecido e da morte. (Carvalho et al, 2021).

Segundo Carvalho (2021), corroborando o contexto pandêmico, o alto poder contaminante, o isolamento social, o medo na redução da renda financeira e os números de mortes divulgados pela imprensa a todo momento ajudavam aumentar sintomas de ansiedade, depressão e estresse, resultando em diminuição da sua qualidade de vida, com efeitos colaterais relacionados à sua saúde mental. Esse quadro acabou ocorrendo especialmente em grupos vulneráveis e infectados pelo vírus, com impacto negativo no controle das suas comorbidades clínicas, em razão de incapacidades físicas, cognitivas e mentais associadas ao temor da doença.

Importante lembrar que o Ministro da Saúde do Brasil em exercício do cargo era Luiz Henrique Mandetta que criou o Centro de Operações de Emergência, buscando coordenar nacionalmente as ações de controle e combate à Covid-19. Concomitantemente, o Congresso Nacional começou a trabalhar em leis que pudessem destinar recursos e ferramentas para Municípios e Estados. Também necessário destacar que havia um descompasso entre as ações do Ministério da Saúde e o então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro que adotou uma postura negacionista desde o início da pandemia, questionando os argumentos científicos e colocando vidas em riscos, quando desqualificava os protocolos da saúde pública, ideia que foi expressa e repetida em várias ocasiões, inclusive por meio de trolagens, divulgação de notícias falsas

O agravamento das desigualdades no Brasil durante a pandemia é apontado por diversas pesquisas e estudos recentes, por não ter havido uma política pública de enfrentamento da covid e de proteção social. O país também voltou ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), do qual estava fora desde 2013. Esse aumento das desigualdades faz também aumentar os níveis de estresse, sofrimento mental e tristeza entre as pessoas (COLL, 2021).

Foi neste cenário que as instituições de ensino no Brasil suspenderam suas atividades presenciais e precisaram repensar as formas de realizar suas ações. De acordo com Santos (2021) na particularidade dos estudantes assistidos pelas políticas de assistência estudantis das universidades públicas federais, coube

questionar como estes seriam atendidos nas novas demandas e necessidades emergenciais que a pandemia impôs.

O contexto da grave crise sanitária da pandemia da Covid-19 e seus efeitos em relação ao empobrecimento da população exigiram que fossem reforçadas ações de assistência estudantil na segurança alimentar, na inclusão digital, observando grupos sociais mais vulnerabilizados e orientando as estratégias para suporte a estes grupos. Ações pensadas e voltadas para mitigar os efeitos da pandemia tanto na saúde pública quanto os efeitos sociais, econômicos e ações de cuidado.

Desta forma, os editais do Programa de Incentivo à Permanência Estudantil, nos anos de 2020 e 2021 passam a ser pensados nessa perspectiva e com propostas de atividades online, buscando, desta forma, propiciar momentos de acolhimento, encontros, pertencimento e convívio social, mesmo que a distância.

Os processos seletivos passaram ser focados no desenvolvimento de atividades de acolhimento, apoio e suporte a estudantes em função de necessidades biopsicossociais surgidas ou ampliadas pela pandemia COVID19, com vigência de 10 meses, podendo ser prorrogados por mais 60 dias.

Os editais apontavam:

A pandemia COVID-19 e a necessidade de afastamento social, como a principal estratégia recomendada pelas autoridades sanitárias para preservar a vida e a saúde das pessoas, trouxeram inúmeras repercussões que impactaram a vida e a rotina das pessoas, famílias e instituições, atingindo várias esferas da vida social, política e econômica de todas as nações. O medo de adoecer/morrer, ansiedade com o futuro profissional, prejuízos nas finanças das famílias que proporcionam dificuldades econômicas, adaptação a novas propostas de educação, fragilização das redes de suporte social, estresse proporcionado pelo contato mais íntimo e duradouro intrafamiliar ou entre colegas de república/moradia, entre outros, fazem parte do novo contexto de vidas dos estudantes, tendo maior impacto especialmente sobre aqueles que antes da pandemia já possuíam vulnerabilidades diversas, especialmente os estudantes bolsistas assistenciais do PAE (Proace, 2020).

Para o edital de 2020 foram selecionados e colocados em desenvolvimento 18 projetos:

Quadro 10 - Projetos Piape - 2020

Título	Eixo	Campus	Departamento ou Unidade
Promoção de estudo, atividades lúdicas e físicas como redução de danos	Saúde física Saúde mental	Lagoa do Sino	DeACE-LS - CCN - ProACE
Acolhimento e elaboração do sofrimento em tempos de Covid 19 - grupos de encontros e lives temáticas	Suporte mental	São Carlos	DEAS - ProACE
Autocuidado e isolamento social	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Ciência da Informação - CECH
Espaço seguro - acolhimento, estratégias de enfrentamento das questões étnico raciais relacionadas ao contexto universitário em meio a pandemia Covid 19	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Mulher, universidade, pandemia - vivências de acolhimento	Saúde	Sorocaba	Departamento de Física - CCTS
Promoção de atividades de apoio a saúde mental	Saúde física Saúde mental	Lagoa do Sino	Direção de Centro - CCN
Yoga online - o cuidar do ser em tempos de pandemia	Saúde física Suporte social	Araras	Secretaria de Administração e Finanças - CCA
Comunicação social no contexto da Covid 19 como recurso de apoio à permanência estudantil na UFSCar	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Medicina - CCBS
Fortalecendo a rede de apoio estudantil durante a pandemia Covid 19 - autocuidado, suporte e educação em saúde	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Enfermagem - CCBS
Terapia ocupacional social frente à pandemia de Covid 19 - fomento de redes sociais de suporte com jovens universitários	Suporte social	São Carlos	CCBS - Departamento de Terapia Ocupacional
Cultura e resiliências - diálogos sobre arte, cultura com estudantes estrangeiros, refugiados e indígenas	Saúde mental Suporte social	São Carlos	CCBS - Departamento de Medicina
Ginástica terapêutica chinesa e técnicas de meditação respiratória para auxiliar no combate do sedentarismo	Saúde física	São Carlos	CCBS - Departamento de Medicina
Acolhimento psicológico a estudantes indígenas da UFSCar	Saúde mental Suporte social	São Carlos	CECH - Departamento de Psicologia

Práticas de estudo na comunidade acadêmica digital	Suporte social	São Carlos	CECH - Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas
Aprendendo junto somos mais - UFSCar	Suporte social	São Carlos	CECH - Departamento de Metodologia de Ensino
Ações de promoção e prevenção em saúde mental de estudantes da UFSCar em tempos de Covid 19	Saúde mental	São Carlos	CCBS - Terapia Ocupacional
Cantar e ouvir cantar - expressão musical em tempos de pandemia	Saúde mental Suporte social	São Carlos	CECH - Departamento de Arte e Comunicação
Acolhimento em saúde mental e partilha de vivências no contexto da pandemia de Covid 19	Saúde mental Suporte social	São Carlos	ProACE - Departamento de Atenção à Saúde

Abaixo seguem as descrições dos projetos apresentados no Edital Seleção Especial – Pandemia COVID-19 EDITAL Nº 04/2020 – ProACE - processo seletivo especial voltado para habilitação de Projetos no âmbito do PIAPE, e, portanto, focados no desenvolvimento de atividades de acolhimento, apoio e suporte aos estudantes em função de necessidades biopsicossociais surgidas ou ampliadas pela pandemia COVID19. Como os conteúdos foram retirados das propostas enviadas, os verbos estão conjugados no presente e/ou futuro do indicativo, uma vez que os projetos ainda seriam implementados. .

Promoções de estudo, atividades lúdicas e físicas como redução de danos

O projeto visa construir uma rede que envolva profissionais voluntários e experiências de pessoas em isolamento, assim como criar um espaço de escuta para delinear as dificuldades de rotina e atuar diretamente na criação de uma metodologia que promova à comunidade opções de realizar atividades físicas dentro de suas casas, de acordo com o que há de disponível, como também compartilhar atividades e experiências que promovam uma saudável rotina de estudos, seja por meio do calendário suplementar da UFSCar, seja por cursos livres. O projeto visa também encontros que promoviam atividades culturais, que envolvessem as habilidades artísticas da comunidade UFSCar e orientação de

estudos. Além disto, com o auxílio voluntário do projeto de extensão Cursinho Popular Carolina de Jesus, buscar promover o desenvolvimento de rotinas de estudo. Assim o projeto vem com três escopos: promoção de atividades físicas, promoção de atividades lúdicas e orientação para estudos.

Acolhimento e elaboração do sofrimento em tempos de Covid 19 - grupos de encontros e lives temáticas

O referido projeto vem com a proposta de ofertar encontros online em duas frentes de ação para estudantes da UFSCar em situação de vulnerabilidade social e de saúde e que se encontram em sofrimento mental, em consequência ou agravado pela pandemia COVID-19. A primeira frente consiste em encontros em grupo com objetivo de oferecer suporte emocional, espaço para conversa, convívio e acolhimento, estratégias de enfrentamento e resiliência, sempre via online. Em uma segunda frente será estabelecido encontros livres temáticos na forma de "lives" sem limite de participantes. A literatura técnica corroborou a efetividade dessas formas de atuação. O objetivo é que esses encontros promovam a expressão e compreensão de afetos, permitindo que cada participante tenha um local e momento de acolhimento, escuta, fala e integração coletiva, bem como espaço de informação e reflexão. Os encontros serão realizados semanalmente, comportando mais de um grupo por semana e mediante a inscrição e seleção prévia das pessoas interessadas. As lives serão mensais e de acesso aberto.

Autocuidado no isolamento social

Com o intuito de promover autocuidado entre integrantes da comunidade universitária e externa durante o isolamento social, o presente projeto visa a criação de uma conta de criadores de conteúdo em uma rede social, promovendo o cuidado pessoal e interação social para pessoas em quarentena e principalmente para aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade, através de trabalhando em três blocos temáticos

i) alimentação: com a produção de pequenos vídeos de receitas, onde será estimulado o consumo de alimentos mais saudáveis e acessíveis, auxiliando a

conter gastos num período de instabilidade econômica, tendo em vista a situação dos bolsistas, e conseqüentemente facilitando o fortalecimento da imunidade, já que "a alimentação é um dos aspectos fundamentais para a promoção da saúde"

ii) cuidados com a pele: vem com a proposta que o autocuidado é uma prática que implica um trabalho cotidiano das pessoas, para que aconteça um desenvolvimento harmônico e equilibrado e, dentre os aspectos que são denominados como cuidado pessoal, encontra-se o zelo com o rosto. Para proporcionar aos participantes essa interação com o próprio rosto, serão colocadas na plataforma dicas práticas para realizar um skincare, utilizando elementos que podem ser consumidos por pessoas de baixa renda.

iii) exercícios físicos: buscando reduzir os danos físicos ocasionados pelo isolamento social, oferecendo pequenos exercícios realizados em espaço reduzido. apontando o alongamento físico como uma alternativa terapêutica, favorecendo a flexibilidade articular

Espaço seguro: acolhimento, estratégias e enfrentamento das questões étnico raciais relacionadas ao contexto universitário em meio a pandemia COVID 19

Neste projeto compreende-se a formação da sociedade brasileira sob moldes racistas, sexistas e capitalistas, o que tem como consequência a formação de padrões sociais opressores aos corpos socialmente minorizados. Essas desigualdades e exclusões sociais têm ficado mais evidentes no atual contexto da pandemia, em que a precariedade das estruturas socioculturais, têm colocado a população negra com maior risco ao contágio e conseqüentemente de vida em maior proporção do que a população não negra. Tal situação se mantém quando nos referimos a outros problemas desencadeados e derivados pela pandemia, relacionados, por exemplo, às medidas de proteção e segurança de isolamento e do distanciamento social. Partindo da prerrogativa da Universidade como um reflexo dos moldes sociais, portanto difusora de discriminações históricas, mas, concomitantemente como um palco para transformações sociais, o projeto vem com a proposta da criação de um Espaço Seguro para o acolhimento de estudantes negros e negras diante o contexto de pandemia de COVID-19. Desta forma buscará contribuir para luta contra a desigualdade racial,

por meio de estratégias coletivas; promover espaços de cuidado e pertencimento relacionadas às questões e demandas étnicas raciais na universidade pública, além de construir coletivamente estratégias de enfrentamento aos desafios atuais relacionados ao cotidiano pandêmico, como medos, angústias, luto, isolamento e distanciamento social, insegurança frente ao futuro e as demandas acadêmicas, agravo das condições socioeconômicas, perda de espaços de socialização e suporte, entre outros.

Mulher, universidade, pandemia: vivências de acolhimento

O projeto busca fortalecer, num momento de excepcionalidade dado a pandemia, assuntos e debates relacionados à condição da mulher, somando ações que já vinham se realizando no âmbito da UFSCar Sorocaba, com objetivos de fomentar debates e reflexões acerca das adversidades enfrentadas no contexto social em que o público feminino está inserido; propiciar orientações de âmbito geral voltadas para o enfrentamento dos problemas relativos ao isolamento e que possuem caráter específico quando se trata do gênero feminino; constituir uma rede de apoio ao público feminino; apresentar diferentes perspectivas de profissionais da área da saúde física e mental, visando auxiliar o necessário enfrentamento das dificuldades que as mulheres da universidade vivenciam durante o período de distanciamento e isolamento social proporcionado pela pandemia COVID-19. A justificativa do projeto parte do entendimento de que assuntos e questionamentos advindos do lugar específico da mulher tornam-se menos visíveis e, com isso, é possível que tenha potencializado situações de vulnerabilidade para as mulheres do espaço acadêmico. Com propostas de vivências – nome dado às atividades – conduzidas por pessoas especialistas e especialmente convidadas e devem servir como uma referência de encontro, de entendimento e de troca, quiçá podendo se estabelecer como uma rede de apoio mútuo.

Promoção de atividades de apoio à saúde mental

O projeto com foco na estruturação de Saúde Mental visa desafogar as ações de assistência da universidade, por meio do acionamento da rede de saúde

mental articulado pela ProACE e pela SAADE que envolvam as secretarias de saúde e os fundos sociais de solidariedade dos municípios circunvizinhos, das unidades do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e de coletivos de atendimento social, tais como o ABRACE, coletivo de mulheres profissionais que promovem atendimento gratuito para mulheres em condição de violência e coletivos negros, feministas, indígenas, etc. Assim, os espaços de vivências a serem elaborados possibilitarão à comunidade universitária um melhor acesso a tais atendimentos em tempos de diminuição da mobilidade. O projeto também apresenta articulação com a universidade por meio de troca de informações com a ProACE, seja por meio da obtenção de dados e conhecimentos da própria reitoria como pela cessão de informações levantadas pelo projeto para a ProACE. Desta forma, o projeto vem com o objetivo de criar um espaço de escuta com a comunidade acadêmica do campus Lagoa do Sino, por meio de encontros virtuais. Tais espaços na forma livres, porém com a orientação de profissionais voluntários na área de saúde mental. A identificação de vulnerabilidades para além do espaço de escuta, conta com a articulação com a rede de cuidados à saúde mental da região, orientando a comunidade quanto aos espaços públicos que podem ser acessados. Para além da criação de um espaço, o projeto visa realizar um mapeamento das principais questões causadoras de angústias advindas deste momento de isolamento social; produzir espaços temáticos para lidar com questões mapeadas (banzo, medo da doença, morte, isolamento, ansiedade, etc.); identificação de pessoas com níveis de vulnerabilidade que necessitam de atendimento personalizado e, a partir de então, orientando os atendimentos oferecidos pela rede e pela universidade; criação de um espaço que pode evitar procuras não orientadas ao sistema de saúde assim como reduzir o impacto nos mesmos; além da promoção para a comunidade, um conhecimento diverso sobre quais atores da assistência à saúde devem ser procurados de acordo com as necessidades apresentadas.

Yoga online - o cuidar do ser em tempos de pandemia

Esse projeto visa o cuidar do ser, ter uma disciplina diária de fazer atividades que ajudem a lidar com o estresse a ser liberado. Busca uma maior consciência do seu corpo, de sua respiração, de seus pensamentos e

sentimentos, calma, foco e autoconfiança diante das situações de pandemia, propondo um alívio para o sofrimento mental e psíquico nesse momento tão difícil e único. Tendo consciência que para muitos estudantes esse período de pandemia se tornou cada vez mais delicado, longe das famílias e cidade natal, sozinhos em suas moradias e sem o contato físico e que a solidão foi algo iminente, o foco do projeto também é criar uma rede de pessoas que participassem das atividades ofertadas de forma online por um (uma) bolsista da graduação com experiência em práticas de yoga, oferecendo a atividade para o maior número de pessoas, contemplando também toda a comunidade acadêmica e não só discentes. Tem como metodologia a criação de espaços virtuais para a prática e vivências da yoga, fazendo com que as pessoas consigam reconectar com sua verdadeira essência, conhecer e controlar as emoções do seu corpo, seus medos e seus limites e aliviar o sofrimento causado em tempos de isolamento.

Comunicação social no contexto da Covid 19 como recurso de apoio à permanência estudantil na UFSCar

O projeto visa o desenvolvimento de materiais e compilações de informações de fácil acesso baseados em evidências científica sobre cuidados para promoção da saúde e prevenção da COVID-19, bem como condições de saúde decorrentes do distanciamento social, como transtornos mentais comuns, depressão, ansiedade, transtornos alimentares e do sono, sedentarismo, acentuação do uso de substâncias psicoativas, bem como o próprio isolamento afetivo e social. Nesse sentido, o projeto se apoia na estruturação da plataforma InformaSUS-UFSCar. Além disso, o projeto visa desenvolver materiais sobre o funcionamento da rede de apoio estudantil organizada a partir da ProACE, com o intuito de reduzir vulnerabilidades dos estudantes e investir em maiores graus de autonomia frente à lógica de privação de direitos pelos quais têm sido afetados cronicamente. Com o objetivo de potencializar o alcance à informações, será disponibilizado um canal direto de perguntas à plataforma InformaSUS, através do seu serviço de perguntas e respostas (FAQ-COVID-19). Parte dos conteúdos será traduzido para Língua Brasileira de Sinais e contarão com audiodescrição. Pretende-se veicular os materiais produzidos pelo presente projeto através de

e-mails cadastrados nas instâncias da ProACE, além de se desenvolver um grupo de WhatsApp que será gerido pelo estudante bolsista deste projeto, tendo por integrantes os estudantes interessados nas informações prestadas pelo projeto. Com o objetivo de potencializar o alcance do projeto, buscará uma parceria com as Comissões de Moradia multicampi, bem como o Diretório Central de Estudantes (DCE), ambas entidades construídas por estudantes, garantindo a legitimidade do projeto.

Fortalecendo a rede de apoio estudantil durante a Pandemia Covid 19 - autocuidado, suporte e educação em saúde

Diante da realidade do isolamento social se faz necessário situar as experiências e levar em conta as estruturas de desigualdade que fizeram com que o isolamento social não fosse igualitário diante das múltiplas situações de vulnerabilidade. No cenário da Universidade, com a suspensão das aulas, estudantes tiveram suas vidas modificadas, diferentes aspectos de suas vidas foram afetados cotidianamente. Foram inerentes a esse contexto as mudanças na rotina, nas relações sociais, o excesso de informações, as frustrações de expectativas e a situação de incerteza em relação ao futuro. O isolamento exigiu novas adaptações e arranjos no contexto privado das relações, em relação a hábitos e rotinas. Este projeto tem como objetivo proporcionar um espaço de troca, reflexão e apoio por meio de rodas de conversa virtuais e produção de materiais digitais que promovam o diálogo por meio de temáticas promotoras do autocuidado, com o enfoque na promoção da saúde e no suporte social. Serão contempladas temáticas como: "práticas e vivências de autocuidado: desenvolvimento de estratégias e habilidades para o próprio cuidado"; "temas de saúde mental: estresse, ansiedade, depressão"; organização e gestão do tempo; relações no contexto intrafamiliar/república/moradia; espiritualidade. Podendo incluir outros temas conforme as demandas do grupo. Serão desenvolvidas estratégias para o acompanhamento do grupo por meio de canais de comunicação à distância e o desenvolvimento de ações como: diário de atividades, leituras, enquetes e debates.

Terapia ocupacional social frente à Pandemia de Covid 19 - fomento de redes sociais de suporte com jovens universitários

A pandemia causada pelo SARS-CoV-2 impactou a vida social de forma geral mas, em especial, grupos em situação de vulnerabilidade social. Este projeto tem como objetivo ofertar apoio aos jovens estudantes universitários da UFSCar com vistas ao fomento de redes de suporte social e solidariedade entre os próprios alunos, enfocando tanto suas necessidades quanto suas potenciais colaborações dado o contexto da pandemia. Para tanto, são propostas ações por meio de plataformas digitais do G-SuiteUFSCar, estruturadas em três eixos: Rede de Apoio Social; Rede de Solidariedade e Cuidado Singular. Espera-se com isso um enfrentamento mais emergencial à situação de precarização ou ruptura das relações e vínculos familiares e/ou sociocomunitários vivida por parte dos estudantes, entendendo esses fatores como produtores de vulnerabilização social, quer no aspecto individual ou coletivo. Por fim, foi salientado que o enfoque tem como centro a articulação coletiva para o suporte social e para a solidariedade, com o intuito de ressaltar também as potencialidades dos estudantes participarem deste processo enquanto agentes.

Cultura e resiliência - diálogos sobre arte e culinária com estudantes estrangeiros, refugiados e indígenas

Ao chegar à universidade, os estudantes passam a construir suas referências territoriais e afetivas, com base nas suas experiências. Para os estudantes estrangeiros, refugiados e indígenas, é apresentado um desafio ainda maior, adaptar-se a um novo contexto, com particularidades políticas, sociais e culturais. Em 2020, esse processo foi adiado para a grande maioria dos estudantes, por conta da pandemia do novo coronavírus. Em situações como essa, estratégias para o manejo do estresse tornam-se necessárias. A conexão com a cultura e com as memórias afetivas se fez potente no sentido de aumentar a tolerância ao estresse e a resiliência. Desta forma, o projeto vem com o objetivo de realizar grupos para proporcionar uma discussão sobre as experiências afetivas e culturais relacionadas à culinária e às artes, através de encontros com estudantes estrangeiros, refugiados e indígenas, através de

encontros virtuais, que abordarão como temas principais a culinária típica da região de origem dos participantes e a apresentação de artistas de diferentes países e regiões. Nos encontros iniciais serão abordadas as experiências individuais e nos encontros finais o grupo será convidado a produzir dois materiais coletivos: um livro de receitas típicas e um texto sobre artistas que inspiram o mundo.

Ginástica terapêutica chinesa e técnicas de meditação respiratória para auxiliar no combate do sedentarismo

Considerando, principalmente, as repercussões que impactam a saúde mental e física, como consequência do isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, o projeto traz como proposta o ensino e treinamento de uma ginástica elaborada na China e bastante divulgada em várias cidades do Brasil, como alternativa para prevenção e tratamento de dores osteomusculares. Além do combate ao sedentarismo, a técnica propicia o treino da respiração, auto-consciência corporal e concentração, não requerendo equipamentos específicos, necessitando de área tão pequena quanto um espaço na sala ou no quarto para a sua prática. Com esta atividade, espera-se também propiciar espaços virtuais de interação social e troca de experiências.

Acolhimento psicológico a estudantes indígenas da UFSCar

Trata-se de um projeto cuja finalidade é realizar acolhimento psicológico a estudantes indígenas da UFSCar que estivessem residindo, durante o período da pandemia de COVID-19, na cidade de São Carlos. O referido acolhimento visa oferecer um continente no qual experiências emocionais disruptivas podem ser processadas e elaboradas, contribuindo assim para a promoção de saúde mental do público-alvo. Busca-se, ainda, por meio do acolhimento, mapear as necessidades dos estudantes atendidos.

Práticas de estudo na comunidade acadêmico digital

Este projeto tem o objetivo geral de apresentar uma proposta de intervenção que será desenvolvida de 01/07 a 30/10/2020, visando apoiar e desenvolver práticas de estudo em ambientes virtuais com estudantes bolsistas do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar (PAE) matriculados no 1o e no 2o ano do curso de Pedagogia (campus São Carlos) e do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (campus Araras). Considera as indicações da UFSCar para adoção de meios virtuais de ensino nos cursos de graduação, dedicando-se à preparação desses(as) estudantes para desenvolverem atividades individuais e coletivas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) desta instituição e em outras ferramentas de sala de aula online. Vincula-se ao eixo de Suporte Social e apresenta transversalidade com o eixo de Saúde Mental, almejando êxito educativo para todos os estudantes da UFSCar, visto que a instituição necessitou se reconfigurar como novo contexto acadêmico-digital, especialmente a partir das necessidades educativas desencadeadas pela pandemia COVID-19. A execução deste projeto pressupõe a necessidade de tecer redes de suporte social na comunidade acadêmico-digital, contando com apoio de estudantes da UFSCar que cursaram os últimos anos de licenciatura em pedagogia e em educação especial (campus São Carlos) e em ciências biológicas (campus Araras), visando também contribuir para a criação de uma comunidade acadêmico-digital em que todas as pessoas envolvidas consigam aprender a partir de excelente base científica e ética.

Aprendendo juntos somos mais - UFSCar

O Projeto Aprendendo Juntos tem como intuito promover atividades de cunho educativo, de apoio e suporte aos estudantes em função de necessidades biopsicossociais surgidas ou ampliadas pela pandemia COVID19 e isolamento social decorrente da. A ideia central é buscar ampliar a democratização do acesso a informações de qualidade no que diz respeito ao Sars-CoV-2 e à COVID19, promovendo que as pessoas estudantes assistidos pelo PAE possam sanar suas dúvidas acerca de aspectos biológicos, ecológicos e sociais ligados à pandemia. O compromisso do projeto é produzir, indicar e disseminar conteúdos

de qualidade, revisados por pares, através de materiais acessíveis a todos, inclusive pessoas com deficiências. Além disso, o projeto contará com momentos de socialização entre equipe e público alvo, por meio de rodas de conversa a distância, nas quais os conteúdos produzidos serão problematizados e nas quais se procurará fortalecer vínculos entre todos, além conhecer melhor beneficiários e suas demandas, em ambiente de acolhimento e busca por gerar bem estar e sentimento de pertencimento à comunidade da UFSCar. A promoção do conhecimento será entendida como essencial para o acolhimento, permanência estudantil e manutenção da saúde física e mental durante a pandemia, podendo alcançar a comunidade alvo e aumentar a assiduidade ao isolamento social e uso de EPI nas interações sociais inevitáveis, além de reduzir o medo e a insegurança, permitindo o vislumbre da permanência na universidade após a crise, por meio do cultivo à cultura científica democrática e sentimento de pertencimento à comunidade UFSCar.

Ações de promoção e prevenção em saúde mental de estudantes da UFSCar em tempos de Covid 19

Os efeitos adversos da pandemia apresentaram potencial para comprometer a saúde mental dos estudantes universitários de maneira geral, ainda que de formas distintas. Neste contexto se tornou importante um olhar especial àqueles assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) que no ano de 2020 ultrapassam 1.000 alunos atendidos somente no Campus São Carlos - posto que podem estar, neste momento, mais vulneráveis a tais impactos em função da vivência de dificuldades adicionais (oriundas da pandemia) às já pré-existentes e da suspensão das atividades acadêmicas presenciais. O projeto tem como proposta realizar ações de promoção e prevenção em saúde mental junto aos estudantes da UFSCar, com objetivo de oferecer espaço coletivo de escuta, acolhimento e orientação aos estudantes bolsistas do PAE do Campus São Carlos. Desta forma o projeto é dividido em três frentes de ações: 1) Grupos virtuais com os alunos bolsistas do PAE; 2) Perfil no Instagram destinada à difusão de temas relativos aos cuidados em saúde mental; 3) Apoio informacional em saúde mental.

Cantar e ouvir cantar - expressão musical em tempos de pandemia

Em tempos de pandemia a solidão e as incertezas acabaram se tornando inimigas ainda maiores quando ter uma companhia passou a ser algo perigoso, quando as pessoas deixaram de se comunicar, e os espaços de expressão e de trocas ficaram bastante limitados. Cantar e ouvir cantar são uma das formas mais antigas de integrar grupos sociais, estreitar laços e construir espaços de expressão e acolhimento capazes de amparar e fortalecer cada indivíduo que canta e ouve cantar.

Acolhimento em saúde mental e partilha de vivências no contexto da pandemia por covid 19

Considerando o conjunto de mudanças provocadas pelo distanciamento social e suspensão das atividades acadêmicas presenciais, incertezas, perdas e frustrações de expectativas provocados pela pandemia, acentuou-se a relevância de ofertar espaços de fala e construção coletiva e dialogada de formas de enfrentamento e ressignificação do cotidiano e dos planos de futuro dos(as) universitários. Neste sentido, este projeto objetiva propiciar um espaço de acolhimento, escuta ampliada e diálogo entre discentes da graduação da UFSCar, a partir de grupos focais semanais realizados na modalidade online. O dispositivo do grupo focal permitirá que nos primeiros encontros as demandas mais significativas sejam levantadas, e em encontros posteriores tais demandas possam ser elaboradas e trabalhadas na dimensão psicossocial. Pretende-se ofertar este dispositivo de cuidado coletivo em frequência quinzenal para cada grupo, ofertando dois grupos com 12 participantes cada, totalizando 24 vagas. Por se tratar de uma atividade online, haverá possibilidade de inclusão de estudantes com deficiência física, com exceção das deficiências visuais e auditivas. As rodas de conversa serão organizadas no formato de grupo focal, com duração de 1h45, no período de 15 de julho de 2020 a 16 de outubro de 2020. A atividade seguirá as recomendações éticas previstas pelo Conselho Federal de Psicologia e as recomendações éticas do CONEP.

7.5. O Ano de 2021 - Ainda em tempos de pandemia

A pandemia avança em 2021 e expressa uma piora dos padrões de empobrecimento da classe trabalhadora. Naturalmente, a questão social revela a contradição existente entre o modo de produção e a apropriação dos rendimentos dessa mesma produção. Observa-se que, com a crise sanitária, ficam mais evidentes a polarização política, a frágil qualidade das políticas públicas e a incipiente governança pública em relação à agenda de direitos humanos, tudo isso com importantes impactos na vida dos sujeitos em suas múltiplas dimensões interligadas, conforme Machado e Lunardelli (2021):

Para alguns, em especial os muito empobrecidos, o isolamento social e a utilização de equipamentos de proteção individual nunca sequer foram uma possibilidade real, dada sua vulnerabilidade imediata diante da realidade de "trabalhar pela manhã para comer à noite" (Machado; Lunardelli, 2021).

Ainda, segundo as autoras, os números disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde no mundo, até 04 de junho de 2021, foram 171.708.011 casos da COVID-19 (415.043 casos novos em relação ao dia anterior) e 3.697.151 mortes (9.562 novas mortes em relação ao dia anterior). Um número que estava crescendo a cada dia e vitimando pessoas e destruindo famílias.

Por trás destes números tínhamos um cenário de uma grave crise político-institucional e a resistência ao conhecimento científico num ambiente de conflito político e crescimento do autoritarismo, representadas na disputa por narrativas que sustentavam em propostas antagônicas para enfrentar a crise, desnudando as fragilidades e condições de vulnerabilidades de uma sociedade injusta e desigual.

As Universidades precisaram intensificar sua rotina e seus trabalhos para uma situação nunca antes vivida. Para além desta adaptação de rotinas e trabalhos era preciso garantir que as pessoas estudantes continuassem não só seus estudos e permanência na universidade, mas que pudessem encontrar nas universidades um espaço seguro e acolhedor. Foi neste contexto e para esta proposta que o PIAPE entra no ano de 2021 com 13 projetos inscritos, todos aprovados e colocados em ação.

Quadro 11- Projetos Piape - 2021

Título	Eixo	Campus	Departamento ou Unidade
Espaço seguro - teu corpo, tua morada, vivências corporais a partir de atividades afro referenciadas e diaspóricas	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Subjetivarte	Saúde mental Suporte social	São Carlos	DeAS - ProACE
Rede voluntária de acolhimento e cuidado em saúde mental - Coletivo Amar-elos	Saúde mental	Lagoa do Sino	CCN
Corpo, dança e ancestralidade - a utilização de técnicas de consciência corporal para promoção de saúde	Saúde física Saúde mental Suporte social	Lagoa do Sino	CCN
Cultura e resiliência - diálogos sobre disseminação artística e interculturalidade com estudantes da UFSCar	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Medicina - CCBS
Acolhimento em saúde mental e partilha de vivências no contexto da pandemia por Covid 19	Saúde mental	São Carlos	Departamento de Psicologia - CECH
Construindo conexões - terapia ocupacional social e o fomento de redes sociais com jovens universitários no contexto da pandemia de Covid 19	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Vamos compartilhar em roda? Prevenção de violência, saúde mental e direitos	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Enfermagem - CCBS
Projeto Erva Doce (terceira fase)	Saúde física	Lagoa do Sino	CCN
Degustação Literária em tempos de Piape e Covid 19	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Ouvidoria
Oficina de autocuidado e gerenciamento de estresse durante a pandemia	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Psicologia - CECH
Suporte a estudantes e pesquisadores na UFSCar - cuidadores de crianças em contexto de pandemia de Covid 19	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Psicologia - CECH
Ateliês artístico afetivo - Piape a arte, porque a vida não basta”	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Metodologia de Ensino- CECH

Abaixo seguem as descrições dos projetos apresentados no Edital Seleção Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE) Seleção Especial – Pandemia COVID-19 - EDITAL Nº 01/2021 – ProACE. Como os conteúdos foram retirados das propostas enviadas, os verbos estão conjugados no presente e/ou futuro do indicativo, uma vez que os projetos ainda seriam implementados.

Espaço seguro - teu corpo, tua morada, vivências corporais a partir de atividades afro referenciadas e diaspóricas

Compreendendo a formação da sociedade brasileira sob moldes racistas, sexistas e capitalistas, o que tem como consequência a formação de padrões sociais opressores aos corpos socialmente minorizados. Essas desigualdades e exclusões sociais ficaram mais evidentes no contexto da pandemia, em que a precariedade das estruturas socioculturais, colocou a população negra com maior risco ao contágio e consequentemente de vida em maior proporção do que a população não negra (ABRASCO, 2020; BBC, 2020). Essa situação se mantém quando são trazidos outros problemas desencadeados e derivados pela pandemia, relacionados, por exemplo, às medidas de proteção e segurança de isolamento e do distanciamento social. A Universidade também é compreendida como um reflexo dos moldes sociais, portanto difusora de discriminações históricas, mas, concomitantemente como um palco para transformações sociais. Assim, o projeto propõe a continuidade do 'Espaço Seguro' para o cuidado prioritário de estudantes bolsistas negros e negras diante o contexto de pandemia de COVID-19, através de encontros e oficinas semanais de experimentação de expressões corporais afroreferenciadas e diaspóricas. A atividade também se propôs em formar uma rede de suporte e proteção ao grupo de estudantes bolsistas do PAE da UFSCar, durante a pandemia.

SubjetivArte

O projeto tem como objetivo estimular o fazer plástico/artesanal/artístico com a qualificação do cotidiano e fortalecimento, ampliação e potencialização de redes sociais de suporte. Também pauta-se na aposta de que as atividades artísticas/plásticas/manuais podem contribuir para o bem estar, promovendo a integração delas no cotidiano, qualificando-o. O desenvolvimento, através de encontros online, atendimentos individualizados online, a coordenação de um grupo de whatsapp online e construção de uma plataforma online para a produção e compartilhamento de conteúdos informativos, busca criar um espaço seguro para a troca de experiências e expressão coletiva através de atividades plásticas, artesanais, artísticas e manuais.

Rede voluntária de acolhimento e cuidado em saúde mental - coletivo Amar-elos

Com base nas ações realizadas entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, foi identificado pela coordenação do projeto que a saúde mental de diversos membros da comunidade encontrava-se impactada de forma recorrente por ao menos três fatores: i) interdição do convívio social no âmbito do Campus Lagoa do Sino e na cidade de Campina do Monte Alegre, especialmente, retirando da comunidade acadêmica a possibilidade da interação social até então reconhecida como fator protetivo de destaque no referido campus (impacto distintivo sobre os ingressantes, que não tiveram a oportunidade de fortalecer suas redes e criar identificação com a instituição); ii) dificuldades significativas relacionadas ao ENPE, resultando em saturação cognitiva, física e emocional (destaque para o aumento significativo das horas de dedicação); iii) a perda de estudantes da UFSCar por meio de suicídio, com destaque para os dois casos vivenciados no Campus Lagoa do Sino. A comunidade acadêmica encontra-se diante do desafio de vivenciar o luto por suicídio de modo legitimado. Nesse cenário, muitos membros da comunidade estão tomados pela sensação de exaustão, desesperança, insegurança e pelo medo de novos casos de Covid que rondavam. O projeto vem com a proposta de dar continuidade às atividades realizadas no âmbito do Projeto "Promoção de atividades de apoio à saúde mental", aprovado no âmbito do Edital Piape 2020. Além da retomada dos espaços de acolhimento e cuidado em saúde mental, busca aprofundar o alcance e a eficácia das atividades empreendidas. Para tanto, o projeto propõe o fortalecimento de mecanismos transversais de cuidado que transcendam as atribuições restritas ao âmbito de especialistas. Articulados em torno do Coletivo Amar-Elos, o projeto traz como proposta: a) reuniões virtuais periódicas nos espaços de acolhimento; b) mobilização de uma rede de acolhedores e acolhedoras voluntários identificados em suas redes sociais através do uso de um filtro do Projeto Amar-Elos. Os membros mobilizados passarão por processos de formação conduzidos por psicólogos(a) e especialistas em saúde mental; c) estabelecimento de alguns desses voluntários e voluntárias como pontos focais em cada um dos cursos do Campus Lagoa do Sino, visando a articulação de mecanismos de busca ativa de

membros da comunidade acadêmica carecendo de acolhimento e cuidado em saúde mental.

Corpo, dança e ancestralidade - a utilização de técnicas de consciência corporal para a promoção de saúde

Após um ano de pandemia no Brasil, encontramos-nos ainda diante de perspectivas negativas extremamente crescentes. O vertiginoso aumento de mortes e contaminações, o protagonismo mundial em má gestão da pandemia e a piora na condição social da população, colocaram a todas e todos em condições frágeis e de agravamento da qualidade de vidas, afetando diretamente a saúde física, mental e diminuindo/extinguindo as relações sociais. A consciência corporal e o autoconhecimento, perspectivas já tão difíceis de serem alcançadas em tempos não pandêmicos, se tornaram mais difíceis de serem alcançadas no atual contexto. Uma vez que o desenvolvimento da presente temática promove, concomitantemente, melhora na saúde física e mental, o projeto aqui descrito busca criar espaços virtuais que levem as pessoas a preencherem espaços vazios de suas rotinas, bem como terem à sua disposição a disponibilidade de integração social orientada.

Cultura e resiliência - diálogos sobre a dimensão artística e a interculturalidade com estudantes da Universidade Federal de São Carlos

Ao chegar à universidade, os estudantes passam a construir suas referências territoriais e afetivas, com base nas suas experiências. Para os estudantes estrangeiros, refugiados e indígenas, é apresentado um desafio ainda maior, adaptar-se a um novo contexto, com particularidades políticas, sociais e culturais. Em 2020, esse processo foi adiado para a grande maioria dos estudantes, por conta da pandemia do novo coronavírus. Em situações como essa, estratégias para o manejo do estresse tornam-se necessárias. A conexão com a cultura e com as memórias afetivas pode ser potente no sentido de aumentar a tolerância ao estresse e a resiliência. Nesta linha o projeto vem com a proposta de realizar grupos para proporcionar uma discussão sobre as

experiências afetivas e culturais relacionadas à culinária e às artes, através de encontros com estudantes estrangeiros, refugiados e indígenas.

Acolhimento em saúde mental e partilha de vivência no contexto da pandemia por Covid 19

O projeto que teve início em 2020 aparece como reoferta, trazendo a mesma temática e ações, visto a aceitação durante todo o ano de 2020.

Considerando o conjunto de mudanças provocadas pelo distanciamento social e suspensão das atividades acadêmicas presenciais, incertezas, perdas e frustrações de expectativas provocados pela pandemia, acentuou-se a relevância de ofertar espaços de fala e construção coletiva e dialogada de formas de enfrentamento e ressignificação do cotidiano e dos planos de futuro dos(as) universitários. Neste sentido, este projeto objetiva propiciar um espaço de acolhimento, escuta ampliada e diálogo entre discentes da graduação da UFSCar, a partir de grupos focais semanais realizados na modalidade online. O dispositivo do grupo focal permite que nos primeiros encontros as demandas mais significativas possam ser levantadas, e em encontros posteriores tais demandas possam ser elaboradas e trabalhadas na dimensão psicossocial. Pretende-se ofertar este dispositivo de cuidado coletivo em frequência quinzenal para cada grupo, com rodas organizadas no formato de grupo focal.

Construindo conexões - terapia ocupacional social e o fomento de redes sociais de suporte com jovens universitários no contexto da pandemia de Covid 19

A pandemia causada pelo SARS-CoV-2 impactou a vida da população em geral, mas, de modo particular, a vida dos grupos em situação de vulnerabilidade social, dentre os quais uma parte importante das juventudes que acessam o ensino público superior. Este projeto tem como objetivo ofertar espaços de cuidado que contribuam para o fomento, fortalecimento e/ou criação de redes sociais de suporte entre os jovens estudantes universitários da UFSCar, tomando como pressuposto sua participação ativa e colaborativa com o complexo contexto social da pandemia de CoVID-19, articulando-a como uma possibilidade

protagonista de ação no enfrentamento das possíveis dificuldades vivenciadas. Para tanto, propõe-se ações por meio de plataformas digitais, estruturadas em três eixos: Comunicação de Conteúdo, Rede de Solidariedade e Cuidado Singular. Espera-se com isso um enfrentamento mais emergencial à situação de precarização ou ruptura das relações e vínculos familiares e/ou sociocomunitários vivida por parte dos estudantes, entendendo esses fatores como produtores de vulnerabilização social, quer no aspecto individual ou coletivo. Por fim, salienta-se que o enfoque teve como centro a articulação coletiva para o suporte social e para a solidariedade, com o intuito de ressaltar também as potencialidades dos estudantes participarem deste processo enquanto agentes.

Vamos compartilhar em roda? Prevenção de violências, saúde mental e direitos

Em dezembro de 2019, na cidade de Wunhan na China foi identificada pela primeira vez uma doença respiratória aguda, causada pelo SARS-CoV-2. Em janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde declara que o surto da doença causado pelo novo Coronavírus constitui um estado de emergência em saúde pública. Em 11 de março de 2020 a COVID-19 foi caracterizada como uma pandemia. Diante dessa realidade as medidas de isolamento social foram definidas como a melhor alternativa para conter a disseminação do vírus. Neste contexto, é necessário situar as experiências e levar em conta as estruturas de desigualdade que foram ainda mais evidenciadas e agravadas. No cenário da Universidade, estudantes tiveram suas vidas modificadas, diferentes aspectos de seus cotidianos são afetados, o que exige o olhar para as múltiplas situações de vulnerabilidade. São inerentes a este contexto as mudanças na rotina, o excesso de informações, as frustrações de expectativas, a situação de incerteza em relação ao futuro e as diferentes realidades que as pessoas estudantes enfrentam cotidianamente. Importante trazer também os desafios nas relações interpessoais e as situações que envolvem relacionamentos abusivos e múltiplas formas de violências. Diante do exposto, este projeto tem como objetivo proporcionar um espaço de troca, reflexão, apoio por meio de rodas de conversa virtuais e produção de materiais digitais. O projeto abordará temáticas com

enfoque no suporte social em interface com a saúde mental. Serão contempladas temáticas como: comunicação não violenta; relações no contexto intrafamiliar/república/moradia; racismo e seus impactos nas diferentes dimensões da vida; violência, gênero e sexualidade; inclusão e direitos humanos. O projeto teve abertura para a inclusão de outros temas conforme as demandas das pessoas participantes. Serão desenvolvidas estratégias para o acompanhamento do grupo por meio de canais de comunicação à distância e o desenvolvimento de ações como: diário de atividades, leituras, enquetes e debates.

Projeto Erva doce (terceira fase)

O “Projeto Erva-Doce (Fase 3)” busca dar suporte virtual para os interessados da comunidade Lagoa do Sino, tanto discentes quanto servidores, com o objetivo de promover ações que melhorem a saúde física do participante, levando em consideração também o equilíbrio com a saúde mental e os aspectos sociais, todos eles bastante afetados pela pandemia de COVID-19. Inclusive no Campus Lagoa do Sino foram oficialmente comunicados dois casos de suicídio de discentes durante a pandemia de COVID-19. Apesar das causas dos suicídios não terem sido divulgadas, através de enquetes realizadas junto aos estudantes do Curso de Engenharia Agrônoma do Campus Lagoa do Sino foi constatado um desequilíbrio na saúde mental. Situação semelhante poderia também estar acontecendo com os discentes dos demais cursos do campus. O projeto envolverá atendimentos individuais e coletivos, baseados principalmente no conhecimento médico milenar indiano denominado ayurveda. E dentro do ayurveda haverá a possibilidade de analisar se o indivíduo está em equilíbrio ou em desequilíbrio por meio de diversas técnicas, que serão utilizadas durante os primeiros atendimentos individuais. Nos atendimentos subsequentes serão sugeridos ajustes de planos individuais para promover a recuperação do equilíbrio integral do ser, que possam envolver ações de mudanças de hábitos pessoais como alimentação, higiene, sono e atividades físicas, dentre outras ações.

Degustação literária em tempos de Piape e Covid 19

A educação foi uma das áreas mais atingidas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil. Com a migração do ensino presencial para o remoto e o estresse causado pelo medo da doença e o possível não aproveitamento do conteúdo pedagógico pudemos vivenciar influências negativas na saúde mental dos educandos. Como consequência, surgiu a necessidade de lidar com aspectos que influenciam diretamente na saúde mental das e dos discentes diante da crise sanitária atual, como medo e pânico, distanciamento de amigos e família, restrição do toque, e vulnerabilidade de pessoas que sofrem violência. Tudo isso pode incluir sentimentos de tristeza, medo, opressão, desamparo e raiva, além de dificuldades para se concentrar ou dormir. Nesse momento foi percebida a importância da participação em atividades que pudessem ampliar a capacidade de expressão dos sentimentos e pensamentos, de reflexão sobre o que estamos vivendo. A literatura é uma das possibilidades de (re) inventar o mundo, de compreender as pessoas como sujeitos político-discursivos em um processo de construção nos diversos espaços produzidos pelos textos. Mas para que serve a literatura quando muito nos faltava? Quando tivemos tolhido o direito de ir e vir, direito à segurança, a uma saúde digna e pior ainda, quando em tempos de pandemia fomos acometidas e acometidos pelo medo das incertezas e da proximidade da morte. A literatura veio para humanizar. O projeto "Degustação literária em tempos de Piape e Covid 19" busca provocar discussões através da leitura de textos diversos sobre o lugar da literatura no mundo, seja ela a canônica ou não, discussões suscitadas a exemplo, lives que tragam a literatura para o cotidiano em todos os seus espectros, quer seja com foco cultural, mudanças do imaginário e do social, representações reais ou fantasiosas, literatura de obras indígenas, de literatura surda, de literatura afro-brasileira, descrições de futuros possíveis, expressões de sonhos, desejos e temores, além de promover escritoras e escritores da nossa comunidade (discentes, TAs, docentes e pessoas colaboradoras).

Oficina de autocuidados e gerenciamento de estresse durante a pandemia

Com o surgimento do novo coronavírus, uma das categorias mais afetadas com as medidas de isolamento social foi a dos estudantes. Com a implementação do isolamento social e quarentena, derivando o ensino remoto, os estudantes, principalmente universitários, passaram a ter a graduação como parte de todo o cotidiano, sem que exista uma separação entre esta e suas vidas privadas, além de muitos não serem preparados tecnicamente ou não possuírem condições para a utilização das ferramentas do ensino à distância. O contexto universitário que já possuía fatores estressantes passou agora por uma mudança repentina que agravou a situação e exige mais do que nunca dos discentes. Com isso, foi de extrema importância o desenvolvimento de projetos de intervenção que visavam amenizar os danos e sofrimentos causados pela pandemia, e para isso, o principal objetivo deste projeto é ensinar e promover práticas diárias de relaxamento com o intuito de diminuir os índices de estresse em estudantes universitários, e também a apresentação, conhecimento e dicas acerca do gerenciamento de atividades diárias como sono e alimentação para a promoção de uma rotina de hábitos que previnam o estresse e promovam o bem-estar, além da promoção de um espaço de acolhimento e trocas de experiências acerca das dificuldades do contexto pandêmico e ensino remoto. Para a realização destes objetivos, o projeto trará uma oficina de autocuidados e gerenciamento de estresse, onde as técnicas de relaxamento serão apresentadas semanalmente via encontros virtuais, expondo suas teorias e ensinando a prática.

Suporte a estudantes e pesquisadores na UFSCar - cuidadores de crianças em contexto de pandemia de Covid 19

Em 2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Apesar do importante marco histórico, esse programa, criado via decreto, possuía algumas fragilidades: tomava como objeto da Assistência Estudantil apenas alunos de graduação de Universidades e Institutos Federais, deixando, assim, desassistidos alunos de outras instituições e, mesmo, pós-graduandos de instituições federais. Mesmo assim, o estabelecimento de eixos mínimos para a

atuação em Assistência Estudantil serviu para alguma uniformização para esta política, no âmbito federal. Foram estabelecidos os seguintes eixos: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Os profissionais e pesquisadores da Assistência Estudantil não se dedicaram ao estudo do cenário para o eixo creche, reduzindo-o à prestação de auxílio-creche ou o oferecimento do serviço de creche. A redução do eixo creche à prestação de auxílio financeiro ou serviço de creche não levou em consideração a complexidade vivida pelos estudantes e pesquisadores cuidadores, em especial, os que cuidam de crianças. No cenário de pandemia, a vulnerabilidade desse grupo estudantil se acentuou, uma vez que as creches e escolas estavam fechadas e que os cuidadores não puderam contar com a usual rede de apoio, devido ao isolamento social. Tal realidade exigiu levar esta vulnerabilidade específica assim como é o próprio fenômeno: a partir de sua natureza complexa. Assim, tal projeto vem com o objetivo de prestar suporte para que estudantes e pesquisadores cuidadores de crianças, na UFSCar, para que possam exercer suas atividades acadêmicas com o menor prejuízo possível.

Ateliês artístico afetivo Piape- a arte, porque a vida não basta!

Com o isolamento social, toda a comunidade acadêmica - composta por estudantes, pessoas servidoras e pessoas funcionárias de empresas terceirizadas enfrentaram grandes alterações na rotina diária e passaram a se ver na necessidade de se adaptarem frente à vivência de isolamento, somada à falta de perspectiva, medo e solidão. A experiência de um ano em situação de pandemia revelou que junto com as incertezas e /ou dificuldades de manutenção de nossa existência material, há um conjunto de outros sentimentos que afetam diretamente a nossa subjetividade, como o medo, ansiedade, incertezas, inseguranças, rupturas afetivas, desânimo, depressão, entre outros sentires que fragilizam a permanência das atividades na UFSCar e na vida, em todos os sentidos. Este projeto propõe trabalhar com toda comunidade acadêmica num exercício na criação de espaços de escuta e resistência por meio da arte. A partir

de uma parceria com artistas de diferentes áreas, origens e pertencimentos, os encontros focalizarão o processo criativo das diferentes expressões artísticas como um exercício de atribuição de sentido à vida e a este momento, assim como apresenta a possibilidade de vivenciar e enfrentar este período de uma maneira mais saudável, alegre e coletiva. Os ateliês aconteceram semanalmente, às noites, e contemplaram diversas linguagens artísticas como pintura, cinema, teatro, poesia, filmes, duelos de slam, literatura e circo.

7.6. PIAPE Pós Pandemia - 2022 o retorno

A atual contemporaneidade, marcada por um retorno de isolamento social por conta de uma pandemia e por movimentos que propagam discursos de ódio e de desqualificação da ciência, impõe às universidades um papel fundamental, não apenas para contrapor tais posições sectárias, mas para reafirmar um processo de construção de sociedade que seja cada vez mais justa, democrática e construída em pilares de equidade. Nesta tarefa, torna-se fundamental (re)organizar as relações sociais e institucionais, com o intuito de mostrar caminhos para a construção de um outro mundo possível.

O retorno das atividades presenciais, em um contexto pós pandemia ocasionada pela Covid-19, trouxe inúmeros desafios que impactam a vida e a rotina das pessoas, famílias e instituições, atingindo várias esferas da vida social, política e econômica da atual contemporaneidade.

O PIAPE surge em 2022 num contexto com um retorno ao presencial e o medo de adoecer/morrer, ansiedade com o futuro profissional, prejuízos nas finanças das famílias que proporcionam dificuldades econômicas, adaptação ao retorno das atividades presenciais, fragilização das redes de suporte social, estresse proporcionado pelo contato mais íntimo e duradouro intrafamiliar ou entre colegas de república/moradia, entre outros, tendo maior impacto especialmente sobre aquelas/es que antes da pandemia já possuíam vulnerabilidades diversas.

Alinhados a tudo isso temos ainda uma correlação direta entre o sofrimento psíquico produzido no/pelo contexto acadêmico e a produção/reprodução de violências neste contexto, como a reprodução da cultura

do racismo, do machismo/heterocispatricado, etarismo, cultura de violências institucionais e outras formas de violências (Proace, 2024).

Um retorno meio ao avesso ao presencial, com as pessoas com medo de (re)ocupar os espaços e voltar ao convívio social, o que pode ser sentido no número de projetos apresentados, apenas sete.

Quadro 12 - Projetos Piape - 2022

Título	Eixo	Campus	Departamento ou Unidade
Ações voltadas a telereabilitação de adultos idosos com sequelas de lesões neurológicas	Saúde física	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Espaço seguro - teu corpo, tua morada - vivências corporais a partir das atividades afrorreferenciadas e diaspóricas	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Oficina de criação literária	Suporte social	Araras	Biblioteca de Araras - CCA
Pipocando	Suporte social	Araras	Biblioteca de Araras - CCA
Projeto esperarçar - rodas de conversa e atuação em rede no território Lagoa do Sino	Suporte social	Lagoa do Sino	DeACE - CCN
Voleibol e saúde - vivências e reflexões ontológicas	Saúde física	São Carlos	Departamento de Educação Física - CCBS
Yoga online	Saúde física	Araras	Departamento Desenvolvimento Rural - CCA

Abaixo seguem as descrições dos projetos apresentados no Edital Seleção Especial | Pandemia Covid-19 | 2022 EDITAL PIAPE/ProACE nº 01/2022 que dispõe sobre o processo seletivo especial voltado para habilitação de Projetos focados na realização de atividades de acolhimento, apoio e suporte a estudantes em função de necessidades biopsicossociais surgidas ou ampliadas pela pandemia da Covid-19 e em consonância com o Programa de Assistência Estudantil da UFSCar. Os conteúdos foram retirados das propostas enviadas, os verbos estão conjugados no presente e/ou futuro do indicativo, uma vez que os projetos ainda seriam implementados.

Ações voltadas a telereabilitação de adultos idosos com sequelas de lesões neurológicas

Trata-se de um projeto que visa atender as normativas do Edital PIAPE/PROACE no 01/2022 - seleção Especial – Pandemia Covid-19. Ligado ao DeAE, o projeto tem como foco a permanência estudantil através de ações que o vincule a pessoa estudante com sua formação profissional, aumentando o senso de pertencimento à comunidade e assim, buscando evitar a evasão. Assim, o objetivo do projeto é a permanência estudantil, vinculação e identidade com o curso através da participação nas ações de telereabilitação através de intervenções voltadas a adultos e idosos com sequelas de lesões neurológicas adultas que eram atendidos através de um projeto de extensão desenvolvido na USE sob responsabilidade da proponente.

Espaço seguro - teu corpo, tua morada - vivências corporais a partir das atividades afrorreferenciadas e diaspóricas

O projeto em tela vem com a continuidade do 'Espaço Seguro' para o cuidado prioritário de estudantes bolsistas negros e negras diante o contexto de pandemia de COVID-19, através de encontros e oficinas semanais de experimentação de expressões corporais afrorreferenciadas e diaspóricas. A atividade vem compor com a rede de suporte e proteção ao grupo de estudantes bolsistas do PAE da UFSCar, durante a pandemia. Desta forma o projeto busca contribuir para luta contra a desigualdade racial, por meio de estratégias coletivas; promover espaços de cuidado e pertencimento relacionadas às questões e demandas étnicas raciais na universidade pública e construir coletivamente estratégias de cuidado, por meio da expressão corporal, em relação ao enfrentamento aos desafios atuais relacionados ao cotidiano pandêmico, como medos, angústias, luto, isolamento e distanciamento social, insegurança frente ao futuro e as demandas acadêmicas, agravo das condições socioeconômicas, perda de espaços de socialização e suporte, entre outros.

Oficina de criação literária

O projeto Oficina de criação literária busca desenvolver habilidades de tensionamento da linguagem na criação de textos literários do gênero conto. A cada encontro acontecerá momentos de leitura e interpretação de contos da literatura nacional e mundial. Os textos desenvolvidos pelos participantes serão inspirados em disparadores (desafios) formados com base nos contos lidos e discutidos. O processo de criação literária se embasa na imaginação e nas memórias dos participantes com objetivo de desenvolver a criatividade, subjetividade e o lúdico na escrita artística. A arte é apontada como um caminho fundamental para trazer benefícios à saúde mental, promover relações positivas de sociabilidade e enriquecer a troca de experiências frente à diversidade de estudantes da UFSCar que fizeram parte da oficina.

Pipocando

Todos temos algo em comum: Quem nunca se viu num personagem nas telas de cinema? Seja por características pessoais, físicas ou até mesmo emocionais, todos nós já nos sentimos representados por determinado personagem em um filme.

Acredita-se que a idéia de cinema nasceu a partir da necessidade do homem em se

expressar. É fato que a ideia de cinema evoluiu ao longo dos anos, o que permitiu que este se tornasse um potente meio de comunicação e expressão. Evoluções que dizem respeito tanto ao aperfeiçoamento da técnica, como também de conteúdo. Entretanto, é preciso ressaltar uma característica essencial: o cinema dos primórdios

Trabalhava com ideias reais, enquanto o cinema contemporâneo trabalha com a ficção, e uma de suas características, é tornar próximo o que está ausente. Contudo, sua função primordial ainda é o entretenimento, sendo o prazer encontrado pelos indivíduos, o aspecto relevante que aproxima o espectador da imagem em movimento. Não podemos esconder que a principal função do cinema é movimentar as emoções do seu público. A pandemia da Covid 19, o isolamento social fez um pouco disso, movimentou nossas emoções e aqui,

muitas vezes de um lado bem pesado, surgindo a necessidade de lidar com aspectos que influenciam diretamente na saúde mental das e dos discentes incluindo sentimentos de tristeza, medo, opressão, desamparo e raiva, além de dificuldades para se concentrar ou dormir. Assistir um filme, acompanhar uma série, descompromissar-se é uma das possibilidades de (re) inventarmos o nosso mundo, de compreendermo-nos como sujeitos discursivos em um processo de construção nos diversos espaços. Tal introdução apresenta o Projeto "Pipocando" que tem suas ações voltadas para a comunidade acadêmica, incluindo tanto exposições comentadas de filmes, que serão realizadas com o intuito de estimular a prática cineclubista, como também buscará provocar discussões através da abordagem de diferentes filmes/séries trazendo análises interdisciplinares realizadas por pessoas convidadas para serem debatedoras, encontros que tragam o filme para o cotidiano em todos os seus espectros, quer fosse com foco cultural, mudanças do imaginário e do social, representações reais ou fantasiosas, animações, dramas, diferentes povos e culturas, descrições de futuros possíveis, expressões de sonhos, desejos e temores, além de ter buscado fazer com que "assistir um filme" pudesse passar a ser um hábito de relaxamento. O projeto coloca ainda que quando são encontradas obras cinematográficas capazes de emocionar e tocar, elas podem ser utilizadas para oferecer outras perspectivas de vida, um melhor entendimento sobre o próximo e aflorar nossos sentimentos (que em alguns casos podem ser despertados através de algo que foi visto na grande tela), mas mais do que isso, o projeto visa ser um ponto de encontro, descontração, instigação, reinvenção, regado de muito papo, acolhimento e pipoca virtual.

Projeto esperançar - rodas de conversa e atuação em rede no território Lagoa do Sino

O cuidado em saúde e bem estar se traduz diante da necessidade de atuação em rede, uma vez que todos os setores e pessoas da comunidade acadêmica são ativos na perspectiva de prevenção e manutenção de um ambiente saudável. Promover ações que possam levantar demandas e encaminhar soluções, a fim de instrumentalizar as pessoas para que tenham uma postura de cuidado, seja pessoal como profissionalmente, são importantes

para que ações integradas possam ser realizadas. O projeto esperar foi desenhado nesta perspectiva e tem como intuito, promover rodas de conversa com discentes, docentes, técnico-administrativos e pessoas contratadas de empresas terceirizadas, com a finalidade de promover acolhimento nas temáticas de saúde e bem estar, assim como de encaminhar e dialogar a respeito de demandas levantadas.

Voleibol e saúde - vivências e reflexões ontológicas

O presente projeto visa oferecer aulas de Voleibol à comunidade universitária, preferencialmente estudantes, a partir de uma abordagem pautada pela ontologia do ser social lukacsiana, psicologia histórico-cultural vigotiskiana e pedagogia histórico-crítica de Saviani na forma de vivências e reflexões sobre o saber fazer Voleibol (aprendizagem e prática de seus fundamentos técnicos e táticos) em comunhão dialética com o saber sobre o Voleibol e o saber fazer Voleibol. Trata da busca da essência do Voleibol em suas múltiplas determinações materialistas-históricas, ou seja, da sua gênese à sua forma contemporânea de reprodução da sociabilidade capitalista (individualista e competitivista) com reflexões e vivências superadoras, que efetivamente possam promover Saúde Física e Mental.

Yoga online

O projeto yoga online tem sua primeira apresentação em 2020, com a participação de servidoras técnicas administrativas e discentes da graduação e pós graduação do campus de Araras, extremamente necessário como ambiente não só do cuidado do corpo e da mente, mas também um espaço de trocas e socialização entre as participantes. Assim como na primeira edição, esse projeto visa cuidar do ser, ter uma disciplina diária de fazer atividades que ajudassem o estresse a ser liberado. Visa uma maior consciência do seu corpo, de sua respiração, de seus pensamentos e sentimentos, calma, foco e autoconfiança diante das situações de pandemia, propondo um alívio para o sofrimento mental e psíquico nesse momento tão difícil e único. Tendo consciência que para muitos estudantes esse período de pandemia se tornou cada vez mais delicado, longe

das famílias e cidade natal, sozinhos em suas moradias e sem o contato físico, a solidão é algo iminente, esse projeto visa também criar uma rede de pessoas que participarão das atividades ofertadas de forma online por um (uma) bolsista da graduação que tivesse experiência em práticas de yoga, oferecendo a atividade para o maior número de pessoas matérias de qualidade sobre como lidar com amor e equilíbrio nesse período de pandemia coronavírus. Busca criar espaços virtuais para a prática e vivências da yoga, fazendo com que as pessoas consigam reconectar com sua verdadeira essência, conhecer e controlar as emoções do seu corpo, seus medos e seus limites e aliviar o sofrimento causado em tempos de isolamento.

7.7. O Ano de 2023 - Um movimento diferente

O retorno pós pandemia, mesmo após um ano, ainda continua deixando marcas no dia-a-dia das Universidades. O esvaziamento dos espaços coletivos, a dificuldade de participação em coletivos, o não viver a universidade em sua plenitude, se restringindo a ter aula e voltar para a casa, se apresentam como uma constante, infelizmente, muito por conta do mergulho da sociedade contemporânea nas relações mediadas pela internet, as reconfigurações que os arranjos remotos trouxeram para as dinâmicas sociais.

E, neste contexto, o PIAPE entra no ano de 2023, porém foi possível notar um crescimento expressivo no número de projetos ofertados, num movimento aliado de coordenadoras e coordenadores que sentem a necessidade de apresentar propostas que ampliem o convívio social e também por parte de estudantes com ideias criativas a procura de fomento para colocá-las em prática, como uma alternativa também de ter um pouco mais de recurso para suas atividades básicas.

Neste ano foram inscritos e aprovados 29 projetos.

Quadro 13- Projetos Piape - 2023

Título	Eixo	Campus	Departamento ou Unidade
Pipocando	Suporte social	Araras	Biblioteca de Araras - CCA
Espaço seguro - o momento presente	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Terapia Ocupacional - CCBS
Yoga online	Saúde física	Araras	Departamento de Desenvolvimento Rural - CCA
Oficina de criação literária	Suporte social	Araras	Biblioteca de Araras - CCA
Projeto esperançar - rodas de conversa e atuação em rede no território de Lagoa do Sino	Suporte social	Lagoa do Sino	DeACE-LS - CCN
Voleibol e saúde - vivências ontológicas	Saúde física	São Carlos	Departamento de Educação Física - CCBS
Acompanhamento de estudantes universitários com quadros psicopatológicos graves em sofrimento psíquico relacionado ao contexto acadêmico	Saúde mental	São Carlos	Departamento de Psicologia - CECH
Horta comunitária na Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS) - sustentabilidade e saúde mental	Saúde mental Suporte social	São Carlos	SGAS
Comunica SIBI - potencializando as mídias sociais do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar	Suporte social	São Carlos	Unidade Multidisciplinar de Arquivo e Memória
Produção de mudas de espécies nativas e/ou de uso medicinal em estufas da UFSCar - Campus Araras	Suporte social	Araras	Departamento de Ciências da Natureza, Matemática e Educação - CCA
Reconstruindo a memória na UFSCar - um registro da história da gráfica, serralheria, marcenaria e restaurante universitário do campus São Carlos	Suporte social	São Carlos	Unidade Multidisciplinar de Arquivo e Memória
São bonitas as canções - apreciação musical, escuta e subjetividades	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Artes e Comunicação - CECH
Quem entende essa voz sem as vozes que ele traz no interior? propriocepção, autocuidado e expressão a partir de vivências vocais e corporais	Saúde física	São Carlos	Departamento de Arte e Comunicação - CECH
Qual limite?	Suporte social	São Carlos	Ouvidoria
Rodas motivacionais associadas a aromaterapia e cromoterapia para promoção da saúde mental	Saúde mental	Lagoa do Sino	CCN
Cultivando-nos - promoção da saúde, prevenção de violências e direitos sexuais e reprodutivos	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Enfermagem - CCBS

A preservação e disseminação da memória de coleções especiais pelo acervo de Luiz Carlos Prestes	Suporte social	São Carlos	Unidade Multidisciplinar de Arquivo e Memória
Educação integral para a sexualidade - vamos conversar?	Saúde física Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Enfermagem - CCBS
A Arte como cura	Saúde mental Suporte social	Araras	Departamento de Gestão de Pessoas - CCA
Do sarau a parte - a arte participativa, intervenção, produção de conhecimento e transformação social	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Linguística - CECH
Unidade de atendimento à criança e diversidade étnico racial	Suporte social	São Carlos	Departamento de Metodologia de Ensino - CECH
Organização e digitação de fotografias do acervo da UMMA - preservando a memória da UFSCar	Suporte social	São Carlos	Unidade Multidisciplinar de Arquivo e Memória
Recursos informacionais do sistema integrado de bibliotecas da UFSCar	Suporte Social	São Carlos	Sistema Integrado de Bibliotecas
Educação preventiva para a qualidade de vida dos universitários em São Carlos - SP	Saúde física	Araras	Departamento Tecnologia Agroindustrial e Socioeconomia Rural -CCA
Contemplando horizontes - saberes ancestrais, meditação e arte para o cultivo do bem viver e da cultura da paz	Saúde mental Suporte social	São Carlos	Departamento de Artes e Comunicação - CECH
Divulga UMMA - disseminando as redes sociais da UMMA	Suporte social	São Carlos	Unidade Multidisciplinar de Arquivo e Memória
Projeto mídias em Ouvidoria	Suporte social	São Carlos	Ouvidoria
Projeto mídias no DeACE - Araras	Suporte social	Araras	Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis - Araras - CCA

Os projetos abaixo relacionados são projetos que foram reofertados no ano de 2023, não havendo alterações em sua propostas ou estruturas, conforme pode ser observado na proposta encaminhada via edital de 2023, onde cada pessoa coordenadora que reofertava projeto, preenchia um formulário colocando “não houveram alterações quanto ao projeto original”. São eles:

- Pipocando
- Espaço seguro - teu corpo, tua morada - vivências corporais a partir das atividades afrorreferenciadas e diaspóricas

- Yoga online, Oficina de criação literária
- Projeto esperançar - rodas de conversa e atuação em rede no território de Lagoa do Sino e
- Voleibol e saúde - vivências ontológica

Abaixo seguem as descrições dos projetos apresentados no Edital Seleção PIAPE/ProACE nº 01/2022 (2022-2023) que dispõe sobre a reabertura do processo seletivo para habilitação de Projetos no âmbito do PIAPE, focados na realização de atividades de acolhimento, apoio e suporte a estudantes em função de necessidades biopsicossociais surgidas ou ampliadas pela pandemia da Covid-19 e em consonância com o Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UFSCar. Vale ressaltar que os conteúdos foram retirados das propostas enviadas, os verbos estão conjugados no presente e/ou futuro do indicativo, uma vez que os projetos ainda seriam implementados. .

Acompanhamento de estudantes universitários com quadros psicopatológicos graves em sofrimento psíquico relacionado ao contexto acadêmico

Em 2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Apesar do importante marco histórico, esse programa, criado via decreto, possuía algumas fragilidades: tomava como objeto da Assistência Estudantil apenas alunos de graduação de Universidades e Institutos Federais, deixando, assim, desassistidos alunos de outras instituições e, mesmo, pós-graduandos de instituições federais. Mesmo assim, o estabelecimento de eixos mínimos para a atuação em Assistência Estudantil serviu para alguma uniformização para esta política, no âmbito federal. Foram estabelecidos os seguintes eixos: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Embora a literatura aponte a alta prevalência de quadros neuróticos entre os estudantes universitários, a prática dos serviços tem apontado para importante prevalência de quadros de autismo e psicose, previstos no eixo X, de estudantes

diagnosticados com transtornos globais do desenvolvimento. Os quadros psicopatológicos graves, como autismos e psicoses, necessitam de técnicas de cuidado específicas, especialmente, no que diz respeito à linguagem. Nesse sentido, a psicoterapia tradicional, pela fala, não os beneficia, sendo necessário acompanhamento voltado para tais especificidades. Desta forma, o projeto visa o acompanhamento de estudantes universitários com quadros psicopatológicos graves, com sofrimento relacionado ao cotidiano universitário. A proposta traz também o mapeamento dos estudantes de graduação e pós-graduação com quadros psicopatológicos graves; acompanhamento terapêutico, reuniões de orientação e atividades com equipe de trabalho.

Horta comunitária na Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS) - sustentabilidade e saúde mental

No atual contexto pós-pandêmico, houve um aumento na quantidade de relatos de adoecimento mental e físico por parte de alunos e servidores. Em especial, alunos de graduação em situação vulnerável enfrentam problemas que por muitas vezes os estimulam a abandonar suas expectativas em relação à Universidade e ao Ensino Superior. Por demasiadas vezes esses estudantes sentem-se destacados nas atividades cotidianas da Universidade, vivenciando momentos de isolamento no meio acadêmico. Visando minimizar o sofrimento dessas pessoas, e os integrar a comunidade acadêmica, o projeto propõe desenvolver atividades próximas à natureza aproximando esses estudantes da comunidade e construindo o sentimento de pertencimento à Universidade. A construção de uma horta comunitária tem a capacidade de socialização dos integrantes além de atuar como disparador inicial e eixo de conformação de diálogos entre a equipe do projeto, estudantes e servidores. Dessa forma, é possível o compartilhamento de conhecimentos técnicos entre os integrantes do projeto e a integração com a comunidade, indo muito além de um exercício de cultivo de plantas, sendo um espaço para cuidados físicos e mentais para a comunidade ufscariana.

Comunica SIBI - potencializando as mídias sociais do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar

Este projeto tem por objetivo criar procedimentos e estabelecer uma rotina de atualização e criação de conteúdo nos canais de comunicação do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) como o site, mídias sociais e outros canais que possam ser criados no decorrer do projeto. O trabalho visa proporcionar ao estudante o envolvimento com questões institucionais, uma vez que vai trabalhar diretamente com os meios de comunicação oficiais do SIBi e ter contato com conteúdo de interesse da comunidade acadêmica da UFSCar, principalmente de diversos recursos e ferramentas informacionais dos quais o SIBi é responsável pela gestão. As atividades serão executadas conforme cronograma previamente definido com acompanhamento mensal pela coordenadora do projeto. Nos meses iniciais, foi proposto uma revisão minuciosa do conteúdo do site para que os conteúdos criados fossem alimentados nele.

Produção de mudas de espécies nativas e/ou de uso medicinal em estufas da UFSCar - Campus Araras

O Centro de Ciências Agrárias apresenta muitas estufas de plantas, cada uma delas com diferentes projetos de pesquisa, ensino e extensão em andamento. No entanto, uma das estufas do bloco B tem potencial para abrigar a produção em larga escala de mudas de espécies vegetais, uma vez que desde o início da pandemia passou a ser subutilizada (segundo a Profa. Dra. Roberta Nocelli, responsável pela estufa em questão e que apóia a ocupação deste espaço para as atividades que serão descritas a seguir). Assim, entende-se que esta estufa pode ser utilizada para a produção de mudas de espécies nativas vegetais e ou de uso medicinal. Assim o projeto em questão traz a proposta da criação de mudas, onde as mudas de espécies nativas seriam utilizadas em projetos de restauração ecológica tanto no próprio campus como em projetos no município de Araras e as plantas medicinais, as mudas produzidas deverão servir de matrizes para a replicação em outros locais do campus (como o espaço ao lado do DEACE), para o consumo local e até para a replicação em projetos em

parceria com outras instituições. Também foi pensado o uso de plantas medicinais junto aos agricultores familiares dos assentamentos rurais de Araras.

Reconstruindo a memória na UFSCar - um registro da história da gráfica, serralheria, marcenaria e restaurante universitário do Campus São Carlos

O projeto "Reconstruindo a memória na UFSCar – um registro da história da gráfica, serralheria, marcenaria e restaurante universitário do campus São Carlos" se configura como uma produção de uma série de documentários curtos a partir do depoimento dos servidores da UFSCar, ativos e inativos, que fizeram e fazem parte da construção da história da Universidade. A metodologia empregada envolve o uso de história oral por meio da gravação de entrevistas audiovisuais que ao final da atividade irão compor uma série de documentários que contam um pouco a história da instituição a fim de preservar a memória institucional. O trabalho com história oral proporcionará um espaço de fala e escuta integrando todos os participantes e fortalecendo os vínculos universitários para ambas as partes, estudante e servidor, sendo também uma forma de acolhimento e valorização destas pessoas.

São bonitas as canções - apreciação musical, escuta e subjetividades

A presente proposta tem o objetivo de construir espaços coletivos voltados para a apreciação musical, mas que se configuram também como momentos de diálogo e de escuta entre as e os participantes. Com esse objetivo, para cada encontro serão selecionadas canções que favoreçam a reflexão sobre identidades, diversidade, ancestralidade e sexualidades, e que possibilitem a discussão crítica sobre diferentes formas de violência e opressão, situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. Espera-se, portanto, utilizar o repertório nacional para mobilizar subjetividades e sensibilidades, e estimular diálogos que possam criar laços de solidariedade entre as pessoas participantes.

Quem entende essa voz sem as vozes que ele traz no interior? Propriocepção, autocuidado e expressão a partir de vivências vocais e corporais

O intuito deste projeto é mediar um processo de autoconhecimento do corpo e da voz por meio de vivências práticas corporais e vocais, estimulando os participantes a desenvolverem a capacidade de reconhecer desequilíbrios e buscar agir sobre eles e ao mesmo tempo ampliarem suas capacidades expressivas e comunicativas com o corpo e com a voz. Ao longo de 12 meses de desenvolvimento do projeto, pretende-se atender três grupos distintos de 12 pessoas, com encontros semanais de uma hora e quarenta, ao longo de 12 encontros. São previstos momentos de preparação e avaliação do trabalho realizado com cada grupo. Espera-se contribuir com o desenvolvimento perceptivo dos participantes em relação ao seu corpo e a sua voz, bem como auxiliá-los na inserção de momentos de autocuidado na sua rotina de modo a realizar suas atividades cotidianas com qualidade e saúde.

Qual limite?

A Lei de Cotas passou a abranger pessoas com deficiência somente em 2016, 11 anos depois da criação do programa Incluir (2005), que tinha como meta desenvolver políticas institucionais nos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES). O número de pessoas com deficiência que cursam o nível superior vem crescendo significativamente nos últimos anos. Uma das explicações para esse fenômeno está no crescimento da presença dessas pessoas nos níveis de ensino fundamental e médio, a partir da universalização da educação básica, o que faz com que um maior número delas passe a buscar a formação universitária. Promover a acessibilidade e a inclusão no contexto universitário não se resume apenas tornar viável a entrada de estudantes com deficiência na universidade. É necessário também adotar mecanismos que os auxiliem a permanecer e a desenvolver suas habilidades no ambiente acadêmico. A inclusão não é algo que dependa exclusivamente das condições do indivíduo, mas da interação entre as condições e políticas, práticas e atitudes não discriminatórias. Ter acesso ao ensino superior não significa que os estudantes com deficiências estejam ali incluídos. Não podemos continuar

fechando as portas para quem verdadeiramente tem competência para fazer o ensino superior, porque as IES não podem adaptar a sua infraestrutura ou porque seus profissionais não adaptaram seu trabalho e sua forma de ensinar para essas pessoas. A comunidade acadêmica precisa ter clareza que para que seu espaço propicie uma verdadeira igualdade de oportunidades, uma universidade realmente para todos, ainda há muito o que mudar: prédios, móveis, materiais didáticos, métodos de ensino, formas de avaliação, mas, sobretudo, o que precisa mudar primeiro é a forma de ver as pessoas. Sair dessa forma antiga, limitada e injusta de perceber a diversidade humana que nos tem levado a ver algumas pessoas como “especiais”, e conseqüentemente, como “inferior” a nós. Conhecer, reconhecer, conviver e aprender com a outra pessoa, esse é o propósito desse projeto. Através de encontros o projeto visa aproximar a comunidade acadêmica das pessoas estudantes com deficiência, trabalhando deficiência auditiva, deficiência visual, limites, deficiência intelectual, diversidade e tecnologia assertiva.

Rodas motivacionais associadas a aromaterapia e cromoterapia para promoção de saúde mental

A cromoterapia também é uma prática milenar, que utiliza as cores para estabelecer o equilíbrio do corpo, da mente e das emoções, auxiliando no tratamento das disfunções emocionais, além dos benefícios como ação calmante, analgésica, purificador, entre outros (BÜCKER, et al., 2010). As rodas de conversas podem ser uma atitude de caráter humanizado, que visa acolher e entender as pessoas que passam por frustrações e que se afligem com alterações emocionais e mentais, que acaba interferindo de forma negativa na vida dos que passam por esta situação. As rodas pretendem entender as dificuldades e os sabotadores que dificultam as realizações de atividades do dia a dia e que podem ser gatilhos para o desenvolvimento de agentes estressores e desestabilizadores emocionais. Dessa forma, a finalidade desta atividade é que sejam identificados esses fatores e seja possível elaborar uma forma de reduzi-los ou eliminá-los, fortalecendo os participantes para lidarem com as complexidades do cotidiano de estudos, trabalho e vida pessoal (FARIAS, 2019). Segundo e Farias (2019) ações que tenham o trabalhador como sujeito são

capazes de construir uma sociabilidade solidária, onde o espaço coletivo pode ser usado para expressar os interesses comuns, debater problemas e tomar decisões, sustentando a existência de uma prática transformadora baseada na reflexão e na capacidade de escuta. O intuito deste projeto é auxiliar na promoção da saúde mental dos estudantes de graduação da Ufscar campus Lagoa do Sino por meio de encontros motivacionais e orientações sobre a aplicação de recursos como a aromaterapia e cromoterapia para auxiliar na promoção da saúde mental.

Cultivando-nos - promoção da saúde, prevenção de violências e direitos sexuais e reprodutivos

O cenário da Universidade tem vivenciado diferentes desafios, o que tem impactado diretamente a vida de estudantes. Como, por exemplo, mudanças no cotidiano, nas relações sociais, o excesso de informações, as frustrações de expectativas e a situação de incerteza em relação ao futuro. Nesse contexto, torna-se importante a criação de espaços de escuta e diálogo que abordem temáticas no campo da promoção da saúde. A violência de múltiplas formas atravessa o direito e a vida de pessoas em situação de vulnerabilidade, o que exige o constante desenvolvimento de estratégias para o seu combate e prevenção. No âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos, a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994, trouxe para a pauta a garantia desses direitos enquanto direitos humanos, afirmando o compromisso dos países e enfatizando as ações voltadas para as populações vulnerabilizadas. O documento resultante da conferência afirmou que jovens em todo o mundo se encontram em situações de risco (UNFPA, 2017). As questões relacionadas à sexualidade estão conectadas ao contexto familiar, social e cultural. Na maior parte das vezes existe pouco espaço para a inclusão da temática da sexualidade em processos educativos e assistenciais, sendo apresentada predominantemente em uma perspectiva negativa. Os direitos sexuais pautam a sexualidade como um direito humano, engloba as relações gênero de forma equânime e inclusiva, o direito ao corpo e ao mais alto padrão de saúde livre de qualquer tipo de discriminação, coerção e violência (LEITE, 2009,2019). Nesse sentido, essa proposta visa a fortalecer ações e atuar

no desenvolvimento de estratégias para a prevenção de violências, na perspectiva da promoção da saúde, do autoconhecimento, autocuidado e autonomia. A atividade será desenvolvida na perspectiva da educação popular em saúde e da educação integral para a sexualidade. As ações serão alicerçadas no protagonismo e na valorização dos diferentes saberes. De forma abrangente com base no referencial da educação popular essa proposta tem como eixo a visão social de mundo a partir da solidariedade, da justiça, comprometidos com a construção de um projeto de sociedade democrático e participativo. O projeto terá como foco principal estudantes residentes da moradia estudantil do Campus São Carlos. Serão realizadas oficinas e rodas de conversas presenciais com a abordagem de diferentes temáticas como: "autoconhecimento, autocuidado e direito ao corpo"; "prevenção de violências"; "saúde sexual"; "diversidades". Outros temas serão incluídos conforme as demandas do grupo.

A preservação e disseminação da memória de coleções especiais pelo acervo de Luiz Carlos Prestes

O projeto "A preservação e disseminação da memória de coleções especiais pelo acervo de Luiz Carlos Prestes" se configura como um projeto de digitalização dos documentos que compõem o Fundo Prestes recebido pela UFSCar em 2018. Esse contato com o documento proporciona ao aluno adquirir conhecimento de conteúdo por meio desse material, aprendizagem da utilização de aparatos tecnológicos (scanner planetário e outros) e os cuidados de higienização e preservação que um acervo especial exige. Assim, dentro da área de intervenção indicada no edital PIAPE 01/2022 o presente projeto se insere no eixo "suporte social" já que promove a interação e convivência entre as pessoas da comunidade universitária tal como a criação de vínculos com a mesma.

Educação integral para a sexualidade - vamos conversar?

A Educação Integral para a Sexualidade é um processo educativo, que possui como ponto central abordar de forma ampla as questões que envolvem a sexualidade para além de uma abordagem do ponto de vista biológico. Nesse

sentido, essa perspectiva de abordagem educativa da sexualidade se torna uma ferramenta importante para a promoção de uma vivência saudável da sexualidade, que contemple as diversidades, o combate às violências e promova reflexões e transformações sobre as relações de gênero. Nas instituições de ensino, as relações interpessoais são um dos eixos prioritários, neste a aprendizagem e o trabalho são muitas vezes afetados por questões de convivência, que muitas vezes estão relacionadas às questões de sexualidade e gênero. Como por exemplo, a falta de compreensão sobre a diversidade sexual o que faz muitas vezes a Universidade ser um local de produção de violências. Nesse contexto, mitos, estigmas e práticas violentas podem ser combatidas através de processos educativos que promovam espaços para trocas entre diferentes pessoas.

A Arte como cura

Vivemos em março de 2020 um dos piores momentos de nossas vidas. Entramos em uma pandemia que nos obrigou, por medidas sanitárias e de preservação da vida, a nos isolar. Tivemos que nos adaptar a um novo normal e um dos campos mais afetados de toda a sociedade pela pandemia, com impactos diretos e indiretos, foi o setor da educação. Passamos mais de dois anos dentro do chamado ensino e trabalho remoto. Onde as telas dos computadores, notebooks ou celulares passaram a ser nossas e nossas companhias. O chamado mundo virtual tomou conta de nossas vidas e aprendemos a conviver e nos comunicar por meio de “telinhas”. Voltamos, mas todas e todos trazem na bagagem histórias tristes desse período, famílias machucadas ou desestruturadas, poder aquisitivo diferente do que era e uma grande dificuldade de sair daquilo que no começo da pandemia chamamos de “novo normal”. Voltar a ocupar os espaços da universidade não tem sido tarefa fácil. Alunas e alunos que entraram no ensino superior a partir de 2020 tiveram que encarar o primeiro contato presencial com o ambiente universitário. Calouras e calouros em 2020 ou 2021, um batalhão de estudantes universitários fez deste ano sua estreia na vida acadêmica, desta vez nos ambientes dos campus, que muitas e muitos nem sequer chegaram a conhecer. Veteranas e veteranos perderam seu contato, muitas e muitas concluíram seus cursos

durante a pandemia. Criar espaços para esses encontros descompromissados, onde as pessoas possam se reencontrar, encontrar, se reconhecer, se enxergar como parte da universidade e principal combustível para seu funcionamento vem a ser um desejo porque não é usado desse projeto. Ver a arte como uma forma de expressão, criatividade e representação de vida.

Do sarau à parte - a arte participativa, intervenção, produção de conhecimento e transformação social

Este projeto tem sua origem na iniciativa de alcance fundamental empreendida pelos estudantes que participam desta proposta e que se denomina Sarau à parte. O Sarau foi pensado e criado no contexto dos cortes de verbas sofridos pela UFSCar no início do semestre de 2022/1, presencial. Em uma discussão feita na assembleia, organizada pelo DCE e, juntamente com alguns movimentos estudantis no início daquele semestre letivo, reivindicamos a importância da cultura para a sensibilização e melhor engajamento dos estudantes, não apenas para lutarem pela defesa da permanência estudantil, mas também para que a Universidade continuasse viva, aberta e mais inclusiva. O Sarau traz a linguagem periférica como um dos seus principais fundamentos de luta, diversidade e possibilidade de temas. A esta iniciativa já em curso, acrescenta-se a preocupação em estabelecer reflexões aprofundadas quanto ao papel da arte participativa de um modo geral como forma de intervenção, produção de conhecimento e transformação social. Para além das inquestionáveis contribuições no âmbito do ambiente da UFSCar, pretende-se, por meio da parceria entre os estudantes proponentes e a coordenadora, empreender esforços em direção à pesquisa acadêmica, formação de pesquisadores e divulgação científica e cultural dos resultados. Desse modo este projeto terá um forte apelo extensionista, assegurado pelo Sarau, conforme cronograma a seguir, ao mesmo tempo que tem o diferencial de colocar-se em sua vocação à pesquisa na área em que se insere, fazendo avançar a fronteira do conhecimento neste campo específico.

Unidade de atendimento à criança e diversidade étnico racial

O projeto intitulado “Unidade de Atendimento à Criança e diversidade étnico-racial” se apresenta como proposta de continuidade de ações desenvolvidas no ano de 2022 de formação continuada e difusão da discussão sobre diversidade étnico-racial na educação infantil, em especial na CAU/UFSCar. Para este ano de 2023 planejamos eixos de atuação bem como ações mais permanentes sobre o tema na Unidade. O projeto proposto se coaduna com os objetivos do Programa PIAPE ao oportunizar a participação de estudantes de graduação em projeto de formação continuada com toda a comunidade UAC nas temáticas da diversidade étnico-racial, gênero, classe social e sexualidade, temáticas também centrais para o Programa PIAPE que pode também oportunizar participação futura da pessoa bolsista contemplada em atividades de pesquisa.

Organização e digitalização de fotografias do acervo UMMA - preservando a memória da UFSCar

O projeto “Organização e digitalização de fotografias do acervo da UMMA - preservando a memória da UFSCar” se configura como um projeto de organização e digitalização das fotografias que compõem o acervo da UMMA que por sua vez tem como missão a preservação e a salvaguarda da memória institucional. Esse contato com as fotografias proporciona ao aluno adquirir conhecimento sobre a história da UFSCar, a trajetória das pessoas que passaram pela UFSCar e ajudaram a construí-la, aprendizagem da utilização de aparatos tecnológicos (scanner planetário e outros possíveis suportes de digitalização) e os cuidados de higienização e preservação que um acervo como esse exige. Assim, dentro da área de intervenção indicada no edital PIAPE 01/2022 o presente projeto se insere no eixo “suporte social” já que promove a interação e convivência entre as pessoas da comunidade universitária tal como a criação de vínculos com a mesma.

Recursos informacionais do sistema integrado de bibliotecas da UFSCar

Na denominada sociedade da informação, é cada vez mais comum que a busca informacional seja realizada de maneira rápida, nas fontes disponíveis de maneira mais fácil, sem que haja a devida reflexão e avaliação sobre a qualidade da informação e confiabilidade das fontes pesquisadas. Esse acesso sem reflexão leva a diversos fenômenos hoje tão criticados, mas extremamente presentes, como é o caso da divulgação de fake news, da desinformação - que é quando uma informação falsa é divulgada de maneira errada propositalmente, com o objetivo de prejudicar -, ou ainda, má informação, que é uma informação correta divulgada fora do contexto, também visando prejudicar o interlocutor (FROEHLICH, 2017). A partir de questionários enviados à comunidade da UFSCar verificou-se que importantes ferramentas disponibilizadas pelas Bibliotecas da UFSCar ainda são pouco conhecidas por seus usuários e potenciais usuários. Considerando o compromisso do Instituto de Cultura Científica (ICC) com a divulgação da informação em ciência de maneira confiável, a fim de promover o acesso à informação de maneira justa e igualitária, pensou-se na parceria entre o ICC e o SIBi para a divulgação dos recursos informacionais, conteúdos já existentes e serviços disponíveis nas Bibliotecas da UFSCar - de maneira mais específica, a BV Pearson, Normas da ABNT, Portal de Periódicos da CAPES e seu conteúdo, Catálogo Pergamum, Repositório Institucional e treinamentos na elaboração do Currículo Lattes e ORCID e também demais recursos digitais de interesse acadêmico.

Educação preventiva para a qualidade de vida dos universitários em São Carlos - SP

O ambiente universitário pode ser um fator potencial no desenvolvimento de problemas de saúde advindos do estresse acadêmico. A partir disso, o objetivo dessa pesquisa é realizar a promoção em saúde dessas pessoas, por meio de estratégias educativas sobre os temas: alimentação saudável, exercícios físicos, lazer na cidade de São Carlos, orientações quanto a rede de saúde na cidade, dentre outros. Dessa forma, também a partir de relatos dos próprios estudantes sobre a realidade que enfrentam, o projeto visa contribuir como uma

melhor compreensão sobre a prevalência de estresse no ambiente universitário, o que subsidia planejamento de estratégias de intervenção voltadas para este público.

Contemplando horizontes - saberes ancestrais, meditação e arte para o cultivo do bem viver e da cultura da paz

A partir da nossa necessidade comum de acolhimento e cuidado, o projeto Contemplando Horizontes visa criar um espaço e tempo de encontro e sociabilidade para o cultivo de diálogos apreciativos, possíveis de serem realizados a partir de vivências e práticas contemplativas/meditativas. Ao longo dos encontros serão realizadas práticas de atenção/consciência que fazem uso do silêncio como forma de acessarmos nosso mundo interno, reconhecermos nossos estados físicos, mentais e emocionais para uma maior integração entre corpo e mente e conseqüentemente maior equilíbrio mental e consciência das experiências na relações no/com o mundo. Como professor do Departamento de Artes e Comunicação com pesquisas ligadas a produção de presença e bem viver e como praticante de meditação budista, Yoga e Lian Gong, as práticas dentro do projeto darão vazão a processos expressivos e reflexivos acerca de temas sensíveis e fundamentais comuns à vida comunitária contemporânea, seja dentro ou fora da universidade.

Divulga UMMA - disseminando as redes sociais da UMMA

O projeto "Divulga UMMA: disseminando as redes sociais da UMMA" se configura como uma forma de potencializar o site da Unidade com conteúdo digital das atividades realizadas pelo setor e os serviços oferecidos à toda comunidade, além da disseminação desses conteúdos nas redes sociais. O trabalho com mídias digitais proporciona um espaço de disseminação, fala e escuta integrando a comunidade e fortalecendo os vínculos universitários para ambas as partes, estudantes, servidores e comunidade. O projeto é uma oportunidade de promoção das atividades da unidade e de interação entre gerações, ou seja; entre os estudantes, os servidores da UFSCar e também a comunidade externa. A atualização constante do site da UMMA e de suas redes

sociais cria oportunidade para que a nova geração de estudantes e toda a comunidade possam conhecer a UFSCar a partir de sua memória institucional, e assim, colaborar para a produção de um material sobre o legado histórico da UFSCar que, por sua vez, potencializa a construção da sua identidade institucional. O projeto também atende a prerrogativa associada à saúde mental visto que promove um espaço de fala por parte dos alunos por meio das redes sociais propiciando um acolhimento a esses alunos. Outro ponto importante é o uso do site e dessas redes para divulgar vagas de estágio da unidade para alunos de diversas áreas.

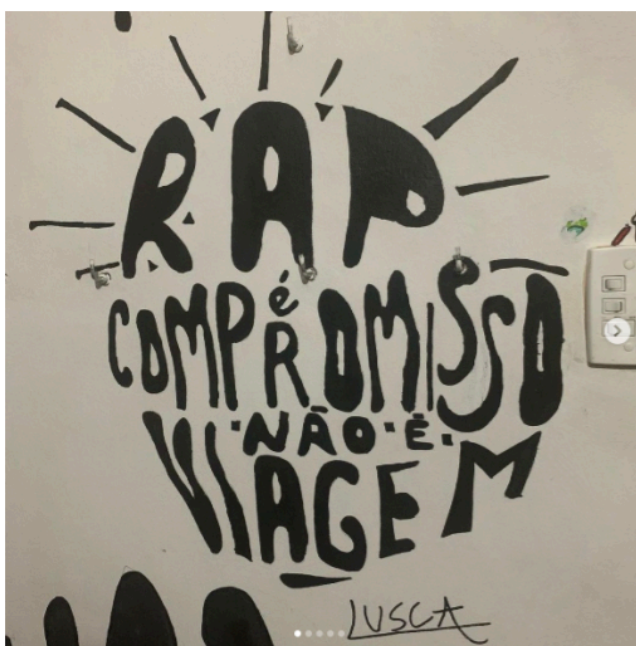
Projeto Mídias em Ouvidoria

Vamos falar da importância das boas práticas de comunicação dos profissionais da Ouvidoria da UFSCar, nas redes sociais e da importância ética do profissional, enfatizando também a necessidade de conteúdo relevante, atraente e claro, que promova engajamento e disseminação de informações corretas para os usuários das redes sociais da universidade. A maioria do público universitário possui conta ativa em redes sociais, com utilização média de mais de três horas por dia (tempo maior que a média mundial). Conforme relatório apresentado, a Ouvidoria mantém um grande número de atendimentos por email, aproximadamente 1316 realizados em 2022. O projeto tem como objetivo produzir o conteúdo digital em orientações de qualidade e baseado em evidências científicas atualizadas. O conteúdo é produzido por estudantes universitários utilizando linguagem acessível e com a curadoria dos profissionais da Ouvidoria.

Projeto Mídias no DeACE - Araras

Vamos falar da importância das boas práticas de comunicação dos profissionais do Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis do Campus da cidade de Araras-SP, nas redes sociais e da importância do posicionamento ético do profissional de saúde, enfatizando também a necessidade de conteúdo relevante, atraente e claro, que promova engajamento e disseminação de informações corretas para os usuários das redes sociais da

universidade. A maioria do público universitário possui conta ativa em redes sociais, com utilização média de mais de três horas por dia (tempo maior que a média mundial). Uma pesquisa nacional revelou que metade dos brasileiros já adotou algum hábito de saúde com base em informações da internet, que não vieram de canais oficiais institucionais. Isso evoca a responsabilidade social do departamento na busca de formas mais ativas de interferir nessa realidade. O projeto Mídias em Saúde tem como objetivo produzir o conteúdo digital em saúde de qualidade e baseado em evidências científicas atualizadas. O conteúdo é produzido por estudantes universitários utilizando linguagem acessível e com a curadoria dos profissionais de saúde do DeACE-Ar.



CAPÍTULO 8
POR DENTRO DOS PIAPES

8.1. Tecendo presença, cuidado e pertencimento, uma análise

As linhas que se seguem têm por objetivo realizar a apresentação da análise dos projetos encaminhados para o Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência no recorte temporal de 2019 (início do programa) até 2023. Importante destacar que neste intervalo de tempo, os projetos viveram realidades bem significativas tanto para a forma como suas atividades deveriam acontecer.

Em 2019, início do Programa não se pensava numa pandemia, isolamento social e restrições; em 2020 o edital é lançado no início de uma pandemia e isolamento social; em 2021 essa configuração do edital continua, sendo os projetos lançados ainda pensados em um tempo de pandemia, com restrições de contato e convívio; em 2022, com o fim do isolamento e o retorno das atividades presenciais, os projetos experienciam a volta a uma realidade presencial e 2023, já presencial, a dificuldade dos encontros coletivos.

Neste sentido iniciamos uma leitura geral dos relatórios de conclusão dos projetos apresentados, nos relatórios das coordenações de projetos e relatórios das e dos bolsistas que acompanharam os projetos, buscando com a leitura responder as perguntas norteadoras desta tese e apresentadas anteriormente no tópico 6.1:

- 1) **Comportamento dos projetos no contexto temporal pré pandemia, pandemia e pós pandemia**, identificando como foi o início do Programa e de que forma se ajustaram para lidar com os desafios impostos pela pandemia, como restrição de mobilidade, necessidade de distanciamento social e aumento da vulnerabilidade econômica, bem como quais mudanças ocorreram nas formas de oferecimento das ações, especialmente no que se refere à utilização de tecnologias e à migração para formatos remotos, assim como foi esse retorno para o pós pandemia, com as atividades voltando para o formato presencial.

- 2) **Linhas de pesquisa e modelos de intervenção**, identificando as linhas de pesquisa que mais foram propostos projetos neste recorte temporal e se estas propostas dialogam com as realidades temporais;
- 3) **Qualidade e impacto das ações**, identificando a qualidade das ações desenvolvidas expressas nos relatórios, os pontos positivos e negativos apresentados, as sugestões e críticas visando propor melhorias, assim como destaque a relatos que contribuam para pensar na finalidade do Programa.

8.1.1. Comportamento dos projetos no contexto temporal pré pandemia, pandemia e pós pandemia

Em 2019 quando foi lançado o primeiro edital do PIAPE, o foco eram ações voltados a variedade das demandas estudantis e a complexidade do viver a Universidade e a abrangência dos projetos tinha como público alvo discentes que, preferencialmente, fizessem parte do Programa de Assistência Estudantil, o mesmo acontecendo em 2020. Em 2021 o edital do Programa sofre uma alteração significativa, as e os pessoas bolsistas selecionadas deveriam ser bolsistas do PAE, conversando com os objetivos do PNAES e intervindo nas demandas de um público que se encontra vulnerável aos processos de exclusão, colocando-as como agente também anos posteriores, 2022 e 2023.

Realizando uma leitura dos projetos e seus relatórios, é possível observar que em 2019 os projetos vinham com propostas que dialogam com a linha de suporte social, num sentido de inserir as e os discentes aos espaços acadêmicos, apresentar a universidade e unidades, muitos voltados para calouras e calouros ou buscando a interação de calouras e calouros com veteranas e veteranos.

Também observado, os projetos ofertados em 2019 na linha de suporte à saúde mental, embora pensados em ações coletivas, atividades grupais, estes espaços passaram a sinalizar a necessidade de atendimentos individualizados e escutas mais intimistas.

Em 2020 com a pandemia, distanciamento social e atividades remotas é importante destacar que o público alvo dos projetos eram discentes assistidos

pelo PAE e que muitos destes vêm de vulnerabilidades socioeconômicas. Com a pandemia, o maior problema se concentrou nas dificuldades de conexão, de suporte tecnológico, dificuldade de encontrarem espaços seguros durante os encontros, pois muitas e muitos haviam voltado para a casa de suas famílias, dificuldade em encontrar horários comuns.

Os projetos foram buscando se adaptar a esta realidade virtual, buscando plataformas que melhor atendessem as propostas e que pudessem manter um número maior de pessoas conectadas.

Um outro problema encontrado, citado por duas coordenações de projeto foi o hackeamento em reunião. Ao se adaptar ao formato remoto e buscar participação de um número maior de pessoas, alguns projetos disponibilizaram os links de encontros em páginas virtuais ou grupos de whatsapp, levando a invasões de salas em algumas atividades, invasões onde a pessoa invasora se sentiu na liberdade de apresentar a própria tela com conteúdos impróprios, poluição sonora e escrita.

Outra constante pontuada pelos projetos foi a baixa adesão somada a pouca interação das e dos participantes, que em sua maioria participavam não abrindo as imagens, mantendo as “janelas fechadas”. O que foi visto como um ponto negativo para a grande maioria dos projetos, para outro tornou-se sua potência: *“o esvaziamento possibilitou um intenso cuidado coletivo às demandas individuais trazidas para o grupo daqueles e daquelas que permaneceram”*.

Por outro lado, projetos que se adaptaram ao virtual produzindo conteúdos disponibilizados em páginas tiveram um número significativo de acessos, conforme relatam as coordenações, principalmente projetos que tinham como foco saúde mental e enfrentamento da pandemia.

Um ponto positivo apontado por mais de uma coordenação foi que este formato remoto pode fazer com que os projetos conversassem entre os Campis da UFSCar. Um projeto pensado para o Campus de Araras, por exemplo, como o da Yoga online, pode ter participantes de São Carlos, Sorocaba e Lagoa do Sino.

Ofertar apoio a jovens universitárias e universitários, com vistas ao fomento de redes de suporte social e solidariedade entre as pessoas, passou a ser o foco da maior parte dos projetos encaminhados, assim como projetos que se encaixavam na linha de cuidados com a saúde mental.

Em 2021 com todas as atividades acadêmicas na forma virtual, o que passou a ser observado pelas coordenações dos projetos foi uma grande sobrecarga de atividades neste formato, um esgotamento na relação mediada pelas telas e tecnologias, cansaço. Isto refletiu num número maior de projetos voltados aos cuidados com a saúde mental.

Em 2022 a sobrecarga e a adaptação ao retorno presencial favoreceu a um número muito baixo de projetos ofertados e a dificuldade de aderência e envolvimento de pessoas aos poucos projetos ofertados.

A volta a rotina e as atividades presenciais geraram um grande empecilho no sentido de que estávamos saindo de um momento de um contexto muito difícil, e isto também refletiu dentro da Universidade. O afastamento das pessoas, o não pertencimento aos espaços e o medo da volta refletiram numa comunidade que se apresentava resistente a atividades coletivas.

Em 2023 um novo movimento foi sentido e colocado em alguns relatórios de coordenação e de bolsistas. Com o retorno total ao presencial e com as consequências de uma pandemia que trouxe instabilidade nos aspectos de saúde física, mental e financeira, muitas idéias de projetos surgiram não da coordenação e sim de discentes que procuraram docentes ou técnicas administrativas que acreditaram na proposta, ajudaram aprimorar e se disponibilizaram em ajudar na coordenação. Um aumento também de projetos com coordenações de servidoras técnicas administrativas se fez expressivo, mostrando que o Programa passa não só atingir bolsistas e discentes com suas ações, mas que se apresenta como um território de pesquisa e extensão para esta categoria de servidores.

Outro movimento de 2023 foi que, apesar das atividades presenciais estarem com força total, pela comodidade dos participantes e pelo fato do uso do Google Meet ser utilizado em muitas reuniões e Conselhos, dispensando o deslocamento por parte das e dos participantes, alguns projetos continuaram acontecendo com metodologia de encontro virtuais.

Projetos com encontros presenciais pontuaram a grande dificuldade de engajar pessoas para participar, o que fez com que os projetos fossem experimentando estratégias diferentes, como realizar encontros em locais diferentes em cada encontro, realizar encontros em horários diferentes não seguindo um padrão de dia/horário, realizar encontro propostos para grupos

focais alternados (discentes mães/pais, discentes indígenas, discentes internacionais, discentes da pós graduação, discentes pcds, discentes de um curso específico).

Cabe aqui um destaque feito por uma coordenação de projeto:

Atividades ofertadas pelo projeto geraram um maior engajamento de pessoas de uma faixa etária maior e principalmente de mulheres que, a partir de experiências obtidas ao longo da vida, procuram espaços em que possam realizar práticas ligadas ao autocuidado, equilíbrio emocional e práticas corporais associadas a um ambiente de trocas e reflexões acerca de suas experiências e questões cotidianas (Eduardo, Coordenação).

Algumas alterações no edital foram verificadas ao longo dos anos, tentando desta forma se adaptar às mudanças que a pandemia acabou impondo e aos relatórios das coordenações e bolsistas, como o público alvo que passou ser todas e todos discentes, e não apenas as e os bolsistas do PAE; o controle de frequência que passou a ser através de entrega de tarefa, sendo acordo entre coordenação e bolsista, não necessitando que a Coordenação Geral do Piape necessitasse deste controle, passando adotar um modelo similar com o que acontece com outros projetos como de Extensão, Iniciação Científica e Monitoria; as bolsas para acompanhamento do projeto destinadas à bolsistas PAE, o tempo de duração dos projetos e o fluxo contínuo para apresentação de projetos, não ficando preso a uma data e sim a necessidade.

Também inclui na sua escrita o reflexo do momento, enfatizando que as relações entre as pessoas e o mensão são históricas e culturais e precisam ser preservadas e potencializadas, envolvendo espaço temporal que inclui passado, presente e futuro, onde as pessoas precisam estar envolvidas em não só fazer e contar suas histórias, mas também modificá-las:

A atual contemporaneidade, marcada por um retorno de isolamento social por conta de uma pandemia e por movimentos que propagam discursos de ódio e de desqualificação da ciência, impõe às universidades um papel fundamental, não apenas para contrapor tais posições sectárias, mas para reafirmar um processo de construção de sociedade que seja cada vez mais justa, democrática e construída em pilares de equidade. Nesta tarefa, torna-se fundamental (re)organizar as relações sociais e institucionais, com o intuito de mostrar caminhos para a construção de um outro mundo possível. (Edital PIAPE 2023).

O sonho de uma realidade melhor se torna uma necessidade e isto não pode ser uma ação alcançada de forma isolada, mas sim pela mobilização

coletiva, da conscientização das estruturas de opressão e da luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Este convite para a mobilização foi incorporada no Edital 2023, resultado também deste trajeto pandemia e pós pandemia:

O retorno das atividades presenciais em um contexto pós pandemia ocasionada pela Covid-19, trouxeram inúmeros desafios que impactam a vida e a rotina das pessoas, famílias e instituições, atingindo várias esferas da vida social, política e econômica da atual contemporaneidade. O medo de adoecer/morrer, ansiedade com o futuro profissional, prejuízos nas finanças das famílias que proporcionam dificuldades econômicas, adaptação ao retorno das atividades presenciais, fragilização das redes de suporte social, estresse proporcionado pelo contato mais íntimo e duradouro intrafamiliar ou entre colegas de república/moradia, entre outros, fazem parte do novo contexto de vidas das pessoas estudantes, tendo maior impacto especialmente sobre aquelas pessoas que antes da pandemia já possuíam vulnerabilidades diversas. Alinhados a tudo isso temos ainda uma correlação direta entre o sofrimento psíquico produzido no/pelo contexto acadêmico e a produção/reprodução de violências neste contexto, como a reprodução da cultura do racismo, do machismo/heterocispatriarcado, etarismo, cultura de violências institucionais e outras formas de violências. (Edital PIAPE 2023).

O PIAPE neste percurso temporal se apresentou com a proposta de contribuir para a permanência estudantil, por meio de estratégias coletivas e acolhimento, principalmente para calouras e calouros, promover espaços de cuidado e pertencimento relacionados às questões de gênero e demandas étnicas raciais na universidade pública. Com o enfrentamento de uma pandemia e o retorno ao presencial passou também a construir coletivamente estratégias de enfrentamento aos desafios atuais relacionados ao cotidiano acadêmico, medos, angústias, luto, isolamento, pertencimento e prazer por estar juntas e juntos.

8.1.2. Linhas de pesquisa e modelos de intervenção

Entre os anos de 2019 a 2023 o edital sofreu algumas pequenas alterações, sendo a mais significativa referente à categoria de bolsistas, e o fluxo de bolsista, como pontuada no tópico anterior.

Quanto às linhas de pesquisa em todas as suas edições os projetos deveriam estruturar ações em qualidade de vida e permanência estudantil, com

foco em atividades nas áreas de saúde física, saúde mental e suporte social, podendo ser na forma isolada em cada área, complementar ou transversal.

A tabela abaixo é uma fotografia dos projetos encaminhados ao longo destes anos analisados, de acordo com as áreas propostas por suas coordenações.

Tabela 7 - Áreas dos projetos PIAPES 2019-2023

	Suporte social	Suporte físico	Suporte mental
Ano 2019	15	04	06
Ano 2020	12	08	12
Ano 2021	09	03	11
Ano 2022	04	04	01
Ano 2023	22	07	10

É possível verificar que as linhas de oferta dos projetos conversam com o recorte temporal do Programa, como explicado no tópico anterior. Onde é possível observar que o Programa se inicia, em 2019, com um número maior de projetos voltados a atividades culturais e processos educativos, alguns com cunho acadêmico.

Com a pandemia, nos anos de 2020 e 2021, os projetos tentam buscar devolver às pessoas o que a pandemia tirou como espaços de troca de vivência e atividades físicas. Os momentos de aprendizado pela situação limite de doença e morte configuram a consciência e o cuidado de se ter um corpo, o que foi refletido nos projetos apresentados voltados para o cuidado de si e das outras pessoas, buscando experiências de viver bem, a aprendizagem pela arte da cura e cuidado. Outro ponto de destaque foi o alinhamento dos projetos interligando educação com saúde.

Em 2022 com o retorno ao presencial ficou evidente que era preciso superar a presença física em detrimento de uma virtual e o quanto o isolamento e o distanciamento causou insegurança entre as pessoas, refletindo no retorno presencial bastante atribulado mediando o contexto imposto com novos comportamento e práticas resistentes ao coletivo e a presencialidade e como consequência um número muito pequeno de projetos foram apresentados.

Em 2023 um acréscimo no número de projetos voltados para o suporte social, com a preocupação em promover espaços que resgatem o “estar”, espaços de voz, favorecendo ao protagonismo das e dos discentes, fomentar espaços seguros de enfrentamento às discriminações e violência, que possam influenciar na sua permanência na instituição e no pleno exercício da cidadania. Opressão, discriminação, desapropriação cultural e o preconceito, geradores de violações de direitos e liberdades fundamentais, estão presentes nos projetos que buscam priorizar o combate às condições que influem no padrão de exclusão.

8.1.3. Qualidade e impacto das ações

Poder fomentar ações que conversem ou promovam uma política de assistência que seja conscientizadora, desencadeando na universidade pública a participação democrática e a solidariedade, caracterizando-a como libertadora, como tanto esperançou Paulo Freire, é também a função do PIAPE.

Neste sentido os relatórios de coordenação se apresentam como um rico material e materializam as ações desenvolvidas, como apresentado em forma de quadro abaixo com recortes com falas sobre a percepção do projeto e o feedback de usuárias e pessoas usuárias atingidas com as ações propostas.

Quadro 13 - PIAPE pelas Coordenações

"As e os participantes relatam que passar por um espaço de acolhimento mediado pela arte possibilitou a abertura de espaços e brechas para a expressão genuína de alta de cada pessoa, parte do processo de acolhimento foi estar em um grupo e através da grupalidade exercer o cuidado de si e do outro. O estar em grupo coloca a pluralidade da comunidade, podendo aprender sobre diversidade e inclusão, ao ouvirem vozes com as quais não tinham contato antes".

"Os benefícios para a saúde mental, o sentimento de estar apoiado e sendo uma pessoa ouvida com respeito e acolhimento apontaram a importância de estarem em grupo aprendendo com diferentes vivências, o que diminuiu o sentimento de solidão e minimizou a angústia frente às incertezas sobre o futuro acadêmico"

"Reuniu pessoas com distintos perfis, interesses, histórias, modos de vida, e

<p><i>oriundas de diversos cursos e cidades, na perspectiva de favorecer o aprendizado de uma convivência democrática pautada no debate, na negociação e no diálogo”</i></p>
<p><i>“Importante fomento de experiência da vida pública e coletiva. Nesta direção destaca-se a participação de uma estudante indígena que se apresentou no início como alguém tímida. Aos poucos foi construindo seu espaço no grupo e aos poucos favorecendo discussões de questões como raça/etnia, preconceito, pertencimento, favorecendo também a criação de espaços para a visibilidade daquela estudante e seus pares a partir de outros referenciais.</i></p>
<p><i>“Tivemos grandes alegrias, confortos, lágrimas e um lugar de fala que se era escutada. O projeto perpassou muita gente e foi eficiente em momentos críticos e precários do ano letivo”.</i></p>
<p><i>“Com a produção dos documentários e entrevistas percebeu-se que os servidores mais antigos da Universidade, como caso a gráfica, serralheria, marcenaria e RU sentiram-se valorizados e agradecidos por terem tido a oportunidade de resgatarem memórias e trajetórias de cada um deles na Universidade”.</i></p>
<p><i>“A representatividade veio composta pelo axé de sua realidade e pelos ancestrais que cada um celebrou durante a edição do projeto, a empatia em prontidão, a sororidade em cada sorriso, lágrimas, acertos, erros, dificuldades e a diferença em conviver para tornar a universidade um lugar melhor para nós para os que virão o que já estão”.</i></p>
<p><i>“Algo que chamou atenção foi o fato das pessoas participantes serem, em mais de 90%, de curso de exatas e verbalizar com surpresa, em algumas ocasiões, sobre desconhecem estratégias de autocuidado tidas por eles e elas como muito simples, porém importantes”.</i></p>
<p><i>“O projeto foi mais um resgate de pessoas do que uma proposta de ação coletiva. Ele apareceu para criar vínculo com uma pessoa estudante que passava por sérios problemas de saúde mental e aceitação nos espaços. Desta forma a proposta pode pensar em uma atividade que potencializasse o que a pessoa estudante gostava de fazer, tinha propriedade e talento, fazendo através de suas ações que ela passasse não só a ser aceito no meio, mas também aquela que convidava as pessoas a participar do meio”.</i></p>

Alguns pontos também foram extraídos dos relatórios e que podem servir de balizamento para futuros editais ou para colaborar com políticas públicas no

campo da assistência e permanência estudantil no marco da Política Nacional de Assistência Estudantil recém aprovada.

Como pontos positivos temos:

- Certificação para coordenação e bolsistas;
- Visão ampla da comunidade acadêmica;
- Construção de estudantes para estudantes;
- Importância do pagamento de bolsa assistencial;
- Possibilidade de apresentação do projeto em Congresso;
- Ações de pertencimento ao território;
- Espaço de diversão;
- Ações pensadas para a Moradia Estudantil;
- Aumento de projetos ofertados por servidoras técnicas administrativas;
- Alguns projetos tiveram como produto ebooks;
- Alguns projetos se materializaram com mecanismos de combate a violência e suporte à saúde mental, sendo indicado em vários momentos por várias unidades.

Como pontos negativos destacamos:

- Falta de constância das pessoas nos encontros
- Falta de um espaço institucional para divulgação dos encontros;
- Pouca duração dos projetos;
- Falta de recursos financeiros para ações nos projetos;
- Projetos com muita semelhança de bolsa atividade;
- Troca constante de bolsista por conta do baixo valor da bolsa;
- Conflitos em algumas atividades presenciais;
- Nem todos projetos apresentaram relatórios.

Acolhimento, cuidado, vivências, representatividade, alegria, escuta, valorização, combate a violências... recortes das falas acima que destacam que o Programa pode contribuir para fomentar uma política de assistência que transita em todas as áreas dos direitos humanos e cuidado, reconhecendo e indo ao encontro da variedade das demandas estudantis e a complexidade do ser humano, o qual deve ser visto como um ser social, de direitos e desejos. Tudo isto se potencializa nos recortes das falas de bolsistas abaixo.

Quadro 14 - PIAPE pelas pessoas bolsistas

<p><i>"O projeto me deu a possibilidade de fazer amigas e amigos, conhecer mais sobre cinema, trocar experiências com meus pares sobre os temas propostos, além de ajudar a me aprofundar em plataformas virtuais para ajudar na execução do projeto"</i></p>
<p><i>"Naquele momento da minha vida estava em busca de novos horizontes, de conhecer pessoas acolhedoras e de me desafiar a participar de atividades que antes não tinha forças para enfrentar. O projeto surgiu como uma oportunidade de me reinventar e, ao mesmo tempo, contribuir positivamente para a comunidade negra da UFSCar".</i></p>
<p><i>"Através do projeto resgatei o contato, mesmo que por meio virtual, mantive minha sanidade mental e o sentido de continuar na Universidade. Além de ter criado vínculos afetivos (que levarei para a vida toda), isso me deu forças para encarar todos os antigos problemas compartilhados pelo isolamento e, aos novos desafios que, durante essa jornada, foi carinhosamente confortado por muitos amigos do programa".</i></p>
<p><i>"O PIAPE resgatou minha vida acadêmica, literalmente me salvou. Me aproximou das pessoas, da Universidade e do prazer de estar naquele espaço e poder também transformá-lo".</i></p>
<p><i>"Uma pessoa realizada, acalorada, grata. Impossível me vislumbrar num passado sem esse projeto que me acolheu de diversas maneiras. Formamos uma equipe que dialoga muito bem e que enfrentou todas as dificuldades porque sabíamos que poderíamos contar umas pessoas com as outras. Finalizo um ciclo importante da minha vida e fico esperançosa com todos os contatos feitos: a rede é grande e somos fortes. Ser uma pessoa mais segura de si para se pronunciar era um grande problema pessoal e aprendi a estar à vontade, do meu modo, porque sei quem me admira, apoia o meu processo e torce por mim".</i></p>
<p><i>"O projeto me auxiliou enquanto discente de graduação e futura profissional de educação. Além disso, as pessoas que conheci durante a monitoria me ensinaram muitas coisas além dos conteúdos do projeto. Ela foi essencial para meu bom rendimento durante este período de ensino remoto. Me ajudou nas habilidades necessárias dentro do campo de formação de professores e também tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis".</i></p>

Aprendizagem, vínculos, resgate, pertencimento, gratidão, amizade, troca, pela fala das e dos discentes que atuaram como bolsistas dos projetos é possível

perceber que foram experiências que permitiram ampliar a visão de mundo e de Universidade, desenvolver habilidades e sensibilidades sociais. Mostrou que a permanência estudantil vai além de estar fisicamente na universidade, ela também depende de como as e os discentes se sentem pertencentes a esse espaço, como se reconhecem como sujeitos capazes de transformar e ser transformadas e transformadas pelo ambiente acadêmico. Estrutura para permanecer, motivação para seguir, ferramentas para construir um percurso consciente, sensível e conectado com as realidades que as cercam.

8.1.4. Dialogando com Paulo Freire

Buscando tecer presença, cuidado e pertencimento os projetos apresentados em cada edição do edital para o PIAPE nos mostram que é possível tais conceitos dialogarem com as dimensões freirianas, explorando conceitos como educação dialógica, conscientização, autonomia, humanização, acolhimento, participação coletiva e educação como prática de liberdade.

Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacional. Ficou conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos, o qual leva seu nome. Freire desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político, onde o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Isso significa, em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade, levá-las a entender sua situação de oprimidas e agir em favor da própria libertação, como nos aponta em um de suas principais obras, o livro "A Pedagogia do Oprimido". (Ferrari,2008).

Para Freire, a educação constitui uma prática de liberdade e um processo de humanização construído por meio do diálogo e da participação. Dialogar o PIAPE com Freire é colocar a pessoa estudante como centro, protagonista em sua trajetória acadêmica e capaz de transformar sua realidade e das outras pessoas em sua volta, é dar voz e lugar, é escutar. Em um cenário pós-pandêmico marcado pelo enfraquecimento dos espaços coletivos e pela fragilização das experiências comunitárias, os projetos do PIAPE configuram-se como tentativas concretas de reconstrução dos vínculos sociais e do sentimento de pertencimento à universidade. Nesse sentido, a permanência estudantil deixa

de ser concebida apenas como suporte financeiro ou assistência técnica, passando a ser compreendida como experiência de participação ativa na vida universitária.

Observando os projetos apresentados ***Antes da Pandemia COVID-19*** podemos observar que projetos como “Desenvolvendo autonomia - primeiros passos para a vida adulta e acadêmica”, “Softwares matemáticos como ferramenta de aprendizagem”, “Desenvolvimento de uma biblioteca gráfica didática”, “Rede de acolhimento dos calouros de física” e “Múltiplas ações para inserir estudantes do CCA/UFSCar” trazem a educação como prática da liberdade e construção da autonomia, criando condições para que os sujeitos desenvolvam autonomia crítica e a capacidade de intervir no mundo, dialogando assim, de forma muito consciente com o pensamento de Paulo Freire.

Já projetos como “Ensino, aprendizagem interdisciplinar sobre temas transversais”, “Praticar juntos”, “Rede de Acolhimento dos calouros”, “Vozes - a zine de todos” e “Zines da Moradia” trazem um dos eixos mais importantes das obras de Freire que é o diálogo, onde as pessoas são capazes de refletir coletivamente e produzir conhecimentos juntos.

A conscientização e a leitura crítica da realidade, possibilitando uma leitura crítica do mundo antes mesmo da leitura da palavra, conceito muito defendido por Freire é notado em projetos como “Espaço Seguro”, “Grupo de reflexão sobre violência de gênero”, “UFSCar de muitas línguas”.

Freire acreditava que o processo educativo era transformador e transformador a ponto de combater a desumanização produzida pelas desigualdades sociais, o que é visto em projetos como “O cuidado com os estudantes universitários em situação de sofrimento psíquico”, “Espaço seguro”, “Grupo de reflexão sobre violência de gênero”.

Freire também compreendia a cultura como produção humana e espaço de emancipação, o que aparece em zines, danças, músicas, poesia, práticas corporais e oficinas artísticas, produtos encontrados em muitos projetos apresentados.

A permanência deixa de ser entendida como algo assistencialista, envolvendo pertencimento, diálogo, transformação social, saúde mental, participação, autonomia, aproximando-se de uma pedagogia da acolhida e da humanização, elementos centrais nas obras de Paulo Freire.

Observando os projetos apresentados ***Durante a Pandemia COVID-19***, projetos que emergem em um contexto de uma crise sanitária, com a desigualdade social e o empobrecimento em crescente evolução, com as relações entre as pessoas fragilizadas e com grande sofrimento coletivo, dialogam com o pensamento freireano quando mostram de que a educação não pode ser separada das condições concretas da existência das pessoas.

Paulo Freire defendia que a transformação social depende da construção coletiva e da solidariedade entre as pessoas, o que pode ser observado em projetos como "Terapia ocupacional social frente à pandemia", "Fortalecendo a rede de apoio estudantil", "Aprendendo juntos somos mais" e "Comunicação social no contexto da Covid-19".

A educação como prática de cuidado pode ser encontrada em todos os projetos que colocam a saúde mental e o cuidado com o corpo em seu eixo principal, como "Acolhimento e elaboração do sofrimento em tempos de Covid-19", "Ações de promoção e prevenção em saúde mental", "Cantar e ouvir cantar", "Yoga online", "Autocuidado no isolamento social".

É possível observar projetos que constroem espaços horizontais para aprendizagem, colocando as pessoas estudantes como produtoras de saberes sobre suas próprias experiências, as partilhando, rompendo com as práticas hierárquicas de aprendizagem, tão combatidas por Freire.

Durante a pandemia os projetos Piape funcionaram como espaços de resistência, manutenção dos vínculos entre as pessoas, a reinvenção da convivência coletiva, tão presente nos projetos, nos mostram a esperança como prática política, um dos conceitos mais importantes da obra de Paulo Freire.

Os projetos apresentados no ***Ano de 2021 - Ainda em Tempos de Pandemia*** trazem a concepção freireana quando mostram que a permanência estudantil não está baseada apenas em permanência material, mas também na defesa da vida, no pertencimento e na construção coletiva de resistência.

O cuidado coletivo diante do sofrimento pode ser observado em projetos como "Rede voluntária de acolhimento e cuidado em saúde mental", "Acolhimento em saúde mental e partilha de estresse", "Projeto Erva-Doce", "Ateliês Artísticos-afetivos".

Falar em Paulo Freire é falar de educação comunitária, o que pode ser observado no "Coletivo Amar-elos", onde as pessoas estudantes tornam-se

sujeitos ativos das redes de proteção e cuidado, rompendo as práticas verticalizadas.

“Vamos compartilhar em roda?”, “Construindo conexões”, “Degustação literária” e “SubjetivArte”, mostram forte aproximação com os círculos de cultura propostos por Paulo Freire quando colocam o sofrimento problematizado coletivamente, o conhecimento construído em conjunto, construindo espaços de fala, escuta e produção coletiva de sentidos.

Os saberes populares, a diversidade cultural e as identidades historicamente marginalizadas são encontradas nos projetos “Espaço Seguro”, “Cultura e resiliência”, “Corpo, dança e ancestralidade”.

A resistência e a recusa a desesperança, levando as pessoas esperar mesmo em situações de luto, de isolamento, de medo, de precarização, de negacionismo às vacinas e a ciência, são encontradas nos projetos apresentados durante o ano de 2021, criando redes de vida em contextos de morte, fortalecendo o pertencimento em contexto de isolamento e produzindo humanidade mesmo diante da desumanização, mostrando que mesmo em um cenário marcado pela intensificação das vulnerabilidades sociais e crise sanitária, a educação aparece como prática de liberdade e a esperança como ação coletiva transformadora.

Os Projetos PIAPE desenvolvidos em 2022 **Pós Pandemia - o retorno** no contexto do retorno às atividades presenciais, dialogam com o pensamento de Paulo Freire ao afirmarem que a universidade é um espaço de humanização, de (re)construção de vínculos sociais, de acolhimento, de pertencimento, de produção coletiva dos sentidos e de resistência. A pandemia trouxe o isolamento, o empobrecimento, a ausência, o luto. Ela deixou marcas profundas nas pessoas e em seus núcleos familiares. Marcas estão em todos os campos, emocional, social, econômico, subjetivo e político. Muito se ouvia que as pessoas voltariam dela transformadas. Sim, depois de vacinas efetivas no controle do vírus, se fazia necessário o retorno, mas também era necessário para esta volta a reconstrução coletiva da esperança e o combate às desigualdades.

Desta forma, projetos como “Esperançar”, “Pipocando”, “Espaço Seguro”, “Ateliês corporais e afrorreferenciados” dialogam com Freire quando tem como centralidade o acolhimento, a escuta, o enfrentamento e a reconstrução da convivência. O “Espaço Seguro” extrapola o espaço de acolhimento e escuta, e

também se solidifica como um espaço de construção de uma pedagogia antirracista, de valorização das ancestralidades e reconhecimento das corporalidades negras, de enfrentamento de violências e valorização de saberes historicamente marginalizados. Importante destacar que tal projeto está presente, dentro da UFSCar, em todas as ações voltadas para acolhimento e enfrentamento contra o racismo, sendo o único projeto que está presente em todos os anos dos editais já lançados.

A construção do conhecimento não é um fato isolado, ou através de uma educação bancária e sim uma construção coletiva, como sempre apontado por Paulo Freire. Esta construção coletiva pode ser observada em projetos como "Esperançar", "Pipocando", "Ações de telereabilitação".

No contexto pós pandemia os projetos apresentados reafirmam a centralidade da escuta, a importância da construção de redes de apoio e afeto, a necessidade de enfrentar as desigualdades, a defesa da vida e da transformação social pela educação, dialogando profundamente com o pensamento de Paulo Freire.

O **Ano de 2023 - Um movimento diferente** os projetos contemplados no Edital do PIAPE seguem a linha do ano de 2022, num movimento de (re) construção da vida universitária como experiência coletiva, política e afetiva, dialogando com Freire quando se tem o encontro humano, o pertencimento, a cultura e a produção coletiva da existência como eixos principais.

Projetos como "A arte como Cura", "Do Sarau à Parte", "Pipocando" e "Oficina de Criação Literária" a arte aparece como personagem principal. A arte passa a atuar como instrumento de interpretação, problematização e ressignificação das experiências humanas e sociais, sendo uma facilitadora da elaboração crítica das vivências individuais e coletivas, permitindo aos sujeitos compreenderem e expressarem suas experiências no mundo, dialogando com o pensamento freireano quando a pessoa estudante produz conhecimento a partir de suas experiências concretas e de suas próprias linguagens.

Como Freire trazia "*ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo*". As rodas de conversa, cineclubes, saraus e oficinas culturais trilham este caminho, buscando transformar as experiências individuais de sofrimento pós-pandêmico em processos coletivos de elaboração e compartilhamento.

A arte como espaço de reflexão crítica e transformadora do mundo é muito bem explorada também no projeto “Como são Bonitas as Canções”, através da análise de letras de música como Sinal Fechado (Chico Buarque), Não Recomendado (Caio Prado), Tempo Rei (Gilberto Gil), Sujeito de Sorte (Belchior), Pagu (Rita Lee) e Coração de Estudante (Milton Nascimento e Wagner Tiso).

Para Paulo Freire a memória possui uma dimensão política, reconhecendo quem veio antes, as trajetórias e lutas. Ao trazer as narrativas de pessoas servidoras da UFSCar, projetos como “Organização e Digitalização de Fotografias do Acervo UMMA” e “A Preservação e Disseminação da Memória de Coleções Especiais do Acervo de Luiz Carlos Prestes”, os projetos reconhecem a universidade como um território de memória social. Mais do isto, o Projeto “Reconstruindo a Memória na UFSCar”, rompe a invisibilidade e as perspectivas elitizadas de produção do conhecimento e dá voz e imagem para pessoas frequentemente à parte na história institucional, como pessoas trabalhadoras da Gráfica UFSCar, Marcenaria UFSCar e Restaurante Universitário.

O projeto *Qual Limite?* dialoga diretamente com a crítica freireana às estruturas excludentes ao afirmar que a inclusão não depende exclusivamente da adaptação do indivíduo, mas da transformação das práticas institucionais, das estruturas e das formas de percepção do outro, defendendo uma educação democrática e humanizada.

Paulo Freire defendia uma educação alinhada com a leitura crítica das opressões e com a construção da autonomia das pessoas. Projetos como “*Cultivando-nos*” e “*Educação Integral para a Sexualidade – Vamos Conversar?*”, reconhecem a sexualidade, os direitos e as relações de gênero como dimensões fundamentais do processo educativo, trazendo a prevenção de violências, diversidade e direitos sexuais/reprodutivos numa perspectiva dialógica e participativa, afastando-se de modelos que pregam a moral e o autoritarismo, apostando educação como construção coletiva do conhecimento.

O cuidado coletivo e a solidariedade, presença forte no pensamento freireano, pode ser notada em projetos como “*Horta Comunitária*”, “*Contemplando Horizontes*”, “*Rodas Motivacionais Associadas à Aromaterapia e*

Cromoterapia” e *“Educação Preventiva para a Qualidade de Vida dos Universitários”*, onde o cuidado aparece como uma ação coletiva e política e não uma prática individualizada, extrapolando até mesmo suas propostas, sendo também espaços de convivência, diálogo e pertencimento capazes de transformar espaços e porque não, o mundo.

Um ponto de grande destaque é que no ano de 2023, o que se observa nos relatórios das pessoas bolsistas, é que alguns projetos nasceram das ideias destas pessoas que conversaram com pessoas para ocuparem a coordenação. É o que relata bolsistas de projetos como *“A arte como cura”*, *“Pipocando”*, *“Oficina de Criação Literária”*, *“Qual limite”*, *“Projeto Mídias em Ouvidoria”*, *“Projeto Mídias no DeACE-Ar”*. Nestes, as pessoas bolsistas atuam como pessoas ativas da comunicação universitária, produzindo cultura, memória, informação e fortalecendo os vínculos institucionais, contrapondo a ideia de que as pessoas estudantes são apenas receptoras passivas do conhecimento, tão combatida por Freire.

Freire diferencia a esperança da simples espera passiva ao afirmar que *“é preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar”* (Freire, 1992), onde a esperança assume dimensão ética e política, uma ação coletiva, o que é possível verificar no Projeto *“Esperançar”*, que traz encontros com rodas de conversa e formação de redes de apoio para promoção de bem estar da comunidade universitária.

Os anos de 2022 e 2023, num contexto pós-pandêmico marcado pelo medo do retorno, pelo empobrecimento econômico, pela fragmentação social e pelo sofrimento psíquico, os projetos do PIAPE vem como uma forma de responder positivamente as estes sentimentos, mostrando que é possível a (re)construção do sentido comunitário da existência universitária.

Mais do que propor ações em suas linhas de suporte social, saúde mental e saúde física, os projetos PIAPE teceram presença, cuidado e pertencimento. Os projetos analisados demonstram que permanecer na universidade também significa construir vínculos, ocupar espaços, produzir cultura, compartilhar experiências e reconhecer-se como sujeito de direitos no interior da universidade pública. Em diálogo com o pensamento de Paulo Freire, essas iniciativas podem

ser compreendidas como práticas de humanização construídas na convivência, no diálogo e na participação coletiva. Permanecer na universidade ultrapassa a dimensão material da permanência estudantil, envolvendo também a possibilidade de construir vínculos, ocupar espaços, produzir cultura, compartilhar experiências e reconhecer-se como pessoa de direitos dentro da comunidade universitária.

15/06

ESPAÇO SEGURO DO AMOR –

Centrinho da moradia às 19h

"SOU NEGRO E QUANDO ESTOU NA FILA DO SUPERMERCADO FICAM SURPRESOS QUANDO CONTO QUE ESTUDO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL"

ufscar
kahto
p.ape Programa Institucional de Apoio à Permanência e Retenção de Estudantes

ESPAÇO SEGURO

O projeto "Espaço Seguro" oferece encontros de escuta e cuidado para estudantes que queiram participar de um grupo para enfrentamento e estratégias dos processos relacionados às violências presentes no cotidiano universitário e contribuir com a permanência.

f M i *Estamos te esperando!*

/espacoseguroufscar

Formulário para inscrição

CAPÍTULO 9

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"O Espaço Seguro, como um espelho, me mostrou
a diversidade que somos,
a diversidade que sou.
Aqui somos quilombo, ancestralidade agênero e anti-colônia,
pois somos mudança e pedimos transformação.
Ter esse espaço para falar e ouvir nos dá ferramentas
para construir a minha própria história.
E isso é muito!
O Espaço seguro é lar, é espaço de cuidado.
Cuidado que assim nos demos, mesmo de maneira remota,
do primeiro ao último encontro.
É acolhida e descanso."*

A poesia acima é fruto de uma ação coletiva produzida no encerramento das atividades do Projeto Espaço Seguro, em 2021. Mais do que uma poesia, ela convida a todas e todos que chegaram até aqui na leitura, conhecer a beleza de um projeto que é referência como suporte de saúde mental, um projeto que se faz um espaço de encontro seguro para uma população que sofre anos de discriminação e preconceito.

O Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE), da Universidade Federal de São Carlos, é criado com a estratégia de ampliar e dar continuidade às iniciativas de ações e estratégias de intervenção que venham complementar outras ações estruturadas e implementadas pela Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e fomentar que a Comunidade Universitária se sinta estimulada a realizar projetos com atividades integradas que irão dar suporte e proteção a discentes do Programa de Assistência Estudantil e para demais grupos e pessoas da comunidade universitária. Seus projetos devem estruturar ações em qualidade de vida e permanência, com foco em saúde mental, saúde física e suporte social.

A presente tese, ao analisar este Programa, demonstrou que a permanência universitária é um processo complexo, que não se limita ao fornecimento de bolsas e auxílios materiais, mas que envolve dimensões simbólicas, afetivas e sociais fundamentais para a democratização do ensino superior.

Ao longo do percurso histórico aqui revisitado, verificou-se que a universidade pública brasileira nasceu elitista, marcada pela exclusão de negros,

indígenas, pobres e periféricos, pessoas consideradas à margem e que lá deveriam permanecer. Mostra em seu percurso histórico e político quais governos se preocupam com uma educação popular, voltada e pensada para o povo. Ressalta a importância dos movimentos populares que questionam as organizações que se dizem democráticas, mas eram exclusivas de grupos que detinham o poder econômico e criavam estratégias para excluir pessoas que não pertencem a seus grupos, procurando manter as desigualdades e impedir condições para que todas e todos sejam iguais em direitos.

A "Marcha Zumbi de Palmares contra Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 1995 que surge do movimento negro brasileiro se constitui num ato de indignação e protesto contra as condições subumanas em que vive o povo negro deste país, em função dos processos de exclusão social determinados pelo racismo e a discriminação racial presentes em nossa sociedade. Ela foi fundamental para a elaboração de uma política afirmativa em relação à questão racial no Brasil. A partir da Marcha Zumbi dos Palmares as questões étnico-raciais brasileiras entraram em pauta em diferentes níveis governamentais e sociais.

A resistência da sociedade civil brasileira a políticas públicas racialistas foi parcialmente quebrada pela repercussão favorável às posições do Brasil na Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, em 2001, em Durban.

Apesar de algumas iniciativas isoladas de algumas universidades que implementaram cotas em seus vestibulares, foi somente a partir da Lei Federal n. 12.711/2012 que a universidade pública deixou de ser um espaço ocupado prioritariamente pela população branca, socioeconomicamente privilegiada, e passou a promover a inclusão de um significativo contingente de estudantes que vinham das camadas populares. Mas esta diversificação do público precisava de políticas de inclusão racial, de gênero, de pessoas com deficiência, de suporte material e simbólico que veio através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e depois em 2023, Política Nacional de Assistência Estudantil, a qual tornou possível ampliar o acesso e garantir condições de permanência.

Para permanecer eram necessários mecanismos que fossem além da inclusão e para que a democratização do ensino se tornasse eficaz era necessário discutir a respeito das ações de acolhimento, aspectos materiais de moradia, transporte, alimentação e simbólicos que contemplam os sentidos, as interações,

a apropriação do espaço universitário. A UFSCar aparece como pioneira em políticas de ações afirmativas e permanência estudantil, sendo estas ações materializadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.

As políticas de assistência estudantil devem promover a inclusão e redução das desigualdades sociais, mas também podem consolidar-se com um espaço de promoção de cuidado e fortalecimento comunitário, suporte mental, físico e social, além de poder propor atividades que promovam afeto, troca de saberes e valorização das e dos discentes, garantindo um ambiente mais inclusivo e acolhedor e é neste contexto que o PIAPE surge como resposta institucional às demandas contemporâneas de acolhimento e pertencimento, oferecendo um contraponto à lógica meritocrática e excludente que ainda permeia o espaço universitário, compondo espaços de trocas de saberes e fazeres, uma possibilidade de redes de suporte e proteção para bolsistas do Programa de Assistência Estudantil da UFSCar, considerando o ambiente acadêmico e os desdobramentos deste diante de cada realidade, zelando pela permanência dessas e desses estudantes.

A análise dos 82 projetos realizados entre 2019 e 2023 revelou que o programa teve capacidade de adaptação diante de diferentes conjunturas: no período pré-pandemia, atuou como suporte à integração estudantil; durante a pandemia, reinventou práticas de cuidado e apoio em meio ao isolamento, ao medo e ao luto; e no retorno presencial, fortaleceu atividades de saúde física, mental e social, reafirmando a importância da convivência e das redes de solidariedade no espaço acadêmico. Em todas essas fases, destaca-se o impacto positivo tanto sobre os estudantes atendidos quanto sobre os bolsistas e coordenadores, que encontraram no PIAPE um espaço formativo, de engajamento e de militância.

A oferta do Programa percorre uma linha do tempo que é marcada pelo período pré pandemia Covid-19, período da pandemia e pós pandemia. Paralelo a este período, o Brasil vive um desmonte entre os anos de 2016 e 2022 com a ascensão da extrema direita ao poder e a formação de um Congresso Nacional que acompanha esta ascensão. E mesmo assim, apesar de todas as adversidades e forças contrárias, às políticas de ações afirmativas e a luta das Universidades públicas se (re)construindo para oferecer inclusão e permanência resistiram, mais do que isto, produziram resultados concretos, como os

apresentados no decorrer desta tese pelo Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil.

Constatou-se que o PIAPE não apenas atendeu estudantes em situação de vulnerabilidade, mas também criou condições para que eles se reconhecessem como sujeitos de direito de ocupar e transformar a universidade, introduzindo de fato novos saberes e formas plurais de produzir ciência e universidade. Os relatos e indicadores analisados evidenciam que os projetos foram capazes de promover acolhimento, reduzir desigualdades, combater a violação de direitos, enfrentamento ao racismo e as violências institucionais e cultivar pertencimento em um ambiente historicamente hostil para estudantes vindos das classes populares. Somado a isto, mostrou como é possível lutar por direitos fundamentais como a existência, dignidade, representatividade e à vida.

Ao mesmo tempo, a pesquisa demonstrou que, em um cenário político adverso, de cortes orçamentários e ataques às universidades públicas, o PIAPE se constituiu como espaço de resistência, reafirmando a centralidade da assistência estudantil como política pública estruturante. O programa mostrou-se indispensável para a efetivação do direito à educação, pois a permanência não pode ser vista apenas como um meio para evitar evasão, mas como processo de construção de trajetórias acadêmicas e de vidas possíveis.

Portanto, esta tese conclui que o PIAPE deve ser compreendido como uma experiência inovadora e inspiradora, que transcende o papel de suporte material e se afirma como prática política, pedagógica e social. Ele materializa uma universidade plural, diversa e equitativa, que acolhe, cuida e promove pertencimento, reforçando que só a permanência não basta, é preciso criar ambientes de afeto, solidariedade e justiça, tecendo presença, cuidado e pertencimento.

Assim, reafirma-se que políticas como o PIAPE não apenas garantem a continuidade dos estudos, mas também salvam vidas, ajudam a romper a exclusão e consolidam a universidade pública como patrimônio social e espaço de transformação. Os projetos ajudam mostrar o outro pé que sustenta a universidade democrática e inclusiva, que é a permanência, propondo não ser uma universidade que se sustenta no tripé ensino, pesquisa e extensão e sim ensino, pesquisa, extensão e permanência. Que a experiência aqui analisada possa servir de referência para o fortalecimento de políticas estudantis em

âmbito nacional, guiando futuros editais e programas que busquem não só incluir, projetos que façam esperar por uma universidade que possa acolher, sustentar e empoderar estudantes.

*O que cabe dentro da UFSCar?
Ciência? Cabe! Inovação e empreendedorismo? Cabem!
Cultura e lazer? Cabem também!
Diálogo e divergência de ideias? Com certeza, cabem!
Avanços no conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias? Ah, cabem!
Formação profissional e cidadã? Cabe! Compromisso social? Cabe, muito!
Práticas esportivas e cuidados com o corpo e a mente? E como cabem!
Diversidade, empatia, acolhimento, respeito? Cabem e devem caber cada dia mais.
Discriminação não cabe na UFSCar. Aprenda, ensine, violência é crime!
(Campanha contra discriminação e violência, UFSCar, 2023)*



REFERÊNCIAS

ALVES, D.C.; BRITO, M.L.L. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SISU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. **Avaliação**, v. 26, n. 01, p. 24-44, mar. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/MVPgpXsdfkF3xNNpSGcRfMSL/>>. Acesso em: jul 2024.

Araújo, M.L.S. Trajetória da Política de Assistência Estudantil no Brasil. **Políticas Educativas**, v. 18, n. 1, 2024.

ARAÚJO, M.P.N. **Memórias estudantis**, 1927 - 2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará - Fundação Roberto Marinho, 2007.

AZEVEDO, G.F.A.M. AS REFORMAS EDUCACIONAIS DOS ANOS 90 E OS IMPACTOS NA GESTÃO ESCOLAR: concepções e princípios. **VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Maranhão, 22 a 27 de agosto de 2017.

BARBOSA, M.C.R.O.; NASCIMENTO, M.N.M. Ações afirmativas: acesso e permanência de estudantes cotistas negros (as) na UFSCar. **Cadernos da Pedagogia**, v. 17, n. 38, p. 415-436, maio-agosto/2023.

BORGES, E.H.N.; GOUVEA, A.P.; BARBOSA, M.G.O. Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Plural: Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP**, v. 29, n. 1, jan./jul 2022, p. 60-79.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 11 abr. 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 10 nov. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 18 set. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição do Brasil de 1967**. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 24 jan. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>

legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.htm>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5 out. 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto no 19.851**, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 11 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto no 69.927**, de 13 de janeiro de 1972. Programa Bolsa de Trabalho. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 13 jan. 1972. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 11.781** de 14 de novembro de 2023. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2011.781-2023?OpenDocument>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 91.177**. de 29 de março de 1985. Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional– LDB, Palácio do Planalto. Brasília. DF, 20 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 10 jan. 2023.

BRITO, A.C.T.C.; SOUZA, K. R.; ALMEIRA, V.L. Política pública de assistência estudantil no ensino superior: o programa bolsa permanência na Universidade Federal da Grande Dourado. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 2, p. 508-523, abr/jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13671>>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRITTO, T. F. de . **Assistência Estudantil: O direito à educação para além da dimensão do acesso.** Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/ Senado, Dezembro 2023 (Texto para Discussão nº 324). Disponível em: . Acesso em: 5 dez.2023.

CARVALHO, D.D.A. **Participação democrática discente na gestão da assistência estudantil das IFES brasileiras** - limites e desafios. Universidade Federal de Brasília, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Política Social, DF, 2022, 382p.

CESPEDES, J.G., MINHOTO, M.A.P.; OLIVEIRA, S.P.; ROSA, A.S. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Carlos. **Revista Ensaio**, v. 29, n. 113, out. dez 2021. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Jbgmjrb7dTJKdFKGHvVPWNC/?lang=pt#>>

CHAUÍ, M. **Escritos sobre universidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COLL, L. **O desafio da permanência estudantil durante a pandemia.** Unicamp, 02 de julho de 2021.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária.** Salvador; UDUFBA, 2008.

DUTRA, N.G.R., SANTOS, M.F. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Rev. Ensaio** - aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017

FAVARO, H. de L, CINTRA, R. R. Indicadores na Assistência Estudantil: Análise nas Universidades Federais. **Revista Ciências Administrativas**, v. 8, n 12649, 2022. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/12649/6963>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FAVERO, L.A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERRARI, M. Paulo Freire - o mentor da educação para a consciência. **Rev. Escola Nova, Edição Especial**, n. 10, 2008. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/mentor-educacao-consciencia423220.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FERNANDES, D. Pesquisas de percepções e práticas de avaliação no ensino universitário português. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 596-629, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18222/eae.v26i63.3687>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FONAPRACE (Org). **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** Coordenação ANDIFES. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas**. São Paulo: Summus, 2009. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FREIRE, A.M.A. **A palavra boniteza na leitura do mundo de Paulo Freire**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 52 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025. 110p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Ltda. 1967.

FREIRE, P. **Lições de casa** - últimos diálogos sobre educação. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 127p.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança** - um reencontro com a pedagogia do oprimido. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz da Terra, 2025. 333p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 91 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025. 256p.

FREIRE, P. **Política e educação**. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2024. 142p.

GANAN, E. A. S.; PINEZI, A.L.M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

GIMENES, S.B. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Revista Educação e Sociedade**, v. 42, 2021.

GOMES, N.L. **O impacto das cotas** - duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2025. 268p.

GUIMARÃES, A.S.A. O acesso de negros as universidades públicas . In: **Educação e ações afirmativas** - entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2003. 270p.

HERINGER, R. (2014). Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil. **Revista TOMO**. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.3184>

HERINGER, R. Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisas. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 37, n. 2, 2022.

hooks, b. **Ensinando a transgredir** - a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2024. 270 p.

hooks, b. Ensinando comunidade - uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021. 296p.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** - episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

KOHL-SANTOS, P. Permanência estudantil e o sucesso acadêmico: a voz dos autores. **Educação**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-13, jan - dez 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Gisele/Downloads/Permanencia_estudantil_e_sucesso_academico_A_voz_d.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

KOWALSKI, A. V. **Caminhos e (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEITE, L.H.A., RAMALHO, B.B.M, CARVALHO, P.F.L. A educação como prática de liberdade - uma perspectiva decolonial sobre a escola. **Educação em Revista**, v.35, e. 214079, 2019. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e214079.pdf>> . Acesso em: out.2024.

LEONARDI, F.G.; ROSA, A.S.; ANDREAZZA, R. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: disputas políticas e efeitos sócio-históricos . **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP v.11 1-21 e025034 2025
https://www.researchgate.net/publication/377994571_O_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_PNAES_do_ensino_superior_publico_federal_disputas_politicas_e_efeitos_socio-historicos

LOPES, A.M. D. Multiculturalismo, minorias e ações afirmativas: promovendo a participação política das mulheres. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 11, p. 54-59, fev. 2006.

MACEDO, G.D.; SOARES, S.P.L. Avaliação da eficácia do Programa de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Avaliação**, Campinas, v. 25, n. 01, p. 439-457, jul. 2020.

MACIEL, C.E.; LIMA, E.G.S., GIMENEZ, F.V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAE** - Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 32, n. 3, p. 759-781, set/dez 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68574>>. Acesso em 11 jan. 2024.

MACHADO, R.Z.; LUNARDELLI, P.S. Os impactos da pandemia pelo coronavírus (SARSCOV-2) em múltiplas dimensões da vida social no Brasil em 2021. **Brazilian**

Journal of Development, v.7, n.6, p. 64121-64132, jun. 2021. Acesso em: out. 2024. Disponível em: < <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>>. Acesso em 11 jan. 2024.

MADALOZ, R.F.; LAUXEN, S.L.; GARCÊS, S.B.B. Construindo a justiça social na educação: a sintonia entre as ações afirmativas e a pedagogia de Paulo Freire. **Revista Dialogus**, v.12, n. 3, p. 59-67, set - dez. 2023.

MANCEBO, D.; VALE, A.A.; MARTINS, T.B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995 - 2000. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwkGxsJqg7vSCC4xk/?format=pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARTINS, C.B.A. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

MATTOS, H.C.X.; FERNANDES, M.C.S.G. Desafios simbólicos da universidade - a perspectiva de estudantes sobre a permanência. **Educar em revista**, v. 38, e. 85943, 2022.

MATTOS, W.R. Ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia - razões e desafios de uma experiência pioneira. In: **Educação e ações afirmativas** - entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2003. 270p.

MAZAN, J. S.; OLIVEIRA, M.C.; MELO-SILVA, L.L. Trajetórias de estudantes cotistas para o ingresso numa universidade pública brasileira. **Psicologia em Estudo**, v. 28, e. 52127, 2023 . Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/4FvQrNSQxDnJmtMSjLt5YsD/?lang=pt#>>. Acesso em: 14 jan. 2024.

MENDES, M.T. Políticas de reconhecimento e de redistribuição na permanência estudantil. **Espaço e Realidade**, v. 45, n. 4, e. 96281, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/edreal/a/sTC9LnjQCp4cpG5XhBQyH7J/?lang=pt>> Acesso em: out. 2024.

MOMO, M. E.E. **Os povos indígenas e sua produção acadêmica no âmbito do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar**. Dissertação (Mestrado). São Carlos: UFSCar - Programa de Pós Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, 2019. 137 f

PALOMINO, T.J., CRUZ, E.M.R., DURA, R.R.P. A. Acompanhamento pedagógico para estudantes de graduação: possibilidades e desafios (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar) . In: **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores,

2020. 518 p. Disponível em: <<https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/01/ebookapoio-pedagocc81gico-2-1.pdf>>. Acesso em: out. 2024.

PAULA, B.V. A conferência de Durban contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância. **Meridiano**, v. 47, n. 114, jan. 2010.

PAULA, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 301-315. jul. 2017. Disponível em: <<http://https://www.scielo.br/j/aval/a/KYs6H9L5YpppTCZHPhHGd8SK/?format=pdf>>. Acesso em: jul. 2024.

POLO, D.B. **Desvendando a assistência estudantil** - as diferenças entre o auxílio estudantil e os serviços de permanência estudantil. Dissertação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Toledo, 2023.

POR UMA POLÍTICA Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial: Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Brasília: Cultura Gráfica e Ed., 1996.

PORTES, Écio Antônio. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006

POZOBON, L. L. **Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS**: estratégias de permanência do estudante na educação superior, 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2019, 162p.

PRADO, V.M.; ALTMANN, H. Problematizações sobre acesso e permanência de estudantes LGBTQIA+ na universidade pública: apontamentos sobre produções acadêmicas. **Revista Brasileira Pol. Adm. Educ.**, v. 39, n. 1, 2023. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/118646>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RANIERI, N. **Direito à Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 288p.

RANIERI, N.B.S. **O Estado democrático de direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício de cidadania, pela via da educação**. 2009. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/2/tde-10092019-171515/publico/TESE_LIVRE_DOCENCIA_NINA_RANIERI.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

RIBEIRO JUNIOR, D. **Processos educativos vivenciados em experiências de comunicação popular na Mostra Audiovisual de Cambuquira-MG (MOSCA)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7281>>. Acesso em: jul. 2024.

UNIVERSIDADE Federal de São Carlos. **Relatório de Gestão de Atividades - 2023**. Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2023. Documento disponível no portal: SEI UFSCar.

RISTOFF, D. Educação Superior no Brasil - 10 anos após LDB: da expansão à democratização. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J.F.; MOROSINI, M. (org). **Educação superior no Brasil - 10 anos pós LDB**. Brasília: INEP, 2008.

SALLES, J.C. **Universidade pública e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. 160p.

SANTOS, D.B.R. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009. 214 f.

SANTOS, C.C.B.; ABRANTES, P.P.M.; ZONTA, R. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/503>> Acesso em: jul. 2024.

SCHER, A. J.; OLIVEIRA, E.M. Acesso e permanência na Universidade Federal de Fronteira do Sul, Campus Realeza/PR. **Avaliação**, Campinas, v. 25, n.1, p. 5 - 26, mar. 2020.

SILVA, C. S.S. **Acesso e permanência do estudante deficiente na educação superior: análise do Programa Incluir na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado). Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós Graduação em Educação, 2013. 119 f.

SILVA, D. O.; FERNANDES, H. L.. Da periferia à universidade: ações afirmativas para a inclusão e permanência de estudantes negros e pobres. **Ideação** - Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. Foz do Iguaçu, v. 16, n. 2, p. 30-47, 2o. semestre 2014. Disponível em: /<https://saber.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view8698/8060>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SILVA, J. B. da. **A Política de Assistência Estudantil: estudo sobre condicionalidades**. 2016. 148f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, M. L. da. **A política de assistência estudantil no contexto de expansão do ensino superior: as particularidades do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, P.B.G. Ações afirmativas na UFSCar - em busca da qualidade acadêmica com compromisso social. **Políticas Educativas**, v. 2, n. 1, p. 41-53, dez. 2008.

SILVA, P. B.G. Negro na universidade e produção do conhecimento . In: **Educação e ações afirmativas** - entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2003. 270p.

SILVEIRA, M.C. Assistência estudantil e promoção de direitos humanos: a formação integral e a permanência estudantil. **Revista Educação Popular**, v. 19, n. 1, p. 176-192, jan-abr. 2020.

SILVEIRA, M. M. da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SILVÉRIO, V.R. O papel das ações afirmativas em contextos racializados - algumas anotações sobre o debate brasileiro . In: **Educação e ações afirmativas** - entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2003. 270p.

Universidade Federal de São Carlos. **Política de ações afirmativas, diversidade e equidade da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos : UFSCar, 2016. 82 f.

Universidade Federal de São Carlos. **Serviço ao Cidadão**. Universidade Federal de São Carlos. - São Carlos: UFSCar, 2019. 249f.

VARGAS, H.; HERINGER, R. Políticas de permanência no Ensino Superior Público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives**, v. 25, n. 72, 3 jul. 2017.

VIEIRA, A.L.C. Políticas de educação, educação como política - observações sobre a ação afirmativa como estratégia política . In: **Educação e ações afirmativas** - entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2003. 270p.

VIELLA, M.A.L., FINGER, S.J. Política de assistência estudantil: dos direitos civil e político aos direitos sociais e educacionais. **Research Society and Development**, v.9, n. 9, 2020. Disponível: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7230/6706>>. Acesso em: out. 2024.

TINTO, V. Reflections on student persistent. **Student Success**, v. 8, n. 2, 2017, p. 1-9. Disponível em: <<https://studentsuccessjournal.org/article/view/495/361>> Acesso em: 10 jan. 2024.

UFSCar**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação**COMPROVANTE DE DEFESA**

A Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, declara, por meio deste, a realização da seguinte Defesa de Doutorado:

Candidata: Gisele Aparecida Zutin Castelani**Título do Trabalho: O Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE) - tecendo presença, cuidado e pertencimento****Dia: 17/04/2026****Horário: 14:00****Local: UFSCar - Auditório para defesa do PPGE****Banca Examinadora:**

Sandra Aparecida Riscal, presidente titular interno, UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, a distância, Aprovou o candidato

Djalma Ribeiro Junior, membro titular interno, UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, presencialmente, Aprovou o candidato

Elaine Cristina Maldonado, membro titular interno, UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, a distância, Aprovou o candidato com condições

Marcus Vinicius Batista Nascimento, membro titular externo, UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, a distância, Aprovou o candidato

Ronaldo Tavares de Araújo, membro titular externo, Anhanguera - Centro Universitário Anhanguera de Leme, a distância, Aprovou o candidato

Resultado Final: Aprovado**Título Definitivo do Trabalho: O Programa Institucional de Acolhimento e Incentivo à Permanência Estudantil (PIAPE) - tecendo presença, cuidado e pertencimento**